

**DINÂMICA TERRITORIAL E TENDÊNCIAS DE
DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL: O CASO DA
ILHA DO BANANAL E DO SEU ENTORNO NO ESTADO DO
TOCANTINS**

Maria Clara da Cruz

2005



**DINÂMICA TERRITORIAL E TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA
AMAZÔNIA LEGAL: O CASO DA ILHA DO BANANAL E DO SEU
ENTORNO NO ESTADO DO TOCANTINS**

Maria Clara da Cruz

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Doutor em Geografia Humana.

Orientadora: Bertha Koiffman Becker

Rio de Janeiro
Jun/2005

**DINÂMICA TERRITORIAL E TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA
AMAZÔNIA LEGAL: O CASO DA ILHA DO BANANAL E DO SEU
ENTORNO NO ESTADO DO TOCANTINS**

Maria Clara da Cruz

Bertha Koiffman Becker

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do
Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Doutor em Geografia Humana.

Aprovada por:

Presidente, Prof^a

Prof.

Prof.

Prof.

Prof.

Rio de Janeiro

Junho de 2005

Cruz, Maria Clara da.

Dinâmica Territorial e Tendências de Desenvolvimento da Amazônia Legal: o Caso da Ilha do Bananal e do seu Entorno no Estado do Tocantins – Rio de Janeiro: UFRJ/CCMN/PPGG, 2005.

xiii, 209 fl.: il.viii; 31 cm.

Orientadora: Bertha Koiffman Becker

Tese (doutorado) – UFRJ/ Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005.

Referências Bibliográficas: f. 200-216

1. Desenvolvimento. 2. Amazônia. 3. Ilha do Bananal/Tocantins. 4. Agropecuária/VTI. 5. Preservação e conservação ambiental/ VTE. I. Becker, Bertha Koiffman. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós Graduação em Geografia. III. Título.

RESUMO

DINÂMICA TERRITORIAL E TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL: O CASO DA ILHA DO BANANAL E DO SEU ENTORNO NO ESTADO DO TOCANTINS

Maria Clara da Cruz

Bertha Koiffman Becker

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O trabalho tem por objetivo analisar o processo de implantação de projetos de desenvolvimento na Ilha do Bananal e no seu entorno no Estado do Tocantins e suas implicações sobre a sustentabilidade local. Desde o período colonial existem tentativas de integrar a área de estudo a projetos de modernização, o que se intensifica principalmente após a segunda metade do século XX. Os problemas sociais e ambientais decorrentes deste processo dão origem à formação de um vetor tecno-ecológico local a partir da década de 1980, constituindo a base para o estabelecimento de uma alternativa de desenvolvimento sustentável. O estudo divide-se em cinco seções. A primeira constitui uma reflexão sobre a mudança de paradigmas de desenvolvimento no final do século XX e a segunda aborda a dinâmica da Amazônia de acordo com esses paradigmas. A terceira compreende uma análise sobre a ocupação histórica da área de estudo. Na quarta faz-se uma análise do processo de formação do vetor tecno-industrial local decorrente da implantação de projetos agropecuários e na quinta e última parte, analisa-se a formação do vetor tecno-ecológico local como consequência da implementação de projetos de preservação e de conservação local.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, Amazônia, Ilha do Bananal, Estado do Tocantins

Rio de Janeiro
Junho de 2005

ABSTRACT

TERRITORIAL DYNAMICS AND TENDENCIES OF DEVELOPMENT IN THE LEGAL AMAZON: THE CASE OF BANANAL ISLAND AND ITS SURROUNDINGS AT TOCANTINS STATE

Maria Clara da Cruz

Bertha Koiffman Becker

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

The research aims to analyse the process of implementation of development projects at the Bananal Island and its surroundings at Tocantins State and its implications for the local sustainability. Since the colonial period there are experiences of including the area in modernization projects. This strategy is intensified after the second half of the 20th century. The social and environmental problems caused by this process give the opportunity for the formation of the local techno-ecological vector giving conditions for the establishment of an alternative of sustainable development. The study is divided in five parts. The first one is a reflection about the changing of paradigms of development at the end of de 20th century. The second treats of the recent dynamics of the Amazon Region. The third is an analysis of the historic ocupaction of the study area. The fourth makes an analysis of the process of formation of the local techno-industrial vector caused by the implementation of agropecuary projects and the fifth and last part analyses the formation of the local techno-ecological vector caused by the implantation of environmental projects.

Key-words: sustainable development, Amazon Region, Bananal Island, Tocantins State

Rio de Janeiro
June of 2005

*Dedico este trabalho aos meus pais
Georgina Oliveira da Cruz e Joaquim
Augusto da Cruz (in memoriam) pelo
seu esforço para nos garantir uma
educação de qualidade.*

AGRADECIMENTOS

Aproveito esta oportunidade para agradecer àqueles que direta e indiretamente contribuíram para que este estudo se realizasse.

Em primeiro lugar, à Prof^a Bertha K. Becker, pela sua orientação e sua contribuição nestes anos de trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo suporte financeiro.

À minha família, meu esposo Romoaldo pelo seu amor, companheirismo e compreensão; aos meus irmãos Ana, Regina e Gusto, pelas ajudas sempre tão provenientes, e ao meu sobrinho Mateus. Também agradeço à amizade de Laura e Aninha.

Aos meus primos Maria Emília e José Carlos que me abrigaram gentilmente no Rio de Janeiro.

Às minhas queridas amigas geógrafas, Jurema, com grande gratidão pelo seu apoio; Eugênia, Léa, Adriana e Cristiane.

Aos companheiros de Tocantins, Wadya Carvalho Oliveira, pelo apoio e pelo carinho maternal; Adriana Malvásio, pelos esclarecimentos acerca de quelônios e demais questões acerca da Ilha do Bananal, a Paulo Dias e aos demais colegas, Jacira, Fátima e Alberto e Ana.

À Ecológica, na pessoa de Divaldo Rezende, pelo apoio na pesquisa e no trabalho de Campo.

Ao IBAMA e à FUNAI, por viabilizarem o ingresso no Parque Nacional do Araguaia e na Terra Indígena Parque Indígena do Araguaia.

Ao Governo do Estado do Tocantins pelo apoio durante o trabalho de campo.

À Embrapa pela contribuição no Aprimoramento de minha vida profissional.

Aos colegas do Curso de Doutorado, pelas discussões teóricas e pelo apoio; e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação de Geografia, pelos auxílios prestados.

SUMÁRIO

	Página
Introdução	01
Capítulo 01 As Mudanças de Paradigmas de Desenvolvimento no Fim do Século XX	11
1.1 Teorias de Desenvolvimento do Pós-Guerra.....	12
1.1.1 Teoria da Modernização.....	15
1.1.2 Desenvolvimento Regional.....	19
1.1.3 Meio Ambiente e Desenvolvimento.....	22
1.2 As Transformações no Contexto Geopolítico Mundial.....	27
1.2.1 As Transformações na Economia Capitalista.....	28
1.2.2 A Mudança do Papel do Estado.....	33
1.2.3 O Desenvolvimento Sustentável como um Novo Padrão de Desenvolvimento.....	37
1.3 Uma Base Conceitual e Metodológica: Vetores de Desenvolvimento Regional.....	43
Capítulo 02 A Dinâmica Recente da Amazônia.....	45
2.1 O Significado da Fronteira.....	47
2.2 A Crise do Estado e do Modelo de Ocupação Regional.....	54
2.3 Os Vetores de Desenvolvimento.....	58
2.3.1 O Vetor Tecno-Industrial (VTI).....	59
2.3.2 O Vetor Tecno-Ecológico (VTE).....	66
Capítulo 03 A Ilha do Bananal e seu Entorno: Povoamento e Incorporação Periférica ao Projeto de Modernização Nacional	72
3.1 A Área de Estudo.....	76
3.1.1 A Inserção do Norte Goiano na Amazônia Legal..	81
3.1.2 A Criação do Estado do Tocantins.....	84
3.2 O Processo Histórico de Ocupação da Ilha do Bananal.....	89
3.2.1 Um Território Indígena: de 1500 à Virada do Século XX.....	91
3.2.2 Os Novos Agentes no Início do Século XX.....	99
3.3 A Incorporação Periférica ao Projeto de Modernização Brasileira (1950-1974).....	101
3.3.1 A Construção da BR 153 (Rodovia Belém-	

Brasília).....	103
3.3.2 A Apropriação dos Espaços pelo Estado Nacional.	106
Capítulo 04 Estabelecimento de um Vetor Tecno-Industrial na Ilha do Bananal.....	111
4.1 O Projeto Rio Formoso.....	111
4.1.1 Formoso do Araguaia.....	114
4.1.2 A Implantação do Projeto.....	115
4.1.3 O Empreendimento no Processo de Modernização da Agricultura Brasileira.....	119
4.1.4 O Papel das "Cooperativas" no Empreendimento Agrícola.....	121
4.1.5 Os Conflitos: a Resistência e a Retirada dos Posseiros.....	125
4.2 O VTI na Década de 1990.....	127
4.2.1 O Projeto Javaés: Tentativa de Expansão da Agricultura Irrigada.....	134
4.2.2 Os Sistemas de Produção Agrícola.....	138
4.2.3 Os Impactos Ambientais.....	146
Capítulo 05 Preservacionismo, Turismo Ecológico e Seqüestro de Carbono: o Vetor Tecno-Ecológico a partir da Década de 1980.....	148
5.1 O Projeto Quelônios da Amazônia.....	153
5.1.1 As Pressões Ambientais e a Construção da Rodovia Transaraguaia na Década de 1980.....	156
5.1.2 A Fiscalização e a Preservação Ambiental.....	162
5.1.3 A Retirada da População não Indígena na Década de 1990.....	163
5.2 O Pólo Ecoturístico do Cantão.....	167
5.2.1 O Empreendimento Ecoturístico.....	175
5.2.2 O Parque Estadual do Cantão.....	179
5.3 O Projeto Seqüestro de Carbono da Ilha do Bananal.....	181
5.3.1 O Projeto de Conservação Ambiental.....	186
5.3.2 Os Projetos Associados.....	187
Considerações Finais.....	190
Referências Bibliográficas.....	195

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 3.1 Localização da Ilha do Bananal e do seu Entorno no Estado do Tocantins.....	77
Figura 4.1 Projeto Rio Formoso.....	112
Figura 4.2 Projeto Javaés.....	136
Figura 5.1 Projeto Quelônios.....	154
Figura 5.2 Pólo Ecoturístico do Cantão.....	169
Figura 5.3 Projeto Seqüestro de Carbono da Ilha do Bananal.....	182

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1.1 Evolução da Percepção dos Problemas Ambientais.....	25
Tabela 5.1 Diferenciais Semânticos, Turismo de Massa versus Turismo Alternativo.....	171

"...porque os cortesãos, sem sair dos seus aposentos, nem dos umbrais da Corte, passeiam por todo o mundo, olhando um mapa, sem que lhes custe um real, sem padecerem calor ou frio, fome ou sede; mas nós, os cavaleiros andantes, ao sol, ao frio, ao ar livre às inclemências do céu, de noite ou de dia, a pé ou a cavalo, medimos toda a terra, com os nossos próprios pés..."
(Miguel de Cervantes - "Dom Quixote")

INTRODUÇÃO

No momento atual no qual o desenvolvimento sustentável apresenta-se como uma nova proposta de desenvolvimento, a realização do presente estudo é motivada pela seguinte questão: *como as propostas associadas a este padrão de desenvolvimento vêm sendo implementadas e quais são as conseqüências deste processo sobre a sustentabilidade em suas mais diversas dimensões?*

Ao ser indagado sobre quais as estratégias a serem utilizadas para controlar o desmatamento na Amazônia em áreas não preservadas, o geógrafo David McGrath respondeu: *"o desmatamento da Amazônia é a fase mais recente do que começou 500 anos atrás quando os portugueses chegaram ao Brasil. Esse processo já resultou na transformação de 93% da segunda maior floresta do país, a Mata Atlântica. Temos de entender o desmatamento na Amazônia nesse contexto histórico como um processo inexorável, resultado da ocupação do território brasileiro"* (Revista Veja, 12 de novembro de 2003).

Os estudos que consideram a inevitabilidade da redução da cobertura vegetal da Amazônia têm como marco um processo iniciado a partir da década de 1960, quando a região passa a ser incorporada à modernização brasileira. Os impactos sócio-ambientais desse processo tornam-se evidentes a partir das décadas de 1980 e 1990 atraindo a atenção nacional e internacional tanto sobre os problemas amazônicos quanto sobre as potencialidades regionais e sua relação com uma nova proposta de desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, a Amazônia é ser considerada uma das últimas fronteiras não apenas do Brasil, mas do mundo estando sujeita à implantação de novos padrões ou modelos de ocupação humana. Esta

constatação surge em um momento de questionamento do ideal modernizador do crescimento infinito na medida em que tornam-se mais agudas e evidentes as limitações do modelo desenvolvimentista.

No caso específico do Brasil, a crise do modelo desenvolvimentista (cuja origem nacional remonta à década de 1930) prolonga-se durante as décadas de 1980 e 1990. A crise se expressa principalmente na estruturação do modelo cujas características básicas constituíam: a participação do capital estatal na produção bens de capital, o financiamento do capital internacional e a participação do capital privado na produção de bens de consumo (Becker e Egler, 1992).

Se, por um lado, a implantação do modelo “tripé” tornou-se responsável pela consolidação do processo de industrialização nacional, por outro lado, o projeto de modernização nacional não foi eficaz em solucionar problemas considerados estruturais da sociedade brasileira. Ao contrário, o modelo é identificado como a principal causa da existência de conflitos e problemas de diversas dimensões (urbanas, agrárias e ambientais) devido aos seguintes fatores:

- em primeiro lugar, o modelo tem caráter centralizador por ter sido planejado e executado em grande parte pelo Estado;
- em segundo lugar, em decorrência do caráter centralizador, o modelo não considerou as particularidades locais, e impôs padrões de desenvolvimento de forma quase homogênea, independente das especificidades sócio-culturais e físico-bióticas existentes no território nacional;
- em terceiro lugar, o modelo apresentou-se vulnerável devido à sua dependência do capital internacional, cuja crise no início da década de 1970 (Benko, 1996) foi decisiva para o esgotamento do modelo “tripé”.

Deve-se considerar que a crítica ao modelo modernizador tem sua origem em um contexto histórico e geopolítico mundial caracterizado por um conjunto de transformações iniciadas a partir do final da década de 1970 cujas dimensões podem ser definidas como:

- as mudanças inerentes à economia capitalista caracterizadas principalmente pelas transformações nas relações de produção expressas na passagem do sistema fordista para um sistema de acumulação flexível associadas à intensificação das trocas internacionais (internacionalização da economia) e ao fenômeno da "globalização";
- a mudança do papel do Estado, o qual deixa de ser o principal executor das ações para tornar-se o articulador das relações existentes entre grupos e instituições diversificados;
- o surgimento e a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável como um novo paradigma de desenvolvimento cujo principal objetivo consiste associar crescimento econômico, equidade sócio-política e cultural e conservação ambiental.

Como uma alternativa para superar as contradições do modelo modernizador, o desenvolvimento sustentável passa a abranger um conjunto de dimensões de sustentabilidade as quais podem ser identificadas como físico-biótica, social, econômica, cultural e espacial (Sachs, 1994).

O conceito de desenvolvimento sustentável passa a sintetizar as estratégias propostas para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento que transcende os padrões vigentes que promoveram o desenvolvimento em escala mundial ao longo do século XX e que, nos primeiros anos do século XXI parecem tornar-se insuficientes para resolver os problemas de ordem econômica, política, social e ambiental.

Neste sentido o processo que mais caracteriza a implementação das políticas nacionais e internacionais voltadas para o desenvolvimento sustentável constitui a *Politização da Natureza* cujo início está associado à preocupação dos países centrais em conservar a natureza frente à sensação de ameaça à vida humana causada pela degradação ambiental e das condições de vida (Becker, 1997).

A politização da natureza compreende um novo modo de produzir baseado no conhecimento e na informação configurando uma nova divisão territorial do trabalho e uma nova geopolítica (Albagli, 1998). Essa nova configuração da produção contrapõe-se ao paradigma de *economia de fronteira*, baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, como suporte para um crescimento econômico infinito (Boulding, *apud* Colby, 1990).

A conjugação da politização da natureza com o paradigma de desenvolvimento sustentável transforma os estoques de recursos naturais em reservas de valor diante das possibilidades futuras de sua utilização a serem proporcionadas pelo progresso científico e tecnológico. Deve-se considerar que a tendência atual é a valorização não apenas do potencial físico e biótico, mas também dos conhecimentos adquiridos por grupos sociais e populacionais cuja relação com a natureza é considerada ambientalmente sustentável.

Neste contexto, o debate sobre os rumos do desenvolvimento sustentável da Amazônia é primordial na medida em que a região, na condição de uma das últimas grandes fronteiras do planeta, é considerada um espaço não totalmente estruturado, portanto, potencialmente geradora de realidades novas (Becker, 1988). A Amazônia representa um território potencialmente gerador de novas práticas, novas relações sócio-espaciais e novos conceitos.

Os fatores definidores da importância da Amazônia como fronteira revelam-se pelas suas especificidades quanto ao seu potencial físico e biótico. A Amazônia Sul Americana congrega 1/20 da superfície da terra, 2/5 da área da América do Sul e conta com 1/5 da disponibilidade mundial de água doce, 1/3 das reservas mundiais de floresta 3,5 milésimos da população mundial (Becker 1997). A Amazônia brasileira compreende aproximadamente 59% do território nacional ao passo que ela contém a menor densidade populacional do país.

Sob uma ótica geopolítica, pode-se considerar que a Amazônia constitui um dos cenários prováveis de definição tanto do novo padrão do Brasil no sistema econômico mundial como da própria dinâmica do poder internacional em decorrência das pressões políticas associadas à valorização da biodiversidade e das contradições existentes entre as próprias potências internacionais (Becker e Egler, 2000). Essa diferenciação é primordial para se compreender o funcionamento dos fatores de transformação na dinâmica atual da região que se configuram nos seguintes vetores de desenvolvimento (Becker, 1997):

- o vetor tecno-industrial (VTI), baseado no paradigma de economia de fronteira e responsável pela mobilização de grandes recursos naturais e financeiros;
- o vetor tecno-ecológico (VTE), formado sob a concepção conceito de desenvolvimento sustentável e responsável por um conjunto de articulações que conectam uma grande diversidade de agentes cujo principal objetivo é a sustentabilidade ambiental.

A análise do VTI e do VTE constitui, portanto, uma forma de entender as conseqüências da implantação dos projetos de desenvolvimento sobre a sustentabilidade na Amazônia. A região, enquanto fronteira, mantém o caráter do novo, cuja dinâmica é

impulsionada por novos agentes e novas estratégias de controle territorial.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as motivações e as conseqüências da implantação de projetos de desenvolvimento (e seus respectivos vetores) em um caso específico da Amazônia brasileira: a Ilha do Bananal e o seu entorno no Estado do Tocantins. A escolha dessa área justifica-se por suas características que constituem "especificidades locais" identificadas em uma "problemática amazônica" mais abrangente.

Localizada na confluência dos rios Araguaia e Javaés, a Ilha do Bananal é considerada a maior ilha fluvial do mundo com aproximadamente 1.900.000 ha, situando-se na transição entre o Cerrado e a Amazônia.

As condições do ecossistema local favorecem a formação de um ambiente rico em biodiversidade que não se restringe apenas à Ilha do Bananal, mas também abrange o seu entorno no Estado do Tocantins. O potencial físico e biótico da área de estudo é um fator determinante para a análise dos projetos de desenvolvimento nela implantados.

Deve-se considerar que a Ilha do Bananal está inserida no 'Vale do Araguaia', uma região que historicamente vem resistindo à implantação de projetos de caráter modernizador de abrangência nacional principalmente em decorrência das dificuldades de acessibilidade e da resistência dos grupos indígenas aí instalados. Recentemente, durante os debates sobre a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, os índios, juntamente com entidades ambientalistas, conseguiram através de pressão política, embargar as obras do empreendimento (Pereira, 2002).

A Ilha do Bananal e o seu entorno no Estado do Tocantins caracteriza-se pela baixa densidade populacional. A área de estudo (no geral) inclui uma das regiões mais pobres do Estado (embora possua

enclaves de agricultura modernizada e dinâmica) o qual, por sua vez, é uma das unidades da federação com um dos mais baixos indicadores sócio-econômicos do país. Paradoxalmente, está simultaneamente incluída em duas propostas de desenvolvimento com propósitos diferenciados: a Hidrovia Araguaia Tocantins no âmbito dos Eixos Nacionais de Integração e o Corredor Ecológico Araguaia/Bananal.

A área apresenta grupos socioculturais diferenciados por critérios etno-lingüísticos (grupos indígenas e grupos não indígenas), por padrões técnicos de uso da terra (agricultura irrigada e mecanizada, agricultura de subsistência, pecuária, ecoturismo, garimpo, comércio urbano, e indústria).

As atividades sócio-econômicas estão, portanto, representadas por grupos de agentes com interesses específicos: indígenas, agricultores capitalizados, empresários agrícolas, pequenos agricultores, representantes de organizações não-governamentais, da Igreja Católica, de órgãos do Estado e do empresariado.

Na história recente, a dinâmica territorial da ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins vem sendo intrinsecamente associada ao processo de implantação de projetos de desenvolvimento diferenciados. Se, anteriormente as transformações significativas na área de estudo eram decorrentes principalmente do poder centralizador do Estado-Nacional; atualmente, a criação de novos territórios deve-se também à participação de outros agentes cuja ação é mais direta. Os interesses conflitantes e as articulações estabelecidas entre os representantes dos governos federal e estadual, do capital internacional e nacional e do poder local tem como foco principal o controle da utilização dos recursos locais.

Entendendo que a Ilha do Bananal e o seu entorno no Estado do Tocantins fazem parte da fronteira amazônica com suas especificidades,

este trabalho resulta de uma análise de como os projetos de desenvolvimento implantados na área de estudo vêm contribuindo para o desenvolvimento sustentável local.

A primeira parte do trabalho apresenta as principais teorias que influenciaram e influenciam a implantação das políticas de desenvolvimento no Brasil e, conseqüentemente, na Amazônia. O debate inicia-se desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o fim do século XX e início do século XXI abrangendo os temas da modernização, do desenvolvimento regional e da relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Também são abordadas as principais transformações no contexto geopolítico mundial iniciadas nas últimas décadas do século XXI e que influenciam a dinâmica recente da Amazônia.

A segunda parte do estudo aborda a dinâmica recente da Amazônia. Nessa etapa são resgatados os principais os fatores históricos de ocupação regional e sua relação com as novas tendências de desenvolvimento na fronteira amazônica as quais são identificadas como os vetores de desenvolvimento expressos no VTI e no VTE, enquanto representantes de agentes com interesses e projetos diferenciados.

A terceira parte do trabalho compreende uma caracterização da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins associada ao seu processo histórico de ocupação. A análise da dinâmica territorial local demonstra sucessivas tentativas de integração da área de estudo à economia nacional desde o século XVIII, processo este que é somente efetivado após a segunda metade do século XX quando a ilha é incorporada ao projeto de modernização nacional.

A quarta parte do estudo aborda a implantação de projetos de desenvolvimento baseados na modernização através da implementação da economia de fronteira. O estabelecimento de projetos agrícolas e da pecuária ocupa grandes extensões territoriais e dá origem à formação de

um VTI local baseado principalmente na produção irrigada de arroz e na pecuária.

A quinta parte do estudo analisa o processo de implantação de projetos preservacionistas e conservacionistas a partir da década de 1980. Essas proposta de desenvolvimento são as que mais se aproximam do paradigma de desenvolvimento sustentável e têm como parâmetro a valorização da diversidade biológica da Ilha do Bananal articulando um conjunto diversificado de agentes e dando origem a um VTE local.

A metodologia que orientou a realização do presente estudo foi desenvolvida com base nos seguintes procedimentos: a coleta dos dados, sua análise e finalmente na sua interpretação.

A coleta de dados baseou-se principalmente na aquisição de informações referentes a Ilha do Bananal e seu entorno no Estado do Tocantins.

Neste sentido, foram realizadas duas viagens ao campo: A primeira, em setembro de 2000; e a segunda em setembro de 2001. A ida ao campo teve grande relevância, pois possibilitou que fossem levantadas as principais questões referentes à área de estudo, através da observação e da realização de entrevistas informais com representantes de instituições governamentais e não-governamentais, representantes de comunidades indígenas e a população local em geral. A coleta de dados também compreendeu a aquisição de documentos junto à sede da Fundação Nacional do Índio em Brasília (FUNAI).

A análise dos dados e a revisão bibliográfica subsidiou a construção do direcionamento teórico-metodológico para a elaboração do estudo. Para tanto, destacam-se os trabalhos sobre a fronteira amazônica realizados por Becker (2000) e Little (2001) os quais contribuem para a caracterização dos vetores de desenvolvimento em escala regional.

Em escala local, destacam-se os trabalhos de cunho histórico realizados por Doles (1973), Chaim (1983) e Barbosa (1996) que tanto ajudaram na compreensão do processo de ocupação da Ilha do Bananal quanto de seu entorno no Estado do Tocantins. Sobre as questões relativas aos indígenas habitantes da ilha, procurou-se subsídios na Antropologia através dos trabalhos de Toral (1992) e Rodrigues (1993). Por fim, sobre o Estado do Tocantins, tem-se como referência os estudos realizados por Silva (1996), Barbosa (1999) e Pereira (2000).

A interpretação dos dados baseou-se principalmente na identificação dos agentes envolvidos na dinâmica territorial local assim como as estratégias utilizadas para a viabilização de seus projetos de desenvolvimento. Neste sentido, foi utilizada uma perspectiva que correlaciona os projetos de desenvolvimento, seus respectivos agentes, seus territórios específicos e o significado de cada projeto no seu respectivo contexto histórico.

A realização deste estudo trata-se de uma contribuição à Geografia, pois, em primeiro lugar, baseia-se na operacionalização de conceitos essenciais da ciência geográfica à luz das transformações recentes no contexto geopolítico mundial. Em segundo lugar, identifica processos inerentes à dinâmica territorial da Amazônia na atualidade. Sem a pretensão de ser conclusivo, o presente trabalho constitui um incremento ao conhecimento da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins.

CAPÍTULO 01

AS MUDANÇAS DE PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NO FIM DO SÉCULO XX

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais paradigmas que influenciaram na formulação e na implantação das políticas de desenvolvimento ao longo do século XX e início do século XXI e que, em última instância, trouxeram repercussões sobre a dinâmica na Amazônia E DA ÁREA DA Ilha Ddo Bananal e seu entorno no atual Estado do Tocantins.

As últimas décadas século XX constituem um marco histórico no qual os modelos de desenvolvimento implementados a partir do fim da Segunda Mundial não se mostraram suficientes para resolver os problemas inerentes ao crescimento econômico, ao meio ambiente, às desigualdades sociais e às desigualdades regionais. Nesse período passam a surgir novos paradigmas os quais vão trazer subsídios para construção de novas propostas de desenvolvimento.

Nesse sentido, torna-se conveniente uma reflexão sobre o conceito de *paradigma*. O significado original do termo remete à filosofia platônica e corresponde a um *modelo a ser imitado* (Rohmann, 1994). De acordo com Kuhn (1975), as grandes revoluções científicas ocorrem quando o paradigma dominante é substituído por um conjunto de teorias que expressam e confirmam certas opiniões distintas daquelas tradicionalmente aceitas e estabelecidas.

Por outro lado, as mudanças de paradigma de desenvolvimento associam-se ao surgimento de novos padrões e modelos de

desenvolvimento. Embora ambos os termos estejam intimamente relacionados, deve-se considerar a diferenciação existente entre eles.

Os *modelos* correspondem a modos de explicação ou de representação da realidade (Mora, 2001), estando associado a modelos teóricos utilizados na ciência; e a algo que é copiado, sendo utilizado como referência. Assim o significado de modelo aproxima-se ao significado de padrão, na medida em que este vem sendo utilizado para designar estilos e *status* pré-definidos (Seldon e Pennance, 1977).

No fim do século XX, as teorias de desenvolvimento formuladas durante as décadas de 1950 e 1960 são substituídas por novas teorias gerando novos modelos e novos padrões de desenvolvimento. Este processo traz repercussões nas políticas de desenvolvimento implementadas no Brasil e influenciando a dinâmica recente da Amazônia e trazendo repercussões sobre a implantação de projetos de desenvolvimento na Ilha do Bananal e no seu entorno no Estado do Tocantins.

1.1 Teorias de Desenvolvimento do Pós-Guerra

O termo *desenvolvimento* é extremamente amplo sendo utilizado nos mais diversos campos do conhecimento. A palavra "desenvolvimento" traz implícita em seu significado as noções de progressividade, melhoria e evolução. Na realidade, o desenvolvimento traz implícitas as concepções de mudança e de transformação.

No campo das ciências humanas, o desenvolvimento é considerado uma estratégia dinâmica para elevar a humanidade a um estágio ideal de estabilidade no qual as necessidades são atendidas.

O desenvolvimento é considerado principalmente um caminho a ser trilhado pela humanidade para atingir a condição de plenitude em seus mais nobres ideais: liberdade, justiça e bem-estar social. No entanto, considerando-se que a maior parte da humanidade ainda não tem acesso a estas condições, a questão que se coloca é: como atingir estes ideais, ou seja, quais são as estratégias de desenvolvimento que devem ser tomadas? Quais caminhos devem ser percorridos? As respostas a estas perguntas fazem parte de um amplo universo de debate nas Ciências Humanas.

De acordo com Furtado (1988), as origens da noção de desenvolvimento têm sua origem em três correntes do pensamento europeu no século XVIII: a primeira tem como base a filosofia do Iluminismo que focaliza a história como um avanço gradual em direção à supremacia da razão; a segunda, vincula-se à concepção de acumulação de riqueza tomando-se por certo que o futuro traz em si a promessa de um bem-estar; e a terceira, relaciona-se à idéia de que a expansão espacial da civilização européia significa acesso a formas superiores de vida pelos demais povos do mundo, considerados em maior ou menor grau "atrasados".

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o contexto geopolítico internacional está caracterizado pelo início da disputa entre os dois blocos de poder - o capitalista e o socialista. Este período da história pode ser identificado como o início da "idade do desenvolvimento" quando este passa a constituir prioridade nas políticas dos governos (Rist, 1997).

Inicialmente o desenvolvimento assume a forma não tanto de um problema intelectual, mas de uma preocupação política, resultante das profundas transformações desencadeadas pela Guerra tais como o colapso das estruturas coloniais e o surgimento de interesses internacionais dominantes sob novas formas baseadas no domínio da tecnologia, das comunicações e na manipulação tecnológica (Furtado, 1988).

Em 1949, ante a ameaça de avanço da União Soviética, o Governo dos Estados Unidos, representado pelo Presidente Truman lança um documento no qual, entre outras atribuições, estabelece como uma das diretrizes da política norte-americana estender a assistência técnica concedida a alguns países da América Latina para os demais países mais pobres (Rist, 1997):

"...Mais da metade da população do mundo vive em condições próximas à miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas da doença. Sua vida econômica é primitiva estagnada sua pobreza é uma deficiência, uma ameaça tanto para elas como para as áreas mais prósperas.

Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade de aliviar o sofrimento dessa população. Os Estados Unidos são proeminentes entre as nações do desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais os quais nós podemos arcar para dar assistência a essas populações é limitado. Mas nossos recursos imponderáveis em conhecimento técnico são constantemente crescentes e inesgotáveis" (Public Papers of the President apud G. Rist: The History of Development, p. 71)

Posteriormente, o conceito de desenvolvimento passa a ser utilizado como referência à percepção do retardo econômico de certos países em relação aos outros através da avaliação das diferenciações entre níveis de consumo e entre os graus de diversificação do consumo da população como um todo.

A análise dos diferenciais de desenvolvimento inter e intra-regionais é acrescida de variáveis de natureza social (mortalidade infantil, incidência

de doenças contagiosas e grau de alfabetização, entre outros). Sob essa ótica, o desenvolvimento se associa com outros conceitos tais como progresso, bem-estar social e modernização, e a ser identificado como uma via de acesso a estilos de vida criados pela civilização industrial (Furtado, 1988).

Em síntese, o debate sobre desenvolvimento no pós-guerra envolve um conjunto de orientações teórico-metodológicas cujos temas estão relacionados a questões que envolvem a modernização, o desenvolvimento regional e o meio ambiente. A abordagem do desenvolvimento sob esses enfoques traz implícitas outras questões as quais envolvem respectivamente o papel ou o significado das mudanças tecnológicas, do espaço e da relação homem/natureza.

Deve-se considerar que este conjunto de teorias teve influência significativa para as políticas de desenvolvimento aplicadas no Brasil a partir da década de 1950, quando o país se encontrava em vias de consolidar o processo de sua industrialização. O Estado brasileiro passa a aplicar modelos formulados nos Estados Unidos e na Europa e esta opção traz repercussões sobre a dinâmica da Amazônia mediante sua integração às mudanças vigentes no espaço nacional.

1.1.1 Teoria da Modernização

Desenvolvimento e modernização constituem termos intimamente relacionados considerando-se a visão tradicional e disseminada do desenvolvimento como um processo necessário para se chegar à modernidade. A construção da teoria da modernização tem como base duas concepções: a primeira a que trata das possibilidades de um

crescimento econômico estável e a segunda, baseada nas mudanças sociais.

De acordo com Rostow (1960), a modernização constitui um processo social que se realiza conforme as seguintes etapas:

- a sociedade tradicional representa o nível "zero" na história de uma sociedade, correspondendo a um estágio natural de não desenvolvimento;
- o segundo estágio representa a desintegração da sociedade tradicional quando torna-se evidente que o progresso econômico é uma condição necessária para qualquer outro propósito considerado bom como dignidade nacional, lucro privado, o bem-estar geral ou uma vida melhor para as crianças;
- o terceiro estágio, do salto qualitativo (*take off*) corresponde à fase em que o crescimento torna-se uma condição normal e são construídos os interesses novos com seus próprios hábitos e estruturas institucionais, pois os antigos blocos de resistência ao crescimento são finalmente superados;
- o quarto estágio direciona a sociedade à maturidade durante a qual são atendidos os requisitos de uma produção eficiente e moderna;
- por fim, o último estágio é caracterizado pela existência de elevados índices de consumo de massa no qual os ganhos em produtividade são distribuídos entre os trabalhadores.

A teoria de estágios de crescimento assume um caráter evolucionista e traz em si um conjunto de sistemas de valores que enfatizam o progresso, a substituição do antigo pelo novo, e o crescimento econômico. Em síntese, a sociedade deve caminhar da tradição para a modernidade.

A teoria da modernização prevê que quanto mais especializada e diferenciada uma sociedade é, mais moderna ela se encontra e, portanto desenvolvida e progressiva ela está. A concepção de modernização traz implícitas mudanças sociais, culturais e, principalmente, tecnológicas. A tecnologia moderna torna possível o aumento do número de bens no mercado, mas à custa da substituição do antigo *know-how* (Rist, 1997).

"Similarmente, a riqueza das nações cresce como um resultado da acumulação, mas também aumentam as desigualdades, a industrialização cria novos trabalhos mas torna mais difícil trabalhar-se com criatividade e se ganhar reconhecimento social. No extremo, os consumidores são 'livres' para escolher entre um grande conjunto de carros, mas a poluição coloca-os abaixo na estrada. Não é uma questão de idealizar sistematicamente o passado, mas simplesmente reconhecer que os 'ganhos dos pobres' também reclamam muitas casualidades" G. Rist: *The History of Development*, p.98.

A ênfase da concepção do desenvolvimento baseado na modernização apresenta a limitação de que um aumento da eficiência da produção e da produtividade (baseado principalmente na inovação tecnológica) não leva necessariamente ao bem-estar social. Ao contrário, o progresso tecnológico e a adoção de medidas mais eficientes na produção tendem a permitir a continuidade do processo de acumulação intensificando a desigualdade (Furtado, 1988).

No caso brasileiro, a aplicação da teoria da modernização expressa-se principalmente na introdução de técnicas inovadoras na produção após o fim da II Guerra Mundial e na transformação da configuração do espaço nacional. Até a década de 1970, o país havia consolidado a construção do seu parque industrial associada a elevadas taxas de crescimento

econômico, assim como a população brasileira havia se tornado predominantemente urbana.

A Amazônia havia se integrado à modernização nacional na qualidade de uma "fronteira de recursos" mediante a implantação de vias de comunicação, da implementação de grandes projetos minerais e agropecuários, atraindo um significativo contingente populacional e tornando-se uma fronteira eminentemente urbana.

No caso específico da Ilha do Bananal e do seu entorno no atual Estado do Tocantins a dinâmica territorial local foi afetada na década de 1950 com a valorização das terras em decorrência da BR 153 (Rodovia Belém-Brasília) e com a implantação do Projeto Rio Formoso no fim da década de 1970 o qual baseia-se na produção intensiva e mecanizada e em larga escala de arroz irrigado.

Tal processo (tanto nacional quanto regional) ocorre associado a problemas relacionados a conflitos pela posse da terra e ao desmatamento, à mobilidade do trabalho e à permanência das desigualdades (tanto sociais quanto regionais) levando à se reconsiderar a relação entre modernização e desenvolvimento.

Neste sentido, o desenvolvimento é considerado um processo mais amplo que a modernização, pois este tem um componente social significativo e dependente do processo da formação da sociedade assim como da orientação do tipo de atuação das forças sociais que pressionam para mantê-la ou modificá-la, com todas as conseqüências políticas e sociais que impliquem o equilíbrio dos grupos tanto no plano nacional como no plano externo (Cardoso e Faletto, 1981).

"O conceito de desenvolvimento pode, portanto, ser abordado com base em três critérios cujo inter-relacionamento é complexo: o critério de

um aumento na eficiência do sistema de produção, o critério da satisfação das necessidades básicas da população, e aquele do cumprimento dos objetivos almejados por grupos diversos dentro de uma sociedade vinculados ao uso de recursos escassos. O terceiro critério é, decerto, o de mais difícil definição, pois o que representa bem-estar para um grupo social pode parecer a outro um mero desperdício de recursos. É por isso que a noção de desenvolvimento sustentada por uma sociedade não depende de sua estrutura social". C. Furtado: 'O desenvolvimento' in G.F. Caiden & G.R. Caravantes: Reconsideração do Conceito de Desenvolvimento, p. 54.

1.1.2 Desenvolvimento Regional

Enquanto a teoria da modernização pressupõe o desenvolvimento em etapas, as teorias sobre desenvolvimento regional abordam a dimensão espacial do desenvolvimento. As discussões em torno do desenvolvimento regional iniciam-se nas décadas de 1950 e 1960.

O enfoque principal do desenvolvimento regional baseia-se na existência das desigualdades inter-regionais. As teorias de desenvolvimento regional elaboradas no pós-guerra voltam-se para as estratégias necessárias para a superação destas diferenças.

De acordo com Friedmann (1965) os estudos voltados para o desenvolvimento regional devem considerar a existência de uma certa regularidade e ordem na estrutura do espaço na forma através da qual ele é moldado pelas atividades humanas pois:

- a estrutura dos assentamentos humanos pode ser definida como um sistema de nós e de ligações funcionais;

- os nós são organizados em uma estrutura hierárquica aberta a qual é diferenciada internamente pela função de cada nó;
- em volta de cada nó existe um campo de densidade de interação funcional fazendo com que as densidades tornem-se menos significativas à medida em que se afastam do centro;
- o custo de se ultrapassar a distância exerce uma influência "perversa" sobre a distribuição das atividades no espaço, assim como sobre o nível de uma atividade em uma locação (ou em um dado local).

Nessa visão sistêmica, o espaço é um campo de forças com leis próprias para sua transformação. Determinados sistemas sociais possuem uma grande capacidade integradora. Esta é uma condição para a diferenciação entre regiões centrais e regiões periféricas (Morales, 1983).

As regiões centrais assim o são porque não interromperam seu processo de desenvolvimento baseado na introdução de inovações técnicas e institucionais. Como pode se observar, a visão de Friedmann está profundamente enraizada na concepção de estágios de crescimento de Rostow, pois o desenvolvimento regional é enfocado sob seu aspecto técnico e não político, assim a cidade e o campo constituem categorias autônomas e isoladas (Morales, 1983).

Para Izard (1975), a compreensão do desenvolvimento de cidades e regiões não pode se dar sem o entendimento do funcionamento das forças de aglomeração e desaglomeração que levam à concentração e à desconcentração das atividades industriais ou de outra atividade econômica qualquer. As forças identificadas estão agrupadas em três categorias:

- economias de escala ou economias para a produção interna de uma dada vantagem comparativa que é intensificada à medida em que sua escala de operação aumenta;
- economias de localização que concentra todas as forças em uma única indústria, em uma única localização;
- economias de urbanização associadas com o acréscimo no tamanho total da população, do crescimento industrial e da riqueza de um local para todas as demais atividades tomadas em conjunto.

A visão de Perroux (1973) considera o espaço como parte integrante da economia nacional. Esta se apresenta como uma combinação de sistemas relativamente ativos (indústrias motrizes, pólos de indústrias e atividades geograficamente aglomeradas) e de indústrias relativamente passivas. A primeira categoria induz aos fenômenos de crescimento sobre a segunda, constituindo um centro dinâmico (pólo de crescimento) cujo crescimento é vivenciado pela região que o cerca uma vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região (Andrade, 1987).

A aplicação das teorias tradicionais de desenvolvimento regional baseia-se principalmente em modelos econômicos cuja referência é o livre mercado. De acordo com Markusen (1985) esta visão considera o desenvolvimento regional como um produto da interação entre oferta e demanda na qual as decisões tomadas e a dinâmica espacial estão submetidas a condições ideais e ignoram a presença de agentes concretos (como os oligopólios) responsáveis por distorções relevantes na economia de mercado.

O Brasil foi um país no qual a teoria de pólos de desenvolvimento teve uma profunda aplicação, principalmente a partir da década de 1970 (Egler 1995). Neste período o Estado brasileiro promoveu uma política de

implantação de pólos de desenvolvimento em diversas regiões, principalmente na Amazônia com o objetivo de fomentar a industrialização.

As políticas de desenvolvimento regional empreendidas na década de 1970 afetaram indiretamente a dinâmica territorial da Ilha do Bananal e do seu entorno no atual Estado do Tocantins com a implantação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), cujo principal objetivo era incentivar a adoção da tecnologia moderna nos Cerrados através da concessão de crédito rural e assistência técnica.

1.1.3 Meio Ambiente e Desenvolvimento

Pode-se considerar que a relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente é analisada sob a perspectiva das seguintes correntes teóricas (Godard, 1997):

- a primeira, sistematizada para promover estratégias de ecodesenvolvimento, inicia-se na década de 1970 com o objetivo de atender as necessidades fundamentais das populações menos favorecidas na adaptação de novas tecnologias e dos modos de vida, de investigar as potencialidades e dificuldades específicas de cada ecozona, e de intensificar a valorização dos resíduos e na organização da exploração dos recursos renováveis pela concepção de sistemas cíclicos de produção, sistematizando os ciclos ecológicos;

- a segunda visa desenvolver uma nova representação teórica da atividade econômica a partir da confrontação com os novos conceitos e modelos de desenvolvimento pelas ciências da

natureza levando à sistematização de uma economia ecológica ou bioeconomia;

- a terceira, compreende um prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico levando à construção de modelos voltados para analisar as implicações lógicas de uma exigência de equidade entre gerações nas trajetórias de crescimento máximo, os níveis de consumo acessíveis a cada geração e as condições de transferência de custos de uma geração a outra.

A relação entre o processo de desenvolvimento e o meio ambiente corresponde a um amplo e complexo debate que envolve posições filosóficas diferenciadas sobre a relação homem/natureza, estratégias de gestão ambiental distintas e diferentes metodologias analíticas e de planejamento. Colby (1990) demonstra que em escala mundial a percepção dos problemas ambientais mais sérios vem apresentando uma certa transformação através dos anos, pois os principais temas vão se modificando incorporando novas questões e tornando-se mais abrangentes (Tabela 1.1)

Colby (1990), identifica cinco abordagens sobre o papel do meio ambiente no processo de desenvolvimento como formas através das quais a humanidade pode integrar o manejo ambiental com o desenvolvimento econômico e social.

A *economia de fronteira*, predominante até o fim da década de 1960, baseia-se na concepção de que a natureza constitui uma reserva infinita de recursos físicos e bióticos (vegetação, energia, água, solo e ar) para ser utilizada em benefício da humanidade, assim como representa um depósito infinito para os resíduos do desenvolvimento e o consumo destes benefícios na forma de várias modalidades de poluição e degradação ecológica (Boulding *apud* Colby, 1990). Sob esta concepção

não existe um ambiente a ser gerenciado, pois ele é considerado irrelevante para a economia.

A *ecologia profunda* (ou ecologia radical), iniciada a partir da década de 1970, corresponde a uma visão segundo a qual devem ser estabelecidas novas atitudes filosóficas que envolvam a relação entre a natureza, assim como as atividades sócio-econômicas principalmente através da redefinição do posicionamento dos aspectos éticos, sociais e espirituais da visão econômica dominante.

A *proteção ambiental* considera o meio ambiente como uma externalidade econômica, pois os limites estabelecidos para o grau de poluição de uma atividade estão de acordo mais com critérios freqüentemente arbitrários e não por um ponto de vista ecológico-científico.

A *gestão de recursos* tem como base a incorporação de diversas modalidades de capital e recursos (biofísico, humano, de infra-estrutura e monetário) para o cálculo das contas nacionais, de produtividade de políticas de desenvolvimento e de planejamento de investimento induzindo à realização de estudos interdisciplinares e utilizando a abordagem sistêmica associada à interpretação e de modelos matemáticos.

Assim, o último e mais recente paradigma de gestão ambiental constitui o *ecodesenvolvimento* o qual baseia-se na concepção de que a relação entre a sociedade e a natureza integra um jogo de somas positivas cuja consequência é reorganização sinérgica das atividades humanas em processos e serviços dos ecossistemas. O desenvolvimento torna-se a atividade responsável por gerenciar esta relação tornando a gestão ambiental, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sócio-ecológico como virtualmente semânticos (Colby, 1990).

Tabela 1.1 Evolução da Percepção de Problemas Ambientais

1970	1982	1988	1988
Dióxido de carbono Poluição Termal	Efeito estufa Aumento do volume de água nos oceanos	Gases do efeito estufa Aquecimento global	Mudança climática global, elevação do nível dos oceanos
Partículas atmosféricas			
Nuvens Cirrus induzidas por jatos			
Transporte supersônico induzindo impactos sobre a camada de ozônio		Redução da camada de ozônio	Mudanças na concentração do ozônio atmosférico
Óleo de mercúrio no oceano Eutrofização costeira	Poluição oceânica em geral	Poluição oceânica em geral	Poluição dos mares em escala regional Derramamento de óleo Eutrofização na costa e nos estuários
Pesticidas (DDT)	Substâncias químicas poluentes	Substâncias tóxicas Perda do solo	Resíduos de biocidas Perdas tóxicas e comércio internacional
	Disseminação de genes artificiais mutantes		
	Desmatamento das florestas tropicais Perda da biodiversidade	Desmatamento das florestas tropicais Perda da biodiversidade habitats	Desmatamento tropical e perda do habitat da biodiversidade
	Chuva ácida	Deposição de ácidos	Deposição de ácido Poluição atravessando fronteiras
	Inverno nuclear		
		Poluição das águas potáveis e de sub-superfície	Qualidade e quantidade da água potável
		Crescimento populacional	Crescimento populacional
		Degradação ambiental nos países em desenvolvimento	Marginalização dos pobres, especialmente culturas indígenas e mulheres
		Perda ou uso ineficiente de energia	Uso ineficiente de energia
		Perda de solos	Perda pela deterioração do solo Desertificação Aumento da salinidade
		Má gestão das terras públicas	Más políticas de uso da terra em geral
			Rompimento de processos ecológicos e biogeoquímicos
			Crescimento urbano

Adaptado de Colby (1990)

O ecodesenvolvimento prevê trabalhar com componentes de longo prazo, com a resiliência e com a incerteza para reduzir a ocorrência de surpresas ecológicas não lineares causadas pelo desconhecimento de questões relativas aos estoques ecosféricos, e aos processos de fluxos de materiais e energia. A incerteza ecológica deve ser incorporada na modelagem econômica e nos mecanismos de planejamento assim como no planejamento de riscos (Colby, 1990).

A concepção de ecodesenvolvimento constitui a base teórico-metodológica para a formulação das políticas e propostas de desenvolvimento mais recentes voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Embora o ecodesenvolvimento seja baseado em uma visão solidária de longo prazo e abrangente para toda a humanidade, sua ênfase deve recair sobre os espaços da autonomia local que devem ser identificados, ampliados e consolidados, recebendo o auxílio necessário para romper certos pontos de estrangulamento (Sachs, 1986).

No caso do Brasil e conseqüentemente, na Amazônia, a implantação de projetos de desenvolvimento representa a expressão de diferentes modalidades de abordagens entre meio ambiente e desenvolvimento, o que provocou profundas mudanças na dinâmica nacional. A economia de fronteira constitui a base para a implantação de empreendimentos de grande porte como hidrelétricas, projetos de extração de minérios, e projetos agropecuários (Becker, 1997).

A ecologia profunda constitui a inspiração para o início da formação de um movimento ecológico nacional enquanto a proteção ambiental trouxe subsídios para a criação de parques e reservas, assim como para a institucionalização dos estudos e dos relatórios de impacto ambiental. A gestão de recursos tornou-se referência para a formulação de políticas de controle populacional e ambiental. Por fim, o ecodesenvolvimento torna-se

uma referência teórico-metodológica para a formulação de projetos ambientais baseados na sustentabilidade.

Os diferentes paradigmas da relação entre meio ambiente e desenvolvimento tiveram um significado relevante na dinâmica territorial da Amazônia. Os projetos baseados na economia de fronteira consubstanciaram-se principalmente nos projetos extrativos minerais e nos empreendimentos minerais. A ecologia profunda constituiu a principal inspiração para os movimentos ecológicos voltados em preservar um estilo de vida amazônico responsável pela preservação da biodiversidade regional. A proteção ambiental compreende a base para a criação das unidades de conservação na região, principalmente aquelas voltadas para a preservação da fauna e da flora. A gestão de recursos influencia as ações direcionadas para a valorização econômica da biodiversidade regional enquanto no ecodesenvolvimento estão implícitas propostas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

1.2 As Transformações no Contexto Geopolítico Mundial

As transformações analisadas constituem os processos inerentes ao contexto geopolítico atual. Podem ser definidas como macrotendências as quais estão, em última instância, interrelacionadas, pois, sua origem tem um marco espaço-temporal comum: o mundo ocidental desenvolvido na segunda metade da década de 1960.

As macrotendências têm seu início vinculado a uma conjuntura de crises a qual se desdobra nas seguintes dimensões: a crise do capitalismo, a crise do Estado e a crise ambiental. As mudanças na economia capitalista e no papel do Estado, assim como a consolidação do desenvolvimento sustentável como um novo modelo de desenvolvimento

podem, portanto, ser compreendidas como tentativas de superação de modelos de desenvolvimento anteriores.

1.2.1 As Transformações na Economia Capitalista

A primeira transformação analisada na qual se insere a dinâmica recente da Amazônia e também traz conseqüências para a Ilha do Bananal e para o seu entorno no Estado do Tocantins, diz respeito às mudanças vigentes sobre o funcionamento da economia capitalista, iniciadas a partir das últimas décadas do século XX. Essas mudanças são interpretadas como:

- a transição de um sistema de acumulação fordista para um sistema de acumulação flexível (Harvey, 1994), ou a crise do sistema fordista, implicando a flexibilização da economia capitalista (Benko, 1996);
- a formação de um sistema econômico global (Castells, 2001) como uma expressão de um processo de internacionalização da economia (Hirst e Thompson, 1999).

As mudanças na economia capitalista no fim do século XX resultam de ajustes na produção com o objetivo de superar a crise do modelo fordista iniciada a partir da década de 1960. Enquanto modelo, o fordismo tem como concepção a produção em massa para um consumo de massa. Enquanto sistema de produção, o fordismo incorpora elementos de outros modelos como o taylorismo, baseado no aumento da produtividade do trabalho pela decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização das tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento (Harvey, 1994).

Embora o fordismo tenha se iniciado nas primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos, somente após a Segunda Guerra Mundial tornou-se um modelo predominante de produção abrangendo outras nações. Como um sistema de produção, o fordismo adquiriu um significado mais amplo como um sistema de reprodução do trabalho, como uma política de controle e de gerência do trabalho, com uma estética e uma psicologia específicas, dependendo de um conjunto de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais tais como o planejamento em grande escala e a completa racionalização do trabalho (Harvey,1994).

Harvey (1994) e Benko (1996) identificam o sistema de acumulação fordista como dotado de uma rigidez intrínseca. A rigidez encontra-se principalmente na cadeia de produção (Benko, 1996) na qual o investimento do capital fixo em larga escala e de longo prazo são aplicados em sistemas de produção em massa impedindo a intensificação da flexibilidade de planejamento com o objetivo de manter o crescimento estável em mercados de consumo invariantes (Harvey, 1994).

No final do século XX são implementados ajustes voltados para quebrar a rigidez característica do fordismo e para reestruturar e intensificar o controle do trabalho (Harvey, 1994). Essas estratégias são viabilizadas mediante a mudança tecnológica baseada na automação, na busca de novas linhas de produtos de nichos de mercado, na dispersão geográfica para zonas onde o trabalho é mais facilmente controlado e na adoção de medidas voltadas para acelerar o tempo de circulação do capital.

O novo modelo de acumulação da economia capitalista passa a ter, então, um componente-chave, a *flexibilidade*, cuja definição pode ser entendida como:

"... A acumulação flexível, como vou chamar, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, de produtos e de padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças de padrões de desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas". (D. Harvey: A Condição Pós-Moderna, p.140).

A acumulação flexível, enquanto um novo modelo de acumulação no capitalismo, tem sua dimensão espacial identificada como a formação de um espaço de acumulação global. Esse processo resulta da hipermobilidade do capital e da integração flexível de múltiplas estratégias de controle do trabalho, ou seja, de modos de dominação que põe em concorrência os assalariados no seio de uma imensa jornada de trabalho em escala planetária (Benko, 1996).

Sobre o processo de formação de um espaço de acumulação global devem ser destacados os seguintes aspectos:

- em primeiro lugar, o espaço de acumulação global depende da capacidade dos agentes em gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada no conhecimento, ou seja, ele tem sua dinâmica associada a uma economia global e também informacional (Castells, 1999), ao contrário do que ocorria no fordismo, cujos propulsores do crescimento constituíam os automóveis, a construção de navios, os equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha e os eletrodomésticos (Harvey, 1994);

- em segundo lugar, embora as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação (e seus componentes) estejam organizados em escala global, através de uma rede de conexões entre agentes econômicos, a economia ainda não é totalmente globalizada pois os mercados e as maiores empresas não estão completamente integrados, assim como o Estado-Nação persiste enquanto uma unidade política, institucional e territorial, e as políticas governamentais afetam as fronteiras internacionais e a estrutura da economia global tornando esta também uma economia regionalizada (Castells, 1999).

Portanto, considerando-se a existência de uma nova plataforma de produção baseada na geração, no processamento e na circulação da informação, e na regionalização; e, tendo em vista as variações entre os diferentes Estados-Nação, deve-se entender que a economia global e informacional representa uma etapa na economia capitalista a qual expressa um processo de internacionalização da economia capitalista e uma nova divisão internacional do trabalho.

A internacionalização da economia não é considerada um fato recente no capitalismo em decorrência da existência de antecedentes históricos de uma economia internacional mais intensa¹. O próprio fordismo viabilizou a abertura do investimento estrangeiro e do comércio, permitindo que a capacidade produtiva excedente dos Estados Unidos fosse absorvida, levando à formação de mercados de massa globais e a oferta global de matérias-primas (Harvey, 1994).

O que pode ser identificado é um processo no qual as empresas multinacionais ainda possuem a base nacional e os investimentos ainda se concentram nos países desenvolvidos cujos governos possuem poder de

¹ De acordo com Hirst e Thompson (1999), a intensidade do comércio entre as nações possui um comportamento cíclico. No período compreendido entre 1887 e 1914, o valor das trocas internacionais era relativamente superior ao vigente durante a década de 1990.

pressão sobre os outros (Hirst e Thompson, 1999). Neste sentido, a consolidação de uma economia global e informacional depende das políticas dos Estados Nacionais.

Os novos fatores de produção na economia global e informacional acabam por definir novos critérios de diferenciação constituindo fontes de competitividade as quais são (Castells, 1999): a capacidade tecnológica, o acesso a um mercado grande afluyente e integrado, e o diferencial entre os custos de produção e os preços do mercado de destino. Sob estas condições, os Estados-Nações vêm se ajustando para se integrar à dinâmica da economia capitalista.

As transformações na economia capitalista tiveram um significativo impacto sobre a dinâmica regional da Amazônia a partir do final do século XX. Em 1996, como parte das diretrizes estabelecidas no Programa Brasil em Ação do Governo Federal, a Amazônica passa a integrar dois dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Becker, 2001): o Eixo de Integração Nacional Norte-Sul cujo objetivo é fortalecer o escoamento da produção agropecuária dos cerrados centrais envolvendo o oeste da Bahia, o sudoeste do Pará, o sul do Maranhão, o Estado do Tocantins e parte do Estado de Goiás; e o Eixo de Integração Oeste que busca expandir as áreas de fronteira agrícola através da ligação dos estados do Acre e de Rondônia com os da Região Centro-Sul e Sul.

Conforme enfatiza Becker (2001), essa logística que se implanta na Amazônia expressa a prioridade atribuída ao grande potencial de mercado para a soja já existente na região, considerando-se, assim, que os corredores servem potencialmente para a exportação de grãos a partir do cinturão de sua produção no Cerrado que cerca a Região Amazônica. No caso específico da Ilha do Bananal e do Seu entorno no Estado do Tocantins, a área passa a ser inserida no Eixo de Integração Nacional Norte-Sul no qual encontra-se previsto a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins como um corredor de escoamento da produção agrícola.

1.2.2 A Mudança do Papel do Estado

O segundo conjunto de transformações no contexto geopolítico mundial diz respeito à mudança do papel do Estado. As modificações estão relacionadas principalmente à ação política do Estado na medida em que este sintetiza os níveis relativos de compromissos jurídicos e ideológicos, assim como também administrativos que resultam das tensões entre grupos, camadas e frações sociais (Morales, 1983)

O modelo predominante de Estado vigente até a década de 1970 e as últimas décadas do século XX, tem sua origem na Europa estruturando-se entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Nesse período, a economia capitalista estava assumindo uma dinâmica caracterizada principalmente pela formação de grandes concentrações econômicas resultando na união entre os três tipos de capital: industrial, comercial e bancário (Gozzi, 1992).

O capital financeiro (resultante da união das três modalidades de capital) constitui a realidade histórica em que se revelou o capitalismo organizado (Gozzi, 1992)². As fortes concentrações industriais passam a constituir um grupo de pressão com capacidade de influenciar a política interna. Assim, a política econômica do Estado passa a interferir diretamente através de medidas protecionistas em relação ao capital monopólico como o controle da moeda e como a criação de condições de infra-estrutura favoráveis à valorização do capital.

² Gozzi (1992), apresenta como estudo de caso a Alemanha em fins do século XIX. No processo de formação do Estado alemão estavam presentes as seguintes condições: a introdução de tecnologia avançada, a preferência atribuída às grandes empresas, a formação planejada de capital humano, a afirmação de um nacionalismo econômico como ideologia de desenvolvimento, a legislação liberal criando um quadro institucional considerado vantajoso pelos representantes do capital financeiro e empresarial.

A identificação do Estado enquanto agente econômico fundamental é responsável pela produção de sua própria espacialidade mediante (Lefébvre, 1978):

- a produção de um espaço, o território nacional, físico, modificado e transformado pelos recursos, circuitos e fluxos que se instalam;
- a produção de um espaço social com suas instituições através da construção de símbolos que constituem a ideologia do Estado;
- a produção do espaço mental como o espaço das representações e a representação do espaço no qual o Estado passa a regular e a ordenar o espaço nacional.

No entanto, considerando-se a ordem internacional no conjunto de vários Estados-Nações, o Estado passa a integrar um sistema espacial no qual as lógicas internas (as políticas domésticas) submetem-se às lógicas externas (políticas externas), mesmo que uma disposição interna possa, em determinado momento, escapar ao controle sistêmico (Retaille, 1997).

Este processo intensifica-se no final do século XX quando as transformações do papel do Estado passam a expressar as mudanças do contexto geopolítico mundial com efeitos diferenciados para o conjunto de Estados nacionais.

A nova ordem mundial vem representada tanto por países poderosos (como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão), como por instituições internacionais criadas após a II Guerra Mundial tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e as Nações Unidas. As atividades dos Estados passam a ser internacionalizadas com conseqüências distintas no sistema mundial: enquanto nos países centrais

predominam o consenso e a negociação, os países periféricos passam a experimentar uma contra-revolução baseada no liberalismo econômico que se impõe como uma condição política e ideológica prevista nas agendas das instituições internacionais (Agnew e Corbridge, 1995).

"A nova estabilidade deve tomar a forma da internacionalização das atividades dos Estados para regularem parcialmente o mercado global e, por mais tentativas graduais, difundir riscos em mercados particulares por meios de securitização, contratos futuros, contratos e programas computadorizados em rede em uma nova ordem de Estados internacionalizados e capitais privados, nós temos que repensar nossas visões tradicionais de hegemonia, ordem e estabilidade. Uma expansão central das regiões de mercado acessível por sobreviver bem, ao invés de, e mesmo por, às instabilidades que tiram as 'periferias' dessa nova ordem hegemônica" J. Agnew e S. Corbridge: Mastering Space, 1995, p. 205

A intensificação do papel do Estado enquanto agente regulador entre as demandas internas (as políticas domésticas) e as demandas externas, resulta em dois processos, os quais, interrelacionados, integram uma dinâmica mais complexa: o prosseguimento das políticas nacionais em um contexto no qual o território não coincide com o espaço do capital resultando na incoerência das políticas internas e implicando na definição dos tipos de instituições que ainda são viáveis na economia nacional, considerando-se que essas mesmas instituições devem corresponder aos desafios das novas condições da competitividade na escala internacional (Benko, 1996).

A permanência das necessidades funcionais inviáveis de serem atendidas em um sistema não competitivo assim como a emergência de

questões de caráter global, levam ao surgimento de *governanças*. As atividades apoiadas em objetivos comuns que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas passam a não depender necessariamente do "poder de polícia" do Estado para que sejam aceitas e vençam as resistências (Rosenau, 2000).

Os processos identificados por Rosenau (2000) possuem uma dinâmica acelerada a ponto de a legislação e a capacidade de regulamentação do Estado não acompanharem a sua velocidade. Questões como as exigências de maior coerência a diferentes grupos étnicos ou de outra natureza, a globalização e a internacionalização da economia, o advento de movimentos sociais mais amplos, a redução das distâncias políticas causadas pela tecnologia microeletrônica e pelo florescimento de vínculos globais de interdependência devidos às crises monetárias, a poluição ambiental, o terrorismo e as drogas demandam uma capacidade de ajuste dos tratados internacionais e das Constituições nacionais.

No caso específico do Brasil, a transformação do papel do Estado pode ser identificada com a implantação das políticas neoliberais a partir da década de 1990 em substituição ao modelo de modernização nacional cujo esgotamento já vinha se manifestando durante a década de 1980. As principais causas da crise estavam associadas à redução da oferta de capital externo em decorrência do choque de petróleo na década de 1970 (Fiori, 2000) e em função de falhas no planejamento dos gastos públicos (Castells, 1999).

No entanto adoção de um modelo de desenvolvimento neoliberal resultou principalmente de uma opção política realizada pelo governo brasileiro em decorrência das pressões do sistema financeiro internacional. A partir da década de 1980, o Estado passou a priorizar a política monetária e o país tornou-se mais dependente do capital

internacional assim como de suas flutuações, inviabilizando a retomada da "proposta desenvolvimentista" (Fiori, 2001).

No âmbito das políticas regionais, o Estado brasileiro passa a fazer a opção prioritária pela integração dos espaços dinâmicos do Brasil ao mercado externo (Bacelar, 2000). Neste contexto, as políticas de desenvolvimento voltadas para a Amazônia tornam-se mais seletivas, visando alcançar o mercado externo e diversificadas, por envolverem um conjunto de agentes diferenciados.

Um dos principais aspectos da mudança do papel do Estado sobre a dinâmica regional da Amazônia constitui as parcerias que vem sendo elaborados para implementar projetos de desenvolvimento. No caso específico da Ilha do Bananal e do seu entorno no Tocantins, o Governo Federal deixa de ser o principal executor das políticas de desenvolvimento implementadas em escala local, para se tornar um agente financiador (como os casos dos projetos agropecuários), estabelecendo diretrizes e linhas de ação (como ocorre atualmente no Pólo Ecoturístico do Cantão). Este processo não implica a perda de relevância do Estado Nacional o qual, institucionalmente, detém o controle territorial da Ilha do Bananal onde estão localizados o Parque Nacional do Araguaia e a Terra Indígena Parque Indígena do Araguaia.

1.2.3 O Desenvolvimento Sustentável como um Novo Padrão de Desenvolvimento

O último processo de transformação no contexto geopolítico mundial a ser analisado está relacionado ao surgimento do desenvolvimento sustentável como um novo paradigma de desenvolvimento. Este passa a

se firmar como uma nova diretriz no sentido de orientar as relações entre os Estados, a política interna dos Estados, a organização da sociedade e a relação entre homem e meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável está fortemente associado ao conceito de *ecodesenvolvimento*, inicialmente citado por Bernard Strong em 1973 (Brüseke, 1996). Sachs (1994), considera o *ecodesenvolvimento* como o que é definido nos países anglo-saxões como desenvolvimento sustentável. O Relatório Brundtland ("Nosso Futuro Comum") utiliza ambos os termos.

A emergência do desenvolvimento sustentável, enquanto um novo padrão de desenvolvimento, integra os debates sobre a problemática ambiental iniciados a partir da década de 1960. Os principais marcos desse processo constituíram a conferência de Estocolmo em 1972 e o Relatório Brundtland de 1983.

A conferência representou, principalmente, uma crítica direta à filosofia de crescimento contínuo da sociedade industrial (Brüseke, 1996). O relatório define o desenvolvimento sustentável como uma forma de desenvolvimento na qual a prioridade é a "satisfação das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras em encontrar suas próprias necessidades" (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

Um dos fatores determinantes para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável como uma alternativa de desenvolvimento constituiu a intensificação do debate sobre as questões ambientais globais³ a partir da década de 1980. As discussões em torno de problemas cujos agentes e efeitos ultrapassam os limites dos Estados Nacionais fizeram com que a questão ambiental deixasse de ser

³ Dentre os principais problemas ambientais com efeitos globais incluem-se: a perda da camada de ozônio, as mudanças climáticas, o efeito estufa, a destruição das florestas e a redução da biodiversidade (Albagli, 1998).

considerada como um problema restrito ao âmbito técnico e científico e passasse a constar na agenda da política interna dos países, assim como nas negociações entre as nações (Albagli, 1998).

O desenvolvimento sustentável passa a se consolidar como um paradigma de desenvolvimento na medida em que incorpora a concepção de que o crescimento econômico pode ser conciliado com o respeito às limitações ambientais. O discurso implícito nessa proposição faz com que o desenvolvimento sustentável passe a integrar a continuidade da utilização do conceito de desenvolvimento como uma crença, sendo considerado nova concepção diferenciada é considerada inovadora em seu contexto histórico e geográfico específico (Rist, 1997).

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável apresenta, principalmente, pela sua eficácia enquanto discurso. O conceito possui uma boa receptividade justamente pela sua ambigüidade e pela sua versatilidade (Wilbanks, 1994). As definições de desenvolvimento sustentável são múltiplas, distinguindo-se dois grupos de interpretações (Albagli, 1998):

- o primeiro está relacionado à manutenção do crescimento econômico, com ênfase na sustentabilidade ecológica;
- o segundo diz respeito a uma maior equidade social associada à melhor distribuição de renda e à redução da pobreza, representando a interdependência entre um conjunto de dimensões (ambiental, político-institucional e sócio-cultural) e demandando transformações mais profundas nos padrões atuais.

Assim, conjunto de interpretações sobre o que é o desenvolvimento sustentável implica entendê-lo como um conceito político o qual envolve estruturas sociais e políticas as quais se concentram em debates mais específicos em torno de dicotomias como: conservação *versus*

crescimento, liberdade *versus* controle, centralização *versus* descentralização e reformismo *versus* revolução (Wilbanks, 1994).

Ao estabelecer um corte entre posicionamentos diferenciados, o estabelecimento do desenvolvimento sustentável, enquanto uma política de desenvolvimento, torna-se responsável pela retomada de discussões voltadas para o fluxo e a distribuição de riqueza, poder e tecnologias entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Esse debate, que se evidenciou na Convenção das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (Rio-92), envolvem a redivisão do contexto geopolítico internacional entre: países detentores de tecnologia e consumidores de recursos naturais, e países consumidores de tecnologia e detentores de biodiversidade. As pressões sobre os países em desenvolvimento também se intensificaram no sentido de se exigir destes uma maior eficácia na implementação de suas políticas ambientais (Albagli, 1998)

Os demais desdobramentos do desenvolvimento sustentável, enquanto um novo padrão de desenvolvimento, relacionam-se às estratégias necessárias para a sua implantação. A sustentabilidade é composta por dimensões as quais se encontram integradas (Sachs, 1994)

- A sustentabilidade social: corresponde à maior equidade na distribuição de renda e de bens para a redução das desigualdades.
- A sustentabilidade econômica: constitui a alocação e o gerenciamento mais eficiente de recursos.
- A sustentabilidade ecológica: está relacionada à manutenção da capacidade de reposição dos recursos naturais.
- A sustentabilidade espacial: corresponde a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e a uma melhor

distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

- A sustentabilidade cultural: está relacionada às mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzem o conceito normativo de ecodesenvolvimento (desenvolvimento sustentável) em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

As dimensões da sustentabilidade representam também uma visão do problema do desenvolvimento baseada na inter-relação entre processos tratados anteriormente de forma isolada. O desenvolvimento sustentável, enquanto um direcionamento teórico-metodológico, resulta das contradições das teorias de desenvolvimento baseadas, principalmente, no conceito de modernização.

"...A modernização não acompanhada da intervenção do Estado racional e das correções partindo da sociedade civil desestrutura a composição social, a economia territorial e seu contexto ecológico. Por isso, necessitamos de uma perspectiva multidimensional que envolva economia, ecologia e política ao mesmo tempo. Isso, no fundo, é o ponto de partida da teoria do desenvolvimento sustentável. Apesar de sua estrutura ainda inacabada, aponta este conceito na direção certa". F.J. Brüseke: "Desestruturação e desenvolvimento" in L.C. Ferreira e E. Viola (orgs) Incertezas de Sustentabilidade na Globalização, p. 110

Portanto, o estabelecimento do desenvolvimento sustentável ocorre em um contexto caracterizado mais por incertezas do que por resultados concretos. As dimensões da sustentabilidade são consideradas

"fractais" pois trazem intrínseca uma dinâmica própria na medida em que estão sujeitas a múltiplas interferências (Brüseke, 1996).

Denúe as principais conseqüências da implantação do desenvolvimento sustentável como um novo padrão de desenvolvimento no Brasil, pode-se considerar:

- a criação de um aparato político e institucional voltado para a implementação efetiva do desenvolvimento sustentável;
- a incorporação do desenvolvimento sustentável na atividade de planejamento do Estado e na gestão compartilhada com um conjunto diferenciado de agentes em todas as escalas assim como o surgimento de novas experiências de planejamento e práticas de gestão territorial;
- a emergência de novos agentes identificados com o conceito tais como organizações não-governamentais e comunidades tradicionais, assim como a intensificação da participação de agentes anteriormente "excluídos" do padrão de economia de fronteira como os grupos indígenas e pequenos agricultores.

O processo de incorporação do desenvolvimento sustentável no Brasil assume uma dimensão ampliada na Amazônia na medida em que esta pode ser entendida como uma "fronteira geopolítica da biodiversidade" (Albagli, 1998). A Amazônia passa a se configurar como objeto de disputa entre as grandes potências pelo controle do capital natural regional (Becker, 2000).

Com relação à Ilha do Bananal e seu entorno no Estado do Tocantins, as propostas de desenvolvimento estão configuradas principalmente através de projetos de conservação e preservação ambiental. A sustentabilidade passa a constituir uma alternativa de

desenvolvimento local capaz de mobilizar representantes dos governos estadual e federal, prefeituras, pequenos agricultores, indígenas e organizações não-governamentais, imprimindo uma nova dinâmica territorial local.

1.3 Uma Base Conceitual e Metodológica: Vetores de Desenvolvimento Regional

A identificação dos padrões diferenciados de ocupação regional tem sido tradicionalmente interpretada através de suas implicações sobre o meio físico, pois estes representam ritmos distintos das relações homem/natureza (Gonçalves, 2001).

No entanto, essa distinção abrange outros elementos os quais envolvem grupos de agentes sociais, seus conflitos e suas articulações na medida em que em fins do século XX e início do século XXI são implementados projetos de desenvolvimento baseados em concepções e modelos distintos resultando em dois vetores de transformação regional os quais expressam a estrutura transicional do Estado e do território (Becker, 1997).

A diferenciação primordial para se compreender o funcionamento dos atuais vetores de desenvolvimento constitui (Becker, 1997): o vetor tecno-industrial (VTI), baseado no paradigma de economia de fronteira e responsável pela mobilização de grandes recursos naturais e financeiros; e o vetor tecno-ecológico (VTE), formado sob a concepção de desenvolvimento sustentável e responsável por um conjunto de articulações que conectam uma grande diversidade de agentes cujo principal objetivo é se desenvolver com a sustentabilidade.

A análise do VTI e do VTE constitui, portanto, uma forma de entender a implantação de projetos de desenvolvimento sobre a sustentabilidade na Amazônia na medida em que eles representam os principais fatores de transformação da dinâmica atual da região. No caso específico da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins o VTI identifica-se com os projetos agropecuários, enquanto o VTE está relacionado aos projetos de conservação e de preservação ambiental

Neste sentido, a análise da dinâmica de cada vetor em escala local implica compreender as tendências de desenvolvimento vigentes na Amazônia. Essas são dotadas de complexidade, pois estão diretamente associadas às transformações do contexto geopolítico mundial e constituem uma expressão da região no momento histórico atual.

CAPÍTULO 02

A DINÂMICA RECENTE DA AMAZÔNIA

A partir do final do século XX, a Amazônia passa a ser valorizada como um *heartland* ecológico devido à sua extensão territorial, à sua nova posição geográfica estratégica, à sua identidade cultural, à sua potencialidade pela oportunidade que representa e, por fim, à ampliação das comunicações e da própria circulação (Becker, 1999).

As transformações no contexto geopolítico mundial, iniciadas nas últimas décadas do século XX, trazem conseqüências para a dinâmica regional. As macrotendências baseadas na flexibilização da economia capitalista, na transformação do papel do Estado e na consolidação do desenvolvimento sustentável como um novo padrão de desenvolvimento envolve o surgimento de novas realidades na região no início do século XXI.

Essas transformações têm conseqüências significativas sobre a dinâmica recente da Amazônia. No fim do século XX, era enfatizada a necessidade da substituição do modelo "desenvolvimentista" de ocupação da região. Este modelo, baseado na crença da Amazônia como um espaço extenso e vazio a ser povoado e não abandonado promoveu ondas migratórias para a região sem uma estrutura legal, administrativa e social adequadas, levando à especulação e a violentos conflitos pela terra (Goldemberg *apud* Droste e Schreckenber, 1991).

Simultaneamente, é aventada a necessidade de se analisar a questão ambiental amazônica sob uma ótica globalizante na qual os problemas inerentes à exploração da floresta, do solo, do subsolo, dos

conforme uma dimensão tecnológica e uma dimensão planetária (Ribeiro, 1991). Também passam a ser localizados os principais problemas ambientais da região. No caso específico do desmatamento, fica evidenciado de que este se encontra relacionado à expansão da fronteira, concentrando-se ao longo dos principais eixos rodoviários: as estradas Belém-Brasília (BR-153), Cuiabá-Porto Velho (BR-364), Cuiabá-Santarém e Transamazônica (Hanan e Batalha, 1995).

A Amazônia também passa a ser destacada pela sua qualidade de constituir uma das maiores reservas de recursos naturais do planeta, por conter uma grande riqueza florestal e de biodiversidade, além de conter uma apreciável reserva de minérios tradicionais (ferro, bauxita, ouro e cassiterita) e de minérios com aplicações tecnológicas inovadoras como o nióbio e o manganês (Hanan e Batalha, 1995).

Os processos inerentes à dinâmica atual da Amazônia estão intrinsicamente associados aos diversos padrões de ocupação padrão ocupacional da fronteira. Estes estão associados a propostas diferenciadas de desenvolvimento as quais correspondem aos novos paradigmas de desenvolvimento surgidos no fim do século XX, compreendendo as possibilidades concretas de desenvolvimento regional.

2.1 O Significado da Fronteira

O povoamento da Amazônia induzido pelo Estado e intensificado após a implantação do regime militar de 1964 teve, dentre suas conseqüências, a revisão do conceito de fronteira, enquanto um

processo de ocupação do território. Na medida em que a fronteira não pode ser considerada apenas como uma faixa limítrofe (Becker, 1988), tornou-se necessário explicar as particularidades da fronteira amazônica com relação às concepções mais tradicionais, principalmente às baseadas no modelo de Turner de ocupação da fronteira americana não se aplicavam ao caso brasileiro. Os pontos-chave¹ do modelo tuneriano constituem (Bicalho e Hoefle, 2000):

- a ocupação de terras livres;
- a noção da ocupação por pequenos sitiantes ou a fronteira como o *locus* da reprodução do campesinato² (Becker, 1988);
- a associação entre a fronteira e a construção de uma identidade nacional.

Em síntese, o modelo tuneriano constitui uma proposta de modernização, pois a ocupação de terras livres por indivíduos civilizados compreenderia um processo dividido em etapas bem definidas. A primeira fase de "áreas primitivas" ou "selvagem" evoluiria para os seguintes estágios: a coleta, o assentamento agrícola, as cidades com economias diversificadas com destaque para a indústria (Machado, 1995).

Os estudos sobre a ocupação da fronteira amazônica passaram a questionar os pontos-chave do modelo tuneriano. As contradições apresentadas foram decisivas para uma nova definição de fronteira nas

¹ Deve-se considerar que nos Estados Unidos o tema da fronteira também cresceu a partir da década de 1970, assim como, recentemente, vem passando por um movimento revisionista (Bicalho e Hoefle, 2000).

² A noção da ocupação da fronteira por pequenos produtores é associada ao conceito de *frentes pioneiras* em contraposição ao processo de abertura de frentes de expansão, do qual participa a grande empresa capitalista.

últimas décadas do século XX. O início da expansão da fronteira na região está associado às forças do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo mercantil (Little, 2001).

A chegada de novos grupos sociais de diversas partes do planeta por muitos séculos tem gerado um longo processo de globalização. Outro aspecto a ser considerado é o de que as fronteiras na Amazônia não foram simplesmente abertas e fechadas, mas sim foram continuamente abertas e fechadas compreendendo um fenômeno perene caracterizado pela chegada constante de novos grupos sociais cuja territorialização configurava-se sob formas diferenciadas (Little, 2001).

A ocupação espacial da fronteira vem ocorrendo de forma fragmentada em decorrência das vastas dimensões do bioma amazônico, das localidades longamente dispersas com múltiplos recursos, além das dificuldades de comunicação e transportes. Assim, pode-se considerar que espacialmente existe não somente uma fronteira amazônica, mas diversas fronteiras regionais amazônicas que assinalam diferentes localidades e interrelações geradas por cada sítio da fronteira (Little, 2001).

Com relação à noção de povoamento de terras livres ou espaços vazios, o caso da Amazônia constitui um processo mais complexo, no qual são registradas tentativas históricas de ocupação da região.

Desde o século XVII já havia se iniciado um processo de penetração pela via fluvial através da implantação de missões religiosas ao longo dos cursos do Rio Amazonas e seus afluentes. As investidas da Igreja Católica eram inicialmente incentivadas pela Coroa Portuguesa como uma estratégia de controle e apropriação de um território cujo domínio, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, cabia à Coroa espanhola. No

⁵ A noção da ocupação da fronteira por pequenos produtores é associada ao conceito de *frentes pioneiras* em contraposição ao processo de abertura de frentes de expansão, do qual participa a grande empresa capitalista.

entanto, os espanhóis estavam concentrados à montante da Bacia Amazônica e não à jusante (Droulers, 1995).

A estratégia portuguesa de ocupação da Amazônia passa por um redirecionamento a partir de 1759, quando a política de modernização do Marquês de Pombal tem, entre suas medidas, a liberação da mão-de-obra indígena, resultando na dispersão dos índios. A inserção da Amazônia na "ordem social da Colônia" realiza-se através de um sistema econômico baseado na coleta.

No século XIX iniciam-se as discussões em torno da internacionalização ou não da Amazônia como resultado dos interesses das potências européias e dos Estados Unidos sobre suas riquezas reais ou potenciais. Em 1853, o governo americano propõe um acordo de livre acesso à região pela navegação fluvial. Em contrapartida, as embarcações brasileiras poderiam navegar livremente pelo Rio Mississipi. No entanto, em 1867, grupos de interesses comerciais brasileiros, representados pelo Barão de Mauá, tornam-se responsáveis pela criação de uma companhia regional de navegação a vapor.

Em um processo paralelo, desde o século XVIII, a Amazônia vem recebendo sucessivas incursões caracterizadas como expedições científicas: Charles Marie de La Condamine (1735-1745), Alexander von Humboldt e Bonpland (1789-1804), Alfred Wallace e Henry Bates (1848) e Francisco Castelano (1843-1847).

Com a instalação da república, o desenvolvimento da economia do café e o crescimento industrial de São Paulo e Rio de Janeiro, inicia-se o processo de definição dos limites território nacional. Nesse contexto, a Amazônia passa a ser incorporada pela construção de rotas e de linhas telefônicas (Droulers, 1995).

Como é demonstrado historicamente, a Amazônia vem sendo ocupada por períodos ou surtos de modernização. A concepção de

fronteira, como um conjunto de espaços vazios, é reinterpretada para uma reflexão na qual são analisados padrões diferentes de ocupação e apropriação.

Esse processo demonstra a alternância da predominância de modelos de ocupação regional. Na Amazônia colonial, a economia baseada na extração de "drogas do sertão", controlada pelos jesuítas e utilizadora de mão-de-obra indígena encontra seu contraponto no "ideal agrícola", defendido por leigos os quais consideram o extrativismo uma atividade provisória, insegura e "moralmente pervertida", pois a agricultura iria, ao afirmar o seu primado, cumprir o empreendimento civilizatório na região (Costa, 1992).

"Esse discurso sistematizado já nos primeiros séculos da colonização vai ser reprisado continuamente ao longo de sua história. Não há relatório de poderosos ou escritos de bem pensantes em que ele não esteja presente, adaptando-se, naturalmente às evoluções que se processam nas suas fontes. Os liberais da metade do século XIX, por exemplo, impregnados das verdades positivistas vão acrescentar à noção de civilização a de progresso e substituir o peso da racionalidade religiosa pela religião da racionalidade. Ao que os tecnocratas, arautos da modernização conservadora da ditadura de 1964, vão adicionar, um século depois, os conceitos de desenvolvimento, como o processo possível pelo autoritarismo". F. de A. Costa: Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia, p. 07.

Pode-se compreender que, também historicamente, as tentativas de modernização da Amazônia encontram-se associadas ao discurso do *ideal agrícola* o discurso de *brasilianização* da região. Cada surto de internacionalização regional era contraposto por uma reação baseada na

subordinação da região aos interesses de um grupo específico de agentes hegemônicos nacionais. Este processo se expressa através de dinâmicas políticas, econômicas e demográficas, incorporando a formulação da identidade desses interesses hegemônicos com os interesses da Nação (Costa, 1992).

Assim, analisando o processo de ocupação da fronteira amazônica, pode-se compreender que a noção de fronteira não implica, necessariamente, a não existência de formas anteriores de articulação dos espaços vazios à sociedade e nem um processo contínuo. Como pode ser demonstrado no caso da fronteira amazônica, pressupõe-se uma estrutura social dinâmica, relativamente aberta relacionada a processos de ocupação e reocupação de terras (Becker, 1988).

Por outro lado, a dinâmica regional a partir da segunda metade do século XX traz novos elementos para a redefinição do conceito de fronteira como o *locus* da reprodução do campesinato. A intensa mobilidade da força de trabalho (Becker, 1988 e Machado, 1995), o desnível entre os graus de capitalização agrícola, a diversidade cultural dos agentes envolvidos, o acesso diferenciado aos sistemas de comercialização, a apropriação e a especulação fundiária, e a urbanização caracterizam o padrão de ocupação da região (Machado, 1995).

Assim, a dimensão espacial da ocupação da fronteira amazônica a partir da década de 1960 tem como características fundamentais o crescimento do número de cidades e o aumento populacional dos núcleos urbanos pré-existentes acompanhados pela favelização dos assentamentos rurais e pela formação de um nexo territorial de tipo urbano relativamente independente da rede de cidades. Considerando-se que o elevado número de povoados disseminados no campo é constituído pelos locais de habitação da mão-de-obra, tem-se o fenômeno de uma urbanização na qual a presença material da cidade não implica

necessariamente a presença dos serviços urbanos básicos (Machado, 1995).

Por fim, a concepção da fronteira como um espaço inserido em um projeto de modernização e de construção da identidade nacional está sujeita a uma reflexão mais abrangente. Em primeiro lugar, não se pode deixar de considerar o papel do Estado Nacional como o principal indutor da ocupação da Amazônia através de ações como a valorização das terras, da utilização de recursos técnicos modernos, da articulação com o capital nacional e internacional e da integração da colonização regional a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômica (Machado, 1995).

No entanto, ao se analisar o processo histórico, constata-se que a intervenção do Estado na Amazônia está intimamente relacionada ao posicionamento do Brasil no sistema mundial. A intervenção estatal no povoamento da Amazônia, iniciada a partir da segunda metade do século XX é entendida como uma manifestação da inserção do Brasil em uma escala da relação entre capital e trabalho na qual tem-se como referência a produção de um espaço planetário onde os Estados Nacionais conservam suas funções de controle, de hierarquização e de regulação (Becker, 1988). Nesse contexto, a fronteira passa a ser definida como:

"...um espaço em incorporação ao espaço global fragmentado: contém elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, mas é um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização comum em outras circunstâncias e portanto, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político. O dado crucial da fronteira é pois, a virtualidade histórica que contém: dependendo da forma de apropriação do espaço, das relações

sociais e dos tipos e interesses dos agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro potencialmente gerador de alternativas” B.K. Becker: “Significância contemporânea da fronteira” in C. Aubertin (org.), Fronteiras, p. 17.

Deve-se acrescentar que a ocupação da fronteira amazônica na segunda metade do século XX resulta do estabelecimento de um modelo de desenvolvimento baseado na abertura de estradas, na exploração intensiva de recursos naturais. Esse padrão é considerado antagônico ao modelo inicial predominante no período colonial, caracterizado pela ocupação rio-várzea-floresta.

No caso específico da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins, entende-se que a área, embora não esteja situada na Amazônia em seu sentido mas clássico (a área de Floresta), a sua localização na zona transitória entre a Floresta e o Cerrado lhe confere um significado singular com relação à fronteira amazônica.

A área, como será observado posteriormente, por, historicamente, haver feito parte do norte goiano integrou as primeiras frentes de ocupação da fronteira no século XX consolidando um conjunto de núcleos urbanos e áreas agrícolas que passaram a constituir referências para propostas recentes de desenvolvimento local mesmo quando o Estado já não era o principal executor destes projetos.

2.2 A Crise do Estado e do Modelo de Ocupação Regional

A partir da segunda metade da década de 1970 o padrão de desenvolvimento responsável pela modernização do Brasil entra em crise. Uma das principais causas do colapso do modelo é apontada como a redução do volume do financiamento externo o qual constituía um componente-chave na articulação entre capital nacional, capital nacional estatal e capital internacional, sendo este último a fonte dos recursos monetários para os empreendimentos implantados nacionalmente.

Já neste período, também são identificadas as contradições do modelo de desenvolvimento nacional adotado e são reconhecidos os limites do "desenvolvimentismo conservador". Dentre tais limitações destacam-se: o protecionismo, muitas vezes sem critérios estratégicos na escolha de grupos econômicos e setores produtivos a serem beneficiados; a incapacidade para conciliar e articular estrategicamente o setor produtivo e o setor financeiro estatal; a distribuição regressiva da renda aliada à defesa do monopólio da terra e dos espaços urbanos; e os sistemas mal financiados de proteção da força de trabalho e da população (Fiori, 2001).

A crise do *modelo do tripé* traz conseqüências significativas sobre a conjuntura geopolítica nacional. Durante este período inicia-se um processo gradativo de democratização brasileira controlado pelo governo do regime militar.

A transição autoritária para o governo civil (entre 1974 e 1985) possibilita a reacomodação das elites regionais que passam a buscar mecanismos políticos alternativos utilizados para a manutenção do poder. A prática do clientelismo é transformada, pois as estratégias tradicionais empreendidas para a obtenção da fidelidade eleitoral (baseadas na propriedade da terra) são profundamente abaladas em conseqüência da

mobilidade da força de trabalho e ameaçadas pelas novas territorialidades (Becker e Egler, 1992).

Simultaneamente, enquanto a crise financeira se agrava, o governo persiste em manter uma política regional entre a segunda metade da década de 1970 e o início da década de 1980. No entanto, a racionalidade planejadora do Estado torna-se mais seletiva e volta-se cada vez mais para atender aos interesses da economia nacional cuja vulnerabilidade às demandas internacionais tornava-se cada vez mais acentuada.

A edição do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) demonstra o redirecionamento da política regional do Estado no início da crise do modelo de modernização:

"Finalmente, em 1974, é editado o II PND, para os anos de 1975 a 1979. É de certo modo conhecida a mudança de enfoque nas diretrizes maiores do desenvolvimento nacional, representadas por esse plano e os demais que o precederam. Grosso modo, essa mudança é assentada basicamente no novo patamar da política econômica global do país formulada num contexto de declínio dos investimentos e a partir de um diagnóstico do comportamento do comércio exterior brasileiro. A ênfase do plano estará, portanto, centrada no esforço do crescimento econômico, em especial, daqueles setores que pudessem contribuir decididamente para o crescimento das exportações. Essa mudança repercutirá nas diretrizes do plano no que concerne às políticas territoriais, consubstanciadas em medidas agressivas relacionadas à expansão da fronteira econômica e ao tipo de ocupação econômica das chamadas 'áreas vazias' do território". W.M. da Costa: o Estado e as Políticas Territoriais do Brasil, p. 64.

A política regional do II PND voltada para a Amazônia passa a se basear na criação do *Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia* (POLAMAZÔNIA). Neste programa os investimentos concentram-se na exploração de recursos em áreas e setores selecionados na região, destacando-se os setores agropecuário e mineral (Costa, 1988).

Baseado na teoria de pólos de desenvolvimento o II PND enfoca as vantagens comparativas das diversas regiões do Brasil encorajando as especializações regionais (Becker e Egler, 1992). Além do POLAMAZÔNIA, são elaborados planos específicos para o Centro Oeste e Nordeste: POLOCENTRO e POLONORDESTE, respectivamente (Costa, 1988).

Após o lançamento do II PND, é lançado o *Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins* (PRODIAT). O projeto resulta de uma parceria entre o Governo Brasileiro e a Organização dos Estados Americanos (OEA), contando com a participação dos estados de Goiás, Maranhão, Pará e Mato Grosso (Pereira, 2002).

O PRODIAT inicia-se em 1981 e é concluído em 1985, sendo realizado em quase sua totalidade durante o governo do Presidente João Batista de Figueiredo. O principal produto do projeto constitui um diagnóstico detalhado da área da bacia dos rios Araguaia e Tocantins, abrangendo uma análise de suas potencialidades, deficiências e pontos de estrangulamento (Pereira, 2001).

Como resultado final, o PRODIAT apresenta um levantamento e uma avaliação dos recursos naturais e estudos sócio-econômicos subsidiando programas e projetos de desenvolvimento regional. A atividade agropecuária é definida como a base para sua programação, pois conforme a análise do potencial dos recursos da região, sua vocação estaria centrada neste setor produtivo (Pereira, 2002).

O POLAMAZÔNIA e o PRODIAT constituem os referenciais técnicos e institucionais para o estabelecimento da economia de fronteira na Amazônia e posteriormente, para o desenvolvimento do vetor tecno-industrial em escala regional. No caso do POLAMAZÔNIA, a maior parte dos investimentos concentra-se nas áreas que nos anos 70 apresentam algum dinamismo para definir a vocação pecuária e mineral como Paragominas e Carajás localizadas respectivamente no Estado do Pará.

Deve-se considerar que os projetos de desenvolvimento implementados na região nesse período estão predominantemente baseados no paradigma de economia de fronteira no qual não são contabilizadas as perdas ambientais decorrentes da utilização intensiva dos recursos naturais. Sob essa concepção, a economia encontra-se desconectada da natureza "tanto na teoria como na prática" (Colby, 1990).

Ainda deve-se enfatizar que embora o paradigma de economia de fronteira tenha predominado nos países industrializados até o final da década de 1960 (Colby, 1960), no caso brasileiro e, particularmente na Amazônia, durante a crise do modelo de modernização, ele ainda era responsável pelo planejamento e pela implantação de um conjunto de empreendimentos minerais, agropecuários e energéticos.

Ao longo desse processo, entre a segunda metade da década de 1970 e ao longo da década de 1980, surgem as contradições decorrentes da implantação do paradigma e é destacada a dimensão ambiental e social da crise do modelo de modernização implantado na Amazônia.

Além desse conjunto de crises, a crise do território é evidenciada na Amazônia. Se na década de 1970, os conflitos fundamentais envolvem a disputa pela terra entre posseiros e fazendeiros, nos anos 80, em face da escala dos grandes projetos, a escala dos conflitos é alterada se modifica, atingindo diretamente comunidades indígenas e extrativistas, pois a

disputa não é apenas pela terra, mas por territórios (Becker e Egler, 1992).

Com relação à Ilha do Bananal e ao seu entorno no Estado do Tocantins, a crise evidenciou-se principalmente nos conflitos deflagrados na década de 1980 em torno da expulsão de posseiros para a implementação de projetos agropecuários e da devastação da Ilha do Bananal. Estes conflitos resultaram na diferenciação de duas propostas de desenvolvimento local: uma, pautada na exploração dos recursos locais para a produção agropecuária e outra, baseada na preservação e conservação ambiental, constituindo, respectivamente o vetor tecno-industrial e o vetor tecno-ecológico. Ambos os vetores são identificados como duas das possibilidades atuais de desenvolvimento para a Amazônia.

2.3 Os Vetores de Desenvolvimento

Os vetores de desenvolvimento presentes na Amazônia correspondem, respectivamente ao vetor tecno-industrial (VTI) representado por grandes projetos inspirados no paradigma de fronteira, e o vetor tecno-ecológico (VTE), baseado em propostas conservacionistas e preservacionistas associadas ao conceito de desenvolvimento sustentável (Becker, 1997). Eles representam as atuais possibilidades concretas de desenvolvimento na região.

2.3.1 O Vetor Tecno-Industrial (VTI)

O vetor tecno-industrial (VTI), enquanto uma tendência de desenvolvimento na Amazônia, tem sua origem na implantação do modelo de ocupação da região a partir da segunda metade da década de 1950.

A gênese do modelo gerador do VTI encontra-se no projeto do Estado de unificação do mercado da nação brasileira, associado ao avanço da industrialização durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Com a construção de Brasília, tem-se uma estratégia de povoamento contínuo ao longo de novos eixos através da consolidação de uma rede urbana e a criação de novos municípios com o objetivo de promover o crescimento demográfico no interior do país (Droulers, 1995). Assim, no fim da década de 1950 é retomado o ideal agrícola associado à brasialinização da Amazônia, como uma proposta de transformação regional associada ao processo de modernização nacional.

Entre 1966 e 1985, o regime militar põe em execução um planejamento regional efetivo e a Amazônia passa a ser considerada uma região prioritária de intervenção estatal, pois era necessário (Becker, 2000):

- aliviar as tensões sociais internas decorrentes da expulsão dos pequenos produtores do nordeste e do sudeste resultante da modernização da agricultura;
- evitar o desenvolvimento de focos revolucionários na região;
- manter a soberania na Amazônia no momento em que se tornavam mais intensas as migrações para as respectivas

Amazônias dos países⁶ vizinhos e evitar a internacionalização da mesma;

- aumentar a influência brasileira no continente sul-americano.

As principais medidas de incentivo constituíram a criação do Banco da Amazônia (BASA) e da Superintendência da Amazônia (SUDAM) em 1966, a implantação da Zona Franca de Manaus, a criação de subsídios ao fluxo de capital, a indução de fluxos migratórios, a superposição de territórios federais sobre os estaduais, como a delimitação da Amazônia Legal⁷ em 1967, a implantação de faixas de domínio federal ao longo de 100 km das estradas e a implantação de redes de integração espacial (Becker, 2000).

A política de ocupação resultou em um aporte populacional à região caracterizado principalmente pela diversidade dos agentes envolvidos (Gonçalves, 2001):

- grupos empresariais que passaram a investir em pecuária, atraídos por incentivos fiscais;
- grupos com tradição latifundiária, também atraídos por incentivos fiscais;
- "despossuídos" de estados como Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia;
- descendentes de colonos europeus estabelecidos no sul do Brasil;

⁶ A Amazônia abrange uma área de aproximadamente 7.800.000 km², distribuindo-se entre Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (Albagli, 1998).

⁷ A Amazônia Legal compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a maior parte do Maranhão, representando cerca de 60% do território nacional.

- antigos migrantes nordestinos que, anteriormente, haviam se transferido para o Paraná e São Paulo na frente pioneira do café, dirigindo-se, posteriormente, para a Amazônia.

A crise econômica, deflagrada com o choque do petróleo em 1973, e o endividamento externo tornaram a política regional estatal mais seletiva através da criação de pólos de desenvolvimento. Na Amazônia foram criados 15 pólos cujas vantagens iriam incentivar as trocas inter regionais, pois cada sub-região iria se especializar na produção de um produto específico (Machado, 1995).

O segundo choque do petróleo, em 1979, acentuou o caráter seletivo do planejamento estatal (Becker, 2000). No caso da Amazônia, essa seletividade manifestou-se no redirecionamento dos investimentos para extração de recursos minerais os quais, concretamente, começavam a se revelar imensos, passando a ser considerados como a salvação da dívida externa. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD) encarregaram-se de oferecer o financiamento para a construção de hidrelétricas, de rodovias e de ferrovias (Gonçalves, 2001)

O modelo gerador do VTI decorrente do planejamento regional do Estado é considerado um modelo exógeno (Becker, 2000), pois:

- a ocupação resulta de iniciativas externas à região;
- o controle do território é mantido por estratégias de intervenção em locais estratégicos, de posse gradativa da terra e da criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central;
- as relações com a metrópole são privilegiadas;
- as redes (vias) de articulação são externas e os nós (núcleos) asseguram a produção.

No que diz respeito à relação entre homem e natureza, o modelo exógeno está associado ao paradigma de economia de fronteira. As conseqüências da implantação desse padrão estão evidenciadas no estabelecimento de conexões transversais de estradas cortando rios e florestas, implantando o ciclo desmatamento/exploração da madeira/pecuária e conflitos sociais e ambientais, alta mobilidade intra-regional e um fraco desempenho econômico (Becker, 2000)

A dimensão espacial do modelo configura-se na formação de *enclaves*, ou seja, áreas diferenciadas que reproduzem padrões ocupacionais externos, destinados à implantação de grandes projetos baseados na exploração de recursos naturais conectados a sistemas econômicos globais (Becker, 2000). Os enclaves iriam necessitar de uma base territorial de grande escala e estariam submetidos ao controle externo, seja pela intervenção direta do Estado, seja pelo controle do capital externo (Little, 2001).

Conseqüentemente, o local é desestruturado com a deflagração de problemas tais como a poluição, a exclusão e a atração intensa de migrantes, ignorando-se toda a complexidade e toda a diversidade regional pré-existente, na medida em que o espaço amazônico passa a ser considerado como isotrópico e homogêneo (Becker, 2000).

Os problemas ambientais causados pela implantação do modelo de desenvolvimento exógeno tornam-se evidentes na década de 1980 (Johns, 1990) quando os projetos industriais haviam se traduzido em empreendimentos integrativos da terra em larga escala, deixando a floresta vulnerável sob as pressões do extrativismo mineral, da derrubada seletiva das áreas para a indústria madeireira, do extermínio indiscriminado dos animais e do desmatamento para a agropecuária. A porção oriental da Amazônia era a mais comprometida, constituindo a área mais densamente povoada.

A ocupação através do modelo exógeno também havia possibilitado a apropriação de grandes porções de terra associada a um intenso processo de migração impulsionando simultaneamente o avanço da fronteira agrícola e a urbanização da região. Este processo teve como consequência o surgimento de conflitos inerentes à concentração da terra visto que a ocupação das terras amazônicas deveria constituir uma "válvula de escape" para aliviar as tensões sociais existentes nas demais regiões brasileiras conforme estava previsto nas políticas governamentais (Little, 2001).

A migração induzida pelo Estado prejudicou particularmente as populações tradicionalmente existentes na região, ou seja, os indígenas e os caboclos. Enquanto a fronteira agrícola na Amazônia se expandia de acordo com o princípio capitalista da propriedade privada e a industrialização estava baseada na estratégia de instalação de projetos de larga escala em áreas rurais, expandindo os setores industriais das áreas urbanas, criando áreas de livre comércio e construindo usinas hidrelétricas, nenhuma dessas atividades havia conseguido absorver a mão-de-obra migrante, criando-se novos territórios de migrantes (Little, 2001)

No entanto, em decorrência de suas contradições, a implantação do modelo exógeno tornou-se responsável pela formação de novas sociedades locais criando condições para o desenvolvimento de um aprendizado sócio-político com repercussões significativas. O modelo também traz intrínseca a formação de potencialidades significativas a serem consideradas no desenvolvimento regional como a urbanização, a diversificação da economia regional e a possibilidade de ascendência social (Becker, 2000).

Em decorrência das mudanças do contexto geopolítico mundial em curso no final do século XX, o modelo exógeno implantado na Amazônia transforma-se em um vetor tecno-industrial (VTI). O VTI representa uma

adaptação da proposta de modernização da região frente aos novos padrões de desenvolvimento.

Em um período de flexibilidade da acumulação e da redefinição do papel do Estado e da emergência do desenvolvimento sustentável como um novo paradigma de desenvolvimento, o VTI congrega projetos de agentes cujos interesses constitui a intensa mobilização de recursos naturais e de negócios. Os principais representantes desse vetor constituem os bancos nacionais, as empresas (privadas e estatais) nacionais e internacionais e parte significativa da classe política (Becker, 1997).

Os representantes do VTI agem de forma individual ou conjunta. Segmentos das Forças Armadas aliam-se a esses agentes com o objetivo de manter a soberania nacional (Becker, 1997).

"...O vetor é responsável pela implantação da economia moderna na Zona Franca de Manaus, nos grandes projetos encravados em pontos do território e no eixo agropecuário da porção meridional da região. Articulado por uma logística complexa que inclui redes terrestres (rodo e ferrovias) e sobretudo de telecomunicações, aeroviária e urbana que garantem os fluxos extra-regionais da região que é a fronteira, o VTI representa uma demanda desenvolvimentista com a abertura de mercados na Amazônia sul-americana, no Pacífico e no Caribe, e a implantação de infra-estrutura para esse fim. Grandes empresas, particularmente as estatais, vêm desenvolvendo técnicas conservadoras em face às exigências do mercado internacional". B. Becker: "Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica" in B. Becker e M. Miranda (orgs.), A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável, p.432.

Neste sentido, o próprio futuro do VTI, enquanto uma tendência de desenvolvimento, está sujeito a influências de processos que indicam quais são as possibilidades para o estabelecimento deste vetor na Amazônia.

Torna-se crescente o papel de grupos de interesses locais e regionais emergentes os quais agem na criação de novas instituições formuladoras de políticas ou na criação de novos canais de representação política na medida em que aumenta a tendência à descentralização (Doner e Hershberg, 2001). Considerando-se a dependência das demandas externas do VTI, torna-se necessário compreender as relações existentes entre o vetor e um poder local cada vez mais fortalecido.

Sendo o VTI derivado de um modelo baseado na utilização intensiva de recursos naturais, deve-se compreender como o vetor vem se adaptando a um contexto no qual, com a melhora dos níveis de desenvolvimento, as vantagens comparativas vão diminuindo de importância e vão emergindo em relevância as variáveis macroeconômicas como o manejo da taxa de câmbio, a produtividade da mão-de-obra, e a capacidade de colocar produtos eficientemente nos mercados internacionais, atendendo às exigências de qualidade (Castro, 2000)

Deve-se considerar o movimento do vetor em um momento no qual a produção industrial é caracterizada pela crescente segmentação das etapas do trabalho e pela intensificação das trocas e relações entre as regiões (Santos e Silveira, 2001). As grandes empresas passam a organizar suas atividades, criando circuitos espaciais da produção através da regulação dos processos produtivos dispersos no território e exigindo a permanente negociação com outros agentes (poder público, outras empresas, sociedade civil, etc.) para redefinir seu comportamento político e os setores e os lugares que lhes interessam.

Por fim, o vetor tecno-industrial deve-se adaptar ao ambiente gerado pelas próprias contradições resultantes da implantação do modelo exógeno. Torna-se necessário compreender o comportamento do VTI em um contexto no qual um outro vetor de desenvolvimento se estabelece na Amazônia, representando os interesses diferenciados de outros agentes. No caso específico da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins, o VTI está identificado principalmente com a produção agropecuária voltada para a pecuária e para a agricultura irrigada.

2.3.2 O Vetor Tecno-Ecológico (VTE)

Os conflitos gerados com a implantação do modelo exógeno na Amazônia na segunda metade do século XX traz como consequência a formação de um vetor tecno-ecológico (VTE) o qual constitui uma alternativa de desenvolvimento da região baseada no desenvolvimento sustentável. A origem do VTE está relacionada ao estabelecimento de um modelo endógeno cuja gênese remonta à ocupação iniciada pelas missões religiosas no período colonial ao longo das vias fluviais, quando a igreja conseguiu manter o controle do território com uma base econômica organizada (Becker, 2000).

O modelo endógeno, caracterizado como uma proposta de desenvolvimento a partir dos recursos e habitantes locais, assume repercussão nas últimas décadas do século XX quando a Amazônia passa a se configurar como uma região estratégica em decorrência de suas potencialidades naturais. Essa valorização resulta da crescente percepção da relevância da região para a sobrevivência humana e para as possibilidades futuras existentes na floresta, na biodiversidade e nos recursos hídricos. A Amazônia, não apenas a parte brasileira, mas, toda a

Amazônia sul-americana, é considerada como um incrível patrimônio de terras e capital natural (Becker, 2000).

O estabelecimento do modelo endógeno como uma possibilidade de desenvolvimento para a Amazônia associa-se à expansão do ambientalismo no contexto geopolítico mundial. Esse processo se expressa através do estabelecimento de forças sociais transnacionais que visam incentivar a implantação de políticas e práticas ambientalmente equilibradas (Viola, 1996).

As forças sociais transnacionais citadas por Viola (1996) constituem: as organizações não-governamentais (ONG's), as agências estatais, os grupos e as instituições científicas, os gerentes e os administradores, o "mercado verde", e as redes multissetoriais que se estabelecem e certificam a sustentabilidade ambiental; e as agências e os tratados internacionais.

Em escala regional, as lutas sociais e as mudanças estruturais geradas pela implantação do modelo exógeno associadas à conectividade, à urbanização e à reorganização da sociedade, trazem subsídios para o surgimento de movimentos e projetos alternativos viabilizando a implantação de um modelo endógeno. Essas práticas possuem um duplo significado se, por um lado, trata-se de reivindicações por melhores condições de vida; por outro lado proporcionam o acesso à informação sobre a biodiversidade a qual constitui a base da fronteira da ciência na biotecnologia e na biologia molecular (Becker, 2000).

Assim, a implantação do modelo endógeno, enquanto uma alternativa de desenvolvimento sustentável na Amazônia, vem sendo responsável pela formação de um vetor tecno-ecológico na região representado principalmente pela implantação de projetos de caráter preservacionistas e projetos conservacionistas (Becker, 1997):

- os projetos preservacionistas têm sua origem na legítima consciência ecológica com o objetivo de preservar a natureza como estoque de vida e na geopolítica ecológica, que visa a preservação como a criação de uma reserva de valor;

- os projetos conservacionistas, os quais constituem as alternativas "de baixo para cima" e têm como estratégia primordial a utilização de redes de telecomunicações que lhes permitem estabelecer parcerias nas mais diversas escalas.

O VTE está associado à abertura de uma "fronteira ambientalista" e corresponde à principal transformação no padrão de ocupação da Amazônia no fim do século XX (Little, 2001). A mudança fundamental está no crescimento da visão ocidental baseada na concepção biocêntrica subsidiada por argumentos científicos. Sob esta perspectiva, o ambiente biofísico é valorizado como uma dimensão definidora da região, correspondendo a uma forma inovadora de categorizá-la e de compreensão de seu espaço (Little, 2001).

"Os clamores por território por muitos atores sociais, particularmente aqueles com uma forte visão preservacionista são justificados não de acordo com a extensão das ocupações passadas, nem das necessidades imediatas das populações presentes, mas sim de acordo com as necessidades futuras da terra e da humanidade em seu objetivo de sobreviver com as espécies. Ao incluir a Amazônia na maior estrutura de tempo da história natural, os preservacionistas argumentam que certas áreas devem existir perpetuamente para manter tanto os ciclos naturais essenciais que regulam o meio ambiente global como aquelas áreas selvagens e estoques genéticos que são necessários para o benefício espiritual e econômico das gerações futuras.

O poder dos atores, sócio-ambientais tem suas raízes na força social e discursiva do movimento ambiental mundial o qual tem apresentado um clamor de apelo para a conservação do bioma amazônico. Este clamor tem base no conhecimento ambiental e na riqueza da informação que este tem revelado sobre a Amazônia, atribuindo ao clamor uma legitimidade respeitada até pelos atores de desenvolvimento social que dependem de uma base similar de conhecimento, o que era um dos fatores que permitiu as cosmografias ambientais desafiarem as de desenvolvimento com tanta força.

A chave da onda da fronteira ambiental na Amazônia tem sido o encontro e a união parcial dos clamores históricos por território pelos grupos tradicionais e os clamores futuros dos ambientalistas sob a bandeira da sustentabilidade. A criação de territórios e uso sustentável, por exemplo, está diretamente incorporada às necessidades e aos interesses dos grupos tradicionais da cosmografia tradicional enquanto mantém vários critérios biocêntricos utilizados para identificar, delimitar e justificar a existência destes territórios. Ao mesmo tempo, estes territórios têm freqüentemente incorporado os interesses da indústria do turismo, das agências governamentais e das ONG's ambientais "P. E. Little: Amazônia - Territorial Struggles on Perennial Frontiers, p.232

O VTE integra um conjunto complexo de agentes. Os projetos de desenvolvimento inerentes a esse vetor constituem experiências relacionadas à bio-sociodiversidade da Amazônia as quais representam novas territorialidades. O VTE parte de experiências realizadas em um ecossistema específico, utilizado por populações de origem étnica e/ou geográfica diferenciadas com técnicas, estrutura produtiva, social e política, bem como parcerias diversas (Becker, 1997). O VTE incorpora, portanto, os interesses internacionais e locais sobre os recursos da Amazônia.

A dinâmica resultante das experiências integrantes da implantação dos projetos de desenvolvimento associados ao VTE traz uma concepção de espacialidade diferenciada daquela dos recortes político-administrativos ou das delimitações de grandes projetos de desenvolvimento. Os novos limites são estabelecidos conforme a abrangência das forças organizadas que se envolvem, adquirindo uma certa flexibilidade. Eles se expandem ou se encolhem de acordo com as dinâmicas sociais econômicas e políticas em jogo (Leroy, 1997).

A complexidade do conjunto de agentes envolvidos nos projetos é um outro atributo do VTE. A união é uma estratégia utilizada como uma forma de se transcender ao localismo, aumentar o poder de pressão de cada grupo de agentes, potencializar cada demanda específica e maximizar as complementariedades, o uso dos recursos humanos e materiais. A congregação resultante leva ao estabelecimento de abordagens mais integradas abrangendo a sócio-economia, a cultura e as políticas públicas, tornando a questão do desenvolvimento direcionada para as possibilidades existentes da sociedade viver e se reproduzir (Leroy, 1997).

Essas experiências não são predominantes, pois implicam uma sobreposição de territórios com propostas de desenvolvimento diferenciadas, como no caso dos grandes projetos (Leroy, 1997). A dimensão espacial do VTE está expressa nas áreas indígenas, nas Unidades de Conservação de modalidades diversas e com relações estreitas com a União, e as áreas dos projetos alternativos (sistemas agroflorestais combinados) de pequenos produtores os quais estão distribuídos pontualmente dispersos nas proximidades das estradas (Becker, 2000).

Por representar uma dinâmica resultante da proposta de desenvolvimento sustentável para o desenvolvimento regional, o VTE integra o complexo conjunto de propostas do ambientalismo

contemporâneo. Esse, justamente pelo seu caráter multissetorial, apresenta-se com inúmeras facetas e tendências (Ferreira, 1996).

Dentro desse contexto, torna-se necessário compreender e avaliar a eficácia das propostas implícitas nos projetos de desenvolvimento inerentes ao VTE o qual constitui uma incógnita quanto à sua sustentabilidade (Becker, 1997). É nesse sentido em que o desenvolvimento sustentável apresenta-se na maioria das vezes como uma possibilidade de projeto social inacabado, incompleto, reconhecidamente em construção o qual, apesar de tudo, propõe um reordenamento do mundo e das relações entre a sociedade e a biosfera, de modo a buscar novas mediações para a resolução de conflitos (Ferreira, 1996). Na Ilha do Bananal e no seu entorno no Estado do Tocantins o VTE está associado aos projetos de preservação e de conservação ambiental, tendo como principal função manter o potencial físico e biótico local.

CAPÍTULO 03

A ILHA DO BANANAL E SEU ENTORNO: POVOAMENTO E INCORPORAÇÃO PERIFÉRICA AO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO NACIONAL

O vetor tecno-industrial (VTI) e o vetor tecno-ecológico (VTE) representam as possibilidades de desenvolvimento da Amazônia e constituem, no plano conceitual, parâmetros de análise sobre as possíveis direções da dinâmica regional. Estas são dotadas de particularidades ao envolverem a escala local.

Nesse sentido, deve-se compreender que a definição de escala utilizada constitui a de escala geográfica, pois esta, ao contrário da escala cartográfica (que é física), refere-se a uma qualidade concebida através de um conteúdo, um caráter minimamente conceitual e não puramente descritivo, envolvendo processos políticos, sociais e econômicos (Haesbaert, 2002).

A análise do local, pode ser compreendida como uma estratégia de aproximação do real, pois os fenômenos não são apresentados em sua totalidade (Castro, 1995). Nesse sentido, os processos específicos inerentes à área de estudo podem contribuir para o entendimento de uma problemática mais abrangente, ou seja a da ocupação da fronteira amazônica.

Na dinâmica do entrecruzamento entre o local, o regional, o nacional e o internacional, pode-se encontrar um caminho fértil para o estudo da Geografia. A questão da escala propõe delinear (Haesbaert, 2002):

- os fenômenos que participam das redes locais ou regionais;
- os fenômenos que participam das redes nacionais e mundiais;
- as discontinuidades e os entrelaçamentos.

Se as mudanças em escala local podem ser apreendidas em dimensões diferenciadas como as sociais, econômicas e políticas, o método de análise utilizado para compreender se as transformações em curso na Ilha do Bananal e seu entorno estão contribuindo para o desenvolvimento sustentável, constitui o estudo de sua dinâmica territorial.

Essa abordagem baseia-se na concepção de que a mudança é uma condição inerente à espacialidade (Harvey, 1996), assim como o território constitui uma categoria de análise do espaço (Santos, 1996).

No caso específico da Ilha do Bananal, a opção de se operacionalizar o território como uma categoria de análise justifica-se pois:

- o território, conforme a concepção clássica de Ratzel, é um espaço dotado de recursos para a sobrevivência de um povo (Souza, 1995);
- o território, é resultante das relações sociais na medida em que é produzido a partir da ação de um ator (ou agente) sintagmático⁸ (Raffestin, 1983).

⁸ A diferenciação entre agentes sintagmáticos e paradigmáticos constitui a seguinte: os sintagmáticos representam algum tipo de organização e se integram em um processo programado, já os agentes paradigmáticos correspondem aos elementos que são captados pelos agentes sintagmáticos, pelas organizações para uma determinada causa ou fim.

De acordo com Sack (1980), existe uma tendência em se enfatizar uma definição territorial da sociedade e não a definição social do território. A primeira concepção significa que as relações sociais são determinadas pela localização do grupo em um território e não por suas conexões sociais. A segunda definição implica que o uso de um território depende inicialmente de se pertencer ou não a um grupo.

"É a complexidade social, a desigualdade e a necessidade de controle de um grupo por outro que faz com que a definição territorial de sociedade seja essencial na civilização. Paradoxalmente, são as mesmas forças que fazem a fusão da sociedade para colocar a civilização mais tentadora e instável do que no mundo primitivo. De um lado, os territórios compelem aos fluxos e movimentos de mercadorias. Por outro lado, a separação das atividades em lugares cria especializações as quais aumentam a demanda pelo comércio e pela circulação. Atividades que já estão localizadas ou contidas dentro de limites territoriais vão ser pensadas no nível social como um lugar específico, territorial ou em geral, como atividades espaciais, onde os fluxos e os movimentos os quais não estão prontamente contidos vão ser pensados como atividades menos espacializadas ou não espacializadas." R.D. Sack: Conceptions of Space in Social Thought - a Geographic Pespective, p. 181.

Tendo como base o uso social do território, a concepção de território adotada não está associada necessariamente à concepção de território nacional, mas sim a uma visão de como esta categoria de análise pode contribuir para a compreensão de uma problemática na qual o controle do espaço constitui uma estratégia de controle social e se inscreve no campo da Geografia do Poder.

Conforme aponta Costa (1992), nessa concepção, o espaço torna-se um território a partir do momento em que é apropriado por um grupo de atores (agentes) e estes projetam no espaço as representações de suas relações de poder das quais surge uma *territorialidade*, definida como um sentimento ou noção territorial que é fruto das relações existenciais ou produtivas do modo como os indivíduos e as coletividades interagem com seus respectivos quadros e sistemas territoriais nos quais as relações de poder em todas as escalas são evidentemente preponderantes.

Como enfatiza Becker (1991), o território atualmente não está restrito ao território do Estado, mas é um produto da prática social por envolver a apropriação, os limites e a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço e, simultaneamente, é um meio utilizado pelos atores (agentes) para essa prática. Os territórios correspondem a *arenas* políticas em que ramos do aparelho de Estado podem ou não ter um papel definido assim como podem ou não existir suas redes de articulação local.

A análise da dinâmica territorial da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins revela um processo de constituição e transformação de territórios em função dos conflitos e das articulações existentes entre os agentes ao longo da história. Esse processo é dotado de complexidade por envolver grupos com interesses específicos como, representantes do poder central, grupos indígenas, posseiros, grupos religiosos, pecuaristas, entre outros.

No estudo da dinâmica territorial da Ilha do Bananal estão identificados períodos específicos nos quais um grupo de agentes torna-se preponderante no controle do espaço local, estabelecendo articulações ou entrando em conflitos com os demais grupos existentes.

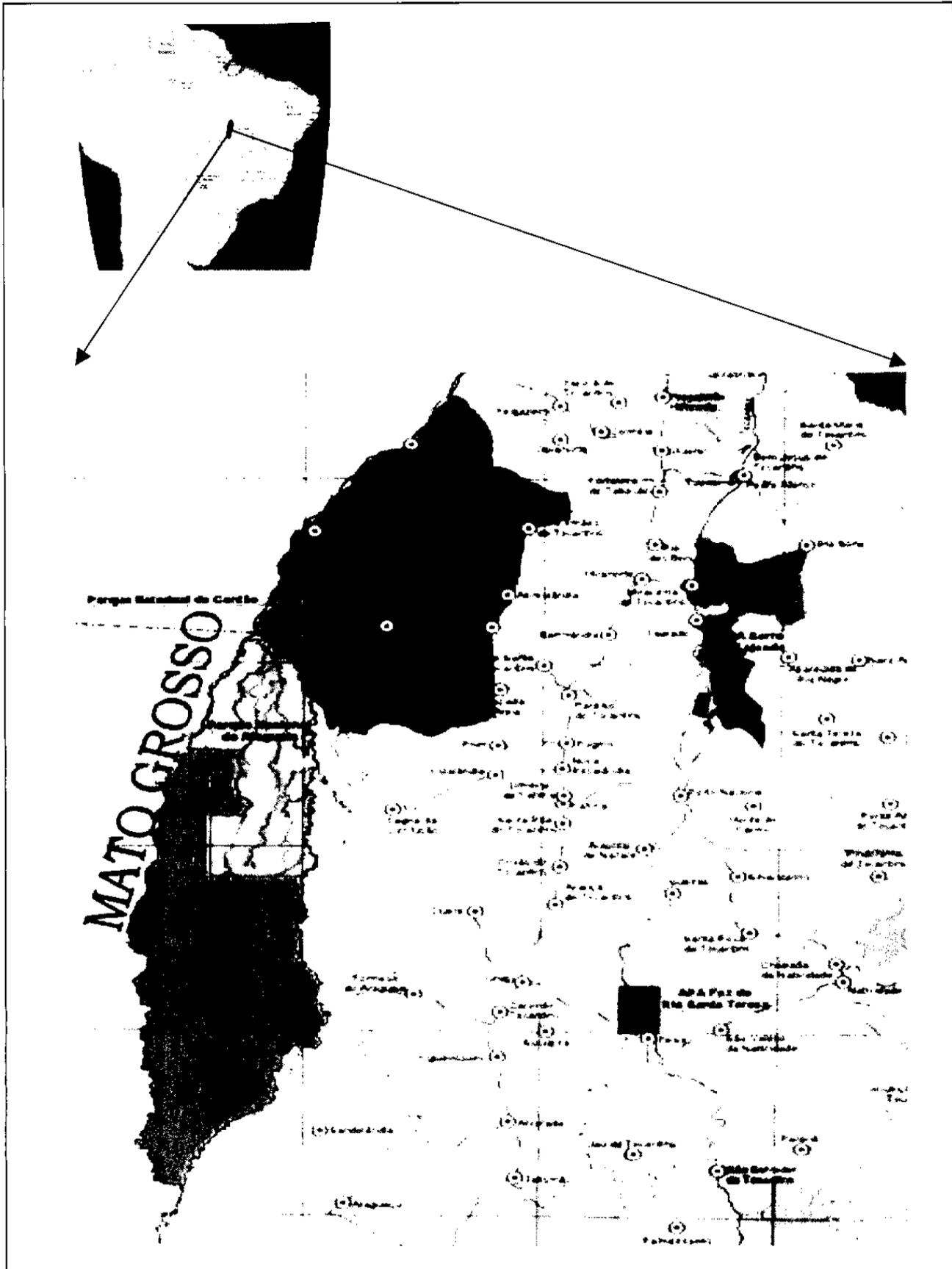
3.1 A Área de Estudo

A Ilha do Bananal encontra-se localizada na confluência dos rios Araguaia e Javaés entre os Estados de Mato Grosso, Pará, Goiás e Tocantins, situando-se na zona de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica (Figura 3.1). Considerada a maior Ilha fluvial do mundo com aproximadamente 1.900.000 ha de extensão, a Ilha do Bananal é formada por um conjunto complexo de ecossistemas: o cerrado, a floresta densa e as plantas típicas do pantanal, correspondendo a uma zona de ecótono ou seja à zona de transição entre duas ou mais diferentes comunidades em que existem espécies das comunidades que se limitam (Grisi, 2000).

Na Ilha habitam 02 grupos indígenas distintos e predominantes: os Karajá e os Javaé. Também convivem junto aos índios Javaé um grupo reduzido de índios Ava-Canoeiro. Territorialmente, a Ilha do Bananal situa-se no Estado do Tocantins, dividindo-se em:

- Parque Nacional do Araguaia, sob a administração do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais não Renováveis (IBAMA);
- Terra Indígena Parque do Araguaia e Terra Indígena Inywebohoná (Boto Velho), administradas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

FIGURA 3.1
LOCALIZAÇÃO DA ILHA DO BANANAL E DO SEU ENTORNO
NO ESTADO DO TOCANTINS



Durante os debates sobre a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, os índios, juntamente com entidades ambientalistas, conseguiram, através de pressão política, embargar as obras do empreendimento (Pereira, 2002).

No âmbito do Estado do Tocantins a Ilha do Bananal faz parte dos municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium os quais se limitam aos municípios de Cristalândia, Caseara e Dueré.

A caracterização física da Ilha do Bananal revela um ambiente propício ao desenvolvimento de uma diversidade biológica, apresentando limitações à ocupação humana. Geomorfologicamente, a área pertence à Planície do Bananal e seu entorno imediato no Estado do Tocantins encontra-se na Depressão do Araguaia (Mamede, 1981). A diferenciação em duas unidades pode ser evidenciada, pois:

- na planície topograficamente mais rebaixada encontram-se formas de acumulação (relevos resultantes do depósito de sedimentos em regiões fluviais, paludais e lacustres sujeitos a inundações);
- na depressão em altitudes mais elevadas predominam formas erosivas (superfícies erosivas tabulares, superfícies de pediplanos, inselbergs e terraços fluviais).

A diferenciação geomorfológica está associada, entre outros fatores, às atividades dos rios pertencentes ao sistema hidrográfico do Rio Araguaia. Nas proximidades da Ilha do Bananal no Estado do Tocantins, fazem parte deste sistema as sub-bacias dos rios Coco, Javaés, Formoso e Pium (SEPLAN, 2002).

Quanto às condições climáticas, estas são caracterizadas pela presença de um clima quente e úmido com estações alternadas de seco e de chuvas. O período chuvoso inicia-se em setembro, atingindo seu auge

nos meses de janeiro e fevereiro. A partir de abril, as águas começam a descer, formando praias nas margens dos rios principais (Rodrigues, 1993).

A ocorrência periódica de enchentes constitui uma limitação física para a ocupação da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins. As dificuldades de acessibilidade são encontradas mediante o impedimento do transporte rodoviário durante o período das chuvas:

"...Não existe nenhuma cidade (excetuando-se os vilarejos Barreira do Pequi ao lado de uma aldeia Javaé e Porto Piauí) às margens do Rio Javaés. As cidades da região estão a uma distância segura da área de inundação. A cidade mais próxima da maior aldeia Javaé, Canoanã, é Formoso do Araguaia, situada a 60 km de distância. Esse foi o limite máximo permitido pelas enchentes para que uma cidade ali se instalasse. Na época da inundação é comum os (índios) Javaé virem de canoa até às proximidades de Formoso do Araguaia navegando nas águas do Rio Javaés e do Rio Formoso que saem do leito e espalham-se pela região.

O ciclo de enchentes é, sem dúvida, a maior defesa natural do vale do Araguaia. A água impede a construção de estradas pois leva embora a terra dos aterros (...) impede também a instalação de cidades nas margens dos rios do território Javaé". P. Rodrigues: O Povo do Meio, Cosmo e Gênero entre os Javaé da Ilha do Bananal, 1993, pp.17-18.

As limitações à ocupação da Ilha do Bananal e de seu entorno no Estado do Tocantins estão associadas principalmente à baixa densidade demográfica. O local está caracterizado pelo reduzido contingente populacional, embora a maior parte do número de habitantes esteja concentrada nas cidades, constituindo uma urbanização incipiente.

De acordo com os dados do último Censo Demográfico do ano de 2000, os municípios mais próximos da Ilha do Bananal no Estado do Tocantins contavam com uma população total de 47.868 habitantes ocupando uma área de aproximadamente 40.977 km² (IBGE 2000). As áreas próximas à ilha em 1996 estavam ocupadas predominantemente por pastagens (1.493.516 ha) e florestas (422.141 ha), sendo posteriormente ocupadas por lavouras em descanso e lavouras permanentes (www.ibge.gov.br).

As condições sócio-econômicas associadas às características físicas tornam a área de estudo potencialmente propícia à implantação de novos projetos de desenvolvimento, configurando-a como parte da fronteira amazônica.

O relativo isolamento em decorrência dos impedimentos à acessibilidade contribui para que na Ilha esteja contida uma diversidade de flora associada à diversidade da fauna. No caso específico do Parque Nacional do Araguaia as principais características bióticas locais constituem (Saracura, 2000):

- a existência de várias fisionomias vegetacionais representadas pela presença do cerrado *strictu sensu* , pelo cerradão pelas matas mesofíticas, pela mata inundável, pela mata ciliar inundável, pela vegetação das encostas do Rio Araguaia e pelos campos inundáveis;
- a predominância de aves aquáticas que ocorrem em grandes bandos principalmente no tocante de espécies que formam grandes ninhais como garças (*Egretta thula*), socós (*Nycticorax nycticorax*) e biguás (*Phalacrocorax olivaceus*), além da grande concentração de aves aquáticas em função da abundância de alimentos;

- a existência de grandes mamíferos do cerrado como o tamamduá-bandeira (*Mymercophaga tridactyla*), o lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*) e a anta (*Tapirus terrestris*) e representantes de ecossistemas úmidos como o cervo do pantanal (*Blastocerus dichotomus*);
- a presença de uma ictiofauna representada por peixes amazônicos como o pirarucu (*Arapaima gigas*), o tambaqui (*Colossoma niacropomum*) e o tucunaré (*Cicchla spp.*) além da existência de peixes endêmicos.

Neste sentido, a Ilha do Bananal, considerada a maior ilha fluvial quaternária do mundo abriga uma das mais extensas e representativas unidades de conservação brasileiras. Em 1993, o Parque Nacional tornou-se uma área tombada pela Convenção de Ramsar - **Áreas Úmidas de Importância Internacional** por conter amostras significativas de ecossistemas aquáticos tais como rios, lagoas marginais, lagos, ipucas, campos e florestas inundáveis (Saracura, 2000). A ilha também constitui uma reserva da diversidade cultural, representada pelas terras indígenas dos índios Javaé e Karajá.

3.1.1 A Inserção do Norte Goiano na Amazônia Legal

A área na qual atualmente estão localizados a Ilha do Bananal e seu entorno no Estado do Tocantins foi incluída em 1966 dentro dos limites da Amazônia Legal. As terras situadas ao norte do paralelo 13° Sul e que então pertenciam ao Estado de Goiás foram inseridas nesta divisão político-administrativa definida pelo Governo Federal e que representa, até hoje, uma sobreposição do poder do Estado Nacional às Unidades da Federação.

O então norte de Goiás constituía como detentor das primeiras frentes de expansão da descoberta de povoamento, da mineração e da agropecuária (Palacin, 1994).

A região do norte goiano conheceu uma ocupação indígena mais significativa entre todas as Províncias brasileiras que perdurou até a chegada de bandeirantes e sertanistas atraídos pela captura de índios e busca de ouro. A marcha de desbravamento das diversas "bandeiras" foi responsável pela mobilidade demográfica da população indígena no Estado de Goiás (Palacin, 1994).

Essa diferenciação regional foi destacada em 1972 quando foi apresentado um Projeto de Redivisão da Amazônia Legal no qual era considerada a criação do Estado de Tocantins a qual foi efetivada em 1988 pela Comissão de Sistematização e pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. (www.ambientebrasil.com.br)

Pode-se considerar que o antigo norte goiano possuía uma extensão de 287.645 km² sem, no entanto, apresentar um desempenho econômico similar ao restante do Estado de Goiás. No ano de 1988 (o ano anterior à criação do Estado do Tocantins) o Norte contribuía apenas com 7,7% do produto interno bruto (PIB) do Estado.

A inclusão do então norte goiano dentro dos limites da Amazônia Legal representa a incorporação dos extensos cerrados sobre os quais a ocupação histórica baseada nas incursões para a busca de minerais e de pedras preciosas deixou como legado o grande sertão o qual foi progressivamente ocupado pela pecuária extensiva (Becker e Egler, 2000).

A apropriação de um espaço não identificado com a Amazônia Clássica, caracterizada pela presença da floresta tropical úmida, resultou em uma diferenciação do espaço da Amazônia Legal. O então norte goiano (onde estão situados Ilha do Bananal e o seu entorno no atual Estado do Tocantins) passou a fazer parte da Amazônia Oriental (Becker, 1990) ou

Amazônia dos Cerrados (Becker e Egler, 2000). Essa sub-região inclui além do Estado do Tocantins o oeste do Estado do Maranhão e o leste do Estado do Pará.

A diferenciação da Amazônia Oriental com relação às demais sub-regiões amazônicas é resultante da intensificação de sua ocupação induzida pelo Estado durante as décadas de 1960 e de 1970. A posição estratégica no contato da fronteira amazônica com os centros mais dinâmicos do país propiciou à Amazônia Oriental ser a primeira porção da Amazônia Legal a se articular com as demais regiões brasileiras através do eixo estabelecido com a implantação da rodovia Belém-Brasília (Becker, 1990).

As estratégias utilizadas pelo governo federal para efetivar a ocupação da Amazônia Oriental basearam-se na concessão de subsídios e créditos agrícolas. Essa política privilegiou fazendeiros individuais e empresas de grupos econômicos. Por outro lado, estimulou-se uma intensa mobilidade do trabalho associada a um grau elevado de degradação ambiental (Becker e Egler, 2000).

A implantação de vias de comunicação, projetos agropecuários, e de projetos extrativo-minerais, corresponde à implementação de uma malha tecno-política cuja consequência principal corresponde à formação de uma malha sócio-política, pois esta resulta da intensificação do fluxo populacional em direção à região.

A coexistência entre as malhas tecno-política e sócio-política na Amazônia representa a presença de duas lógicas inerentes à problemática territorial e regional (Raffestin, 1983):

- a primeira, pertence à lógica do Estado Nacional, na qual é construída uma imagem de diversidade que ele assenta sobre a uniformidade, pois ela é dita e não vivida, embora não esteja ausente das preocupações do poder estatal;

- a segunda é a lógica do local, ou seja, a da “significação” da vida cotidiana, baseada no singular, no concreto e no particular.

Com a interação entre as duas lógicas no espaço vivido pelos grupos sociais instalados, esta porção da fronteira amazônica torna-se diferenciada por definir novos territórios, novas unidades da federação, novos núcleos urbanos, distritos, municípios e estados (Becker, 1990).

No caso específico da Ilha do Bananal passa a ser incluída na nova Unidade da Federação. Porém, as questões inerentes à dinâmica territorial local também só podem ser compreendidas mediante a análise de sua ocupação histórica.

3.1.2 A Criação do Estado do Tocantins

O estabelecimento das malhas tecno e sócio-política no então norte goiano resulta na criação do Estado do Tocantins na década de 1980. Embora as tentativas de se emancipar politicamente o norte goiano já eram existentes desde o século XIX, a criação do Estado como uma unidade político-administrativa autônoma do governo de Goiás só foi efetivada após a ocupação da fronteira induzida pelo Estado Nacional.

A área na qual atualmente está localizado o Estado do Tocantins já se encontrava ocupada por grupos indígenas diversos desde o período pré-colonial. As primeiras incursões de portugueses iniciam-se com a atividade pecuária e com as expedições dos bandeirantes à procura de índios para serem escravizados.

No ano de 1681, criadores de gado das capitanias da Bahia e de Pernambuco fazem uma solicitação à Coroa reivindicando terras nos Sertões dos Gerais, Pastos Bons e Paranaguá para abrigarem seus rebanhos. Respectivamente, a área requerida situa-se atualmente entre os Estados do Tocantins, do Maranhão e do Piauí (Silva, 1996).

No ano de 1722, parte da Capitania de São Paulo uma bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva (conhecido como o Segundo Anhangüera) com o objetivo de explorar o interior do Brasil em busca de ouro. A descoberta deste minério na região conhecida como "Sertão dos Goyases" estimula seu povoamento e, posteriormente seu desmembramento da Capitania de São Paulo (Chaim, 1983).

Com o ciclo do ouro são criadas as capitanias de Goiás e Mato Grosso no ano de 1748. Este ato resulta de uma estratégia do governo da metrópole baseada em levar a administração direta colonial aos sertões auríferos do Centro-Oeste brasileiro, assim como de intensificar a influência luso-brasileira na América Latina e, assim, evitar a expansão espanhola vinda da porção ocidental da América do Sul (Silva, 1996).

Com a redução da oferta do minério aurífero a partir da segunda metade do século XVIII, a Capitania de Goiás experimenta um processo de despovoamento principalmente no que diz respeito à população branca, tornando-se uma capitania habitada majoritariamente por índios (Chaim, 1983).

No ano de 1804 é criada a Comarca do Norte de Goiás, trazendo como conseqüência a diferenciação entre os "dois Goyases" (Silva, 1996): o primeiro, composto pelo Rio Araguaia e o atual Estado de Goiás, sendo administrado pelo governador e pelo capitão-geral de Vila Boa de Goiás; e o segundo passa a abranger o Rio Tocantins, estando sob a administração do ouvidor da Comarca de São João das duas Barcas, sendo identificada como a Comarca do Norte de Goiás ou Comarca da Palma.

As primeiras décadas do século XIX são caracterizadas pela decadência da atividade garimpeira e pela expansão da pecuária como alternativa econômica. Neste período, surge um movimento de emancipação da Comarca do Norte com a instalação provisória da capital na cidade de Cavalcante, situada atualmente no norte do Estado de Goiás (Barbosa, 1999).

O governo autônomo do norte goiano (1821-1824) passa a ser comandado pelo ouvidor e desembargador Teotônio Segurado (de origem portuguesa). O movimento passa a conciliar os interesses dos garimpeiros assentados em minas de ouro decadentes e da classe emergente de pecuaristas, utilizando como justificativa para suas reivindicações a situação de desvantagem do norte em comparação com a Comarca de Vila Boa no Sul Goiano (Oliveira, 2002).

Após a proclamação da independência do Brasil, Segurado retorna para Portugal e o movimento separatista perde suas forças. No entanto, em 1873, é registrada uma outra onda separatista na qual é proposta a criação da Província de Boa Vista do Tocantins com sede na atual cidade de Tocantinópolis, localizada junto ao limite com o Maranhão. (Silva, 1996).

Esse movimento tem como inspiração o movimento maranhense da Balaiada (ocorrido na década de 1830). No âmbito local, em Boa Vista, os separatistas passam a ser liderados por um "homem de letras", o Frei Francisco de São Vítor, contando com o apoio de políticos, intelectuais e homens de negócios de Belém com os quais a cidade mantinha um intenso comércio através da navegação do Rio Tocantins. Com a proclamação da República, o movimento passa a ser liderado pelo Frei Gil de Vila Nova, adquirindo um caráter messiânico de fanatismo religioso (Silva, 1996).

Ao longo do século XX são registradas outras iniciativas para a emancipação do norte de Goiás (Silva, 1996):

- durante a II Guerra Mundial⁹, com a criação dos Territórios Federais de Fernando de Noronha, Guaporé, Rio Branco, Amapá, Ponta Porã e Iguaçu, o brigadeiro da Aeronáutica, Lysias Rodrigues propõe a criação do Território Federal do Tocantins abrangendo o norte de Goiás e o sul do Estado do Maranhão;

- durante a década de 1950 o Dr. Feliciano Braga, juiz de direito recém-chegado à Comarca de Porto Nacional (cidade atualmente localizada no Estado do Tocantins) reúne-se à comunidade local organizando um movimento para a criação do Estado do Tocantins (norte de Goiás) com "passeatas, comícios, manifestos, flâmulas, bandeira, hino, jornal e padroeiro";

- as questões relativas à criação do novo Estado continuam a ser debatidas durante os primeiros anos da década de 1960 no âmbito da Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG) criada pelo professor Rui Rodrigues, com sede na Capital de Goiás¹⁰, mas destituída com o golpe militar de 1964.

O movimento para a criação do Estado do Tocantins é retomado no ano de 1981 com a formação de uma comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (CONORTE), constituída por um grupo de intelectuais nortenses radicados em Brasília, e com o apoio de um grupo de fazendeiros locais (Oliveira, 2002).

⁹ Como será abordado mais adiante durante a II Guerra Mundial, o norte de Goiás, mais especificamente no médio Araguaia, torna-se uma área exportadora de cristal de rocha (quartzo) para a indústria bélica dos Estados Unidos e da Europa (Silva 1996).

¹⁰ De acordo com Silva (1996), a CENOG havia criado núcleos nas cidades de Pedro Afonso, Dianópolis, Miracema, Porto Nacional (localizadas atualmente no Estado do Tocantins) e no Rio de Janeiro.

As estratégias utilizadas pelo movimento autonomista baseiam-se principalmente no resgate da tradição através da identificação com os separatistas liderados por Teotônio Segurado, construindo um discurso no qual o povo "nortense" é considerado como uma categoria abandonada e inferiorizada (Barbosa, 1999).

Por outro lado, os estudos realizados no âmbito do CONORTE tentam ressaltar as transformações vigentes no Norte Goiano no início da década de 1980. Os processos inerentes a essa dinâmica estavam relacionados com (Oliveira, 2002): a crescente ameaça de desintegração das populações indígenas afetadas pela construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, a chegada de estratos e classes não tradicionais que rapidamente cresciam e se deslocavam para os municípios em torno do eixo da BR-153, e o fluxo migratório dos estados vizinhos agregando lavradores sem terra e promovendo a disseminação de práticas culturais exógenas.

Com o fim do regime militar, o Governo Federal alegava a ausência dos recursos como justificativa para não autorizar a implementação de uma nova Unidade da Federação. As verbas da União deveriam, inicialmente, ser utilizadas para a organização de uma nova estrutura político-administrativa (Oliveira, 2002).

Mesmo assim, a criação do Estado do Tocantins torna-se possível principalmente após a realização de um conjunto de articulações estabelecido durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1987/88. Os acordos são realizados entre as lideranças políticas do norte goiano (representadas pelo então deputado federal José Wilson Siqueira Campos) e o grupo da União Democrático Ruralista (UDR) (liderado pelo médico goiano Ronaldo Caiado) cujo principal interesse era vetar os artigos constitucionais relativos ao avanço da reforma agrária (Barbosa, 1999).

No dia 05 de outubro de 1988, com a aprovação do Artigo nº 13 das Disposições Constitucionais Transitórias é instituída a mais nova Unidade da Federação. As alegações utilizadas para a criação do Estado referem-se à necessidade de descentralização da administração pública da região sul do Estado de Goiás e da necessidade de atender aos interesses do norte goiano.

Nesse contexto, pode-se considerar que a emancipação da porção setentrional do Estado de Goiás resulta na transferência dos territórios federais nele inseridos para o recém-criado Estado do Tocantins, incluindo-se neste caso, a Ilha do Bananal, cuja dinâmica passa a vincular-se à nova Unidade da Federação. No entanto, a compreensão da problemática local tem sua origem no seu processo histórico de ocupação.

3.2 O Processo Histórico de Ocupação da Ilha do Bananal

O registro histórico da ocupação da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins tem seu início no período colonial quando os bandeirantes faziam suas incursões pelos rios da Amazônia à procura das drogas do sertão e de índios para o comércio de escravos. De acordo com Chaim (1983), as primeiras expedições que tiveram como ponto de partida o cenário amazônico eram predominantemente empreendidas por religiosos descortinando extensos trechos da região do Araguaia-Tocantins.

A penetração dos portugueses na Amazônia já estava ocorrendo desde o século XVII, pois estes haviam atingido o Rio Amazonas através de seus afluentes, principalmente o Rio Madeira e as regiões do Araguaia e do Tocantins (Bertran, 1988). Deve-se, portanto, considerar que a

presença indígena na área de estudo está parcialmente relacionada ao processo de penetração no vale do Araguaia pelo colonizador.

Por outro lado, os relatos sobre o início da ocupação indígena estão associados a um conjunto de mitos e lendas das populações Karajá e Javaé (os principais grupos indígenas locais). A permanência dos índios nos períodos colonial e imperial resulta de sucessivos conflitos e articulações. Durante os séculos XVIII e XIX a Ilha assume uma função de lugar de refúgio constituindo um território predominantemente indígena.

No período em que chegaram os primeiros bandeirantes à Ilha do Bananal, no século XVII, a ilha e seus arredores encontravam-se ocupados pelos grupos Tupi e Jê (Chaim, 1983).

Os índios da nação Tupi tinham seus domínios se estendendo até o litoral brasileiro e este grupo havia sido primeiramente contactado pelos portugueses, constituindo paradoxalmente a principal resistência e o principal ponto de apoio para o colonizador. Suas migrações para o interior do país foram responsáveis pela tupi-guaranização das demais tribos com as quais os tupis iam mantendo contato.

Os indígenas pertencentes à nação Jê, ou gentio de língua travada, ou Tapuia (não Tupi) habitavam o interior, constituindo seu território preferencial a metade oriental do planalto brasileiro desde as últimas cachoeiras dos rios Xingu e Tocantins até os 30° de Latitude de Sul. Inicialmente haviam migrado de leste para oeste tendo sido expulsos pelos Tupi no litoral e mantendo uma mobilidade inferior com relação a estes.

No caso específico da Ilha do Bananal, as tribos dos Tapirapé, Mangaruruba, Cururu e Craya pertenciam à Ilha do Bananal e no século XVIII aglomeravam-se no Rio Araguaia. Destes grupos indígenas, apenas os Tapirapé permanecem, habitando na margem esquerda do Rio Araguaia, no Estado do Mato Grosso. Os Javaé e os Karajá pertencem à

Nação Jê e atualmente habitam a ilha, sendo que as demais tribos desta nação (os Gradaú, os Tessemu e os Amadu Guaia Guast) não possuem mais sua localização definida (Chaim, 1983).

Assim, deve-se considerar que a diferenciação dos Karajá e dos Javaé em relação aos demais grupos indígenas está baseada em critérios etno-lingüísticos. O Karajá é pertencente ao tronco Macro-Jê, constituindo os "nós todos" os que falam as línguas desta família, incluindo os Karajá do Norte (que vivem no Baixo Araguaia) e os Karajá do sul: os Karajá do alto e médio curso do Rio Araguaia e os Javaé situados no braço menor do Rio Araguaia, formador da Ilha do Bananal (Toral, 1992).

Essa hegemonia torna-se limitada a partir do século XX. Inicialmente, com a chegada das frentes pioneiras que alcançam o Médio Araguaia e posteriormente, com a implantação do projeto de modernização do Estado Nacional ao qual a Ilha do Bananal passa a ser incorporada, ficando sob a administração do Governo Federal.

3.2.1 Um Território Indígena: de 1500 à Virada do Século XX

A origem da chegada dos grupos indígenas na Ilha do Bananal integra uma mitologia cuja datação histórica refere-se, provavelmente, ao período pré-colombiano. Nas lendas dos índios Karajá constam relatos sobre os conflitos e a expulsão das tribos localizadas na parte central e denominadas de *Were* os quais podem ser considerados como os ancestrais dos índios Javaé que se dirigiram para leste às margens do rio de mesma denominação (Toral, 1992).

Possivelmente, a ocupação dos Karajá se intensificou durante os séculos XVI e XVII. Esse movimento tinha como causa a fuga das

expedições de caçadores de índios empreendidas pelos bandeirantes que rumavam para a confluência dos rios Araguaia e Tocantins (Toral, 1992).

No século XVIII, a entrada dos portugueses na área associa-se ao padrão ocupacional definido pela Coroa Portuguesa no sentido de viabilizar a posse sobre um território vasto e dotado de limitações quanto à sua penetração. Diante das dificuldades apresentadas em controlar militarmente o litoral brasileiro e as áreas fronteiriças ocidentais, o poder da Metrópole optou pela colonização semiprivada, concedendo aos colonos o máximo possível de autonomia (Costa, 1988).

O sistema adotado tornou possível o povoamento de todo o território subjogado ao domínio português. Os bandeirantes originários de São Paulo, embora não houvessem promovido ocupações de fato, foram responsáveis pela abertura de vias de circulação, criando pré-condições para ocupações futuras, principalmente aquelas relacionadas à descoberta de ouro e pedras preciosas em pontos do interior (Minas Gerais e Mato Grosso) a partir do final do século XVII (Costa, 1988).

A chegada dos bandeirantes à procura de mão-de-obra escrava indígena nas bacias dos rios Araguaia e Tocantins provocou um surto de movimentação das tribos indígenas em busca de seus territórios específicos: os Kaiapó rumaram para o noroeste, os Tapirapé, fugindo dos Kaiapó se dirigiram para o sul, percorrendo as matas às margens do Araguaia opostas ao lado ocidental da Ilha do Bananal. Pode-se assim considerar que os Karajá e os Javaé já eram as tribos predominantes na ilha durante o período colonial (Toral, 1992).

O primeiro registro da chegada dos colonizadores refere-se à expedição do sertanista José Pinto da Fonseca em direção ao Rio Araguaia realizada no ano de 1773. A Ilha do Bananal é inicialmente batizada de Santana em homenagem à santa padroeira do dia, mas, posteriormente

recebe o nome de Bananal em função dos longos bananais localizados no seu interior (IBAMA, 1995).

A viagem de José Pinto visava pacificar os Karajá para comercializá-los e viabilizar a navegação do Rio Araguaia. A estratégia utilizada pelo colonizador baseou-se na criação de um aldeamento denominado Nova Beira e de um presídio¹¹ denominado Pedro do Sule reunindo tanto os índios Karajá como os Javaé. Estes foram transferidos para a porção leste da ilha a fim de se evitar os ataques dos Karajá "não pacificados" e de outras tribos, como os Xavante, que haviam se fixado na margem esquerda do Rio Araguaia (Ibama, 1995).

Inicialmente, os Karajá e os Javaé apresentavam uma índole pacífica. No entanto, em decorrência dos sucessivos ataques e traições do colonizador, essas tribos acabam se tornando hostis (Chaim, 1983).

Os colonizadores também passaram a cooptar algumas lideranças indígenas. Em 1775, os principais caciques Karajá foram induzidos a prestarem juramento de vassalagem para o rei de Portugal e alguns Javaé foram convidados a se retirar do interior da Ilha para irem habitar em Nova Beira (Figura 3.3) (Toral, 1992).

"Nação Carajá: 'Abue-noná, maioral da nação Carajá. Em nome de todos os meus súditos e descendentes, prometo a Deos e a El-Rei de Portugal, de ser como já sou hoje em diante vassalo de Sua Majestade, de ter perpétua paz com os portugueses e me obrigo assim a cumprir e guardar para sempre."

Ilha de Sant'Anna, em 31 de Julho de 1775.

¹¹ Ao contrário do significado atual, o termo "presídio" significa o de um posto militar estabelecido para fiscalização e proteção com objetivo de garantir a segurança dos colonizadores contra os ataques dos indígenas (Gomes, 1993).

Abué-noná – o alferes de Dragões José Pinto da Fonseca – Capelão da Bandeira Frei Francisco da Victória – José Machado de Azevedo – Antônio Pereira da Cunha'

Nação Javaé – 'Acabidu-ani maior al da nação Javaé. Em nome de todos os meus súditos e descendentes; prometo a Deos e a El-Rei de Portugal, de ser como já sou hoje em diante vassalo de Sua Majestade, de ter perpétua paz com os portugueses e me obrigo assim a cumprir e guardar para sempre.

Ilha de Sant'Anna, em 31 de Julho de 1775.

Acabidu-ani – o alferes de Dragões José Pinto da Fonseca – Capelão da Bandeira Frei Francisco da Victória – José Machado de Azevedo – Antônio Pereira da Cunha". "Juramento de vassalagem feito pelos maiores dos Carajá e Javaé apud M.M. Chaim: Aldeamentos Indígenas/Goiás (1749-1811) pp. 122-123.

O aldeamento fixado na Ilha do Bananal tinha como origem a política territorial empreendida pela Coroa Portuguesa cujo principal objetivo era minimizar os conflitos existentes entre os colonizadores e as tribos indígenas. Na prática, os aldeamentos expressam no espaço duas lógicas inicialmente antagônicas (Chaim, 1983):

- a primeira "atemporal" inspirada na concepção das missões jesuíticas segundo a qual os índios deveriam ser catequizados e, portanto, não escravizados;
- a segunda, baseada na visão do colonizador português, segundo a qual os indígenas deveriam ser escravizados em decorrência da carência de mão-de-obra na colônia e dos constantes ataques aos colonos.

A política indigenista da metrópole empreendida a partir da segunda metade do século XVIII é voltada para o aliciamento do índio ao convívio

pacífico com o colonizador mediante sua catequese e aldeamento. As diretrizes estabelecidas têm sua inspiração na política do Marquês de Pombal para o qual o afastamento dos jesuítas representava a defesa dos interesses de Portugal, na medida em que os índios deveriam ser transformados em cidadãos ativos no processo de povoamento através de sua integração com a comunidade colonial (Chaim, 1983).

No entanto, a ocupação controlada pelo poder colonizador logo passou a demonstrar suas deficiências. Em 1780, cerca de 800 índios Javaé e Karajá foram transferidos para o aldeamento de São José de Mossâmedes, localizado a montante do Vale do Araguaia e localizado atualmente no Estado de Goiás.

Em 1786, um grupo de índios Javaé foi exterminado por uma epidemia de sarampo. Os índios Xavante continuavam a atravessar o Rio Araguaia para roubarem as roças dos Karajá, raptarem suas mulheres e crianças e prepararem emboscadas. Em 1813, uma coligação de índios liderada pelos Karajá destrói um presídio localizado ao norte da Ilha do Bananal (Toral, 1992).

Durante esse período, com a criação da atual cidade de Carolina (no Maranhão, situada às margens do Rio Tocantins) são retomadas as expedições voltadas para a captura de mão-de-obra indígena. No entanto, as tentativas de estabelecimento do poder da Coroa Portuguesa na Ilha do Bananal mostram-se infrutíferas. Em 1824, os aldeamentos criados pelos portugueses estavam praticamente abandonados (Toral, 1992).

A relativa estabilidade ao longo da primeira metade do século XIX encontra-se associada ao período de estabelecimento Estado Nacional brasileiro surgido após a proclamação da Independência em 1822. A ordem político-institucional resultante expressou uma organização sócio-econômica intermediária entre a centralização do poder imperial e a autonomia relativa das elites locais (Costa, 1988).

O governo imperial passa a nomear os presidentes de províncias, intervindo nas Assembléias Provinciais e controlando os impostos e os efetivos militares. No entanto, o Império, não tinha condições de socorrer financeiramente as províncias durante as crises econômicas (Costa, 1988).

Ao longo do século XIX, a ocupação da Ilha do Bananal é influenciada pelas tentativas de promover a navegação do Rio Araguaia. As dificuldades econômicas vinham se prolongando na então Província de Goiás desde o fim do período colonial. Conforme enfatiza Doles (1973), o período que se estende do século XIX até as primeiras décadas do século XX, é caracterizado por um lento progresso não levando à dinamização da vida regional.

Durante a primeira metade do século XIX são predominantes na Província de Goiás problemas inerentes à decadência da pecuária e da agricultura, assim como a ausência de mão-de-obra. No ano de 1846 são adotadas algumas medidas para implementar o comércio fluvial entre as províncias de Goiás e Pará através da utilização do Rio Araguaia com intuito de dinamizar a economia regional.

Dentre tais medidas, destacam-se a dinamização da catequese nos povoados já existentes e nos quais estavam previstos para serem criados. Nesse mesmo ano, é formada uma sociedade mercantil voltada para explorar o comércio fluvial do Araguaia com a utilização de barcos a remo (Doles , 1973).

No entanto, o reduzido montante dos recursos financeiros disponíveis da sociedade, conjugado à ausência de barcos, equipamentos, tripulação, víveres e produtos exportáveis, associados à seca sazonal característica da região demonstram as limitações do empreendimento. No caso específico, da Ilha do Bananal é reativado, por ordem do Governo Imperial no ano de 1849 o presídio de Santa Maria, localizado no extremo

setentrional da ilha. No entanto, este processo não é concluído em decorrência dos ataques dos índios Karajá (Doles, 1973).

Na década de 1860 é retomada a tentativa de promover o comércio fluvial no Rio Araguaia com a utilização da navegação a vapor. O empreendimento é idealizado pelo então presidente da Província José Couto de Magalhães e tem participação do Governo Imperial e do empresariado da Província do Pará (Doles, 1973).

Neste sentido, são transferidos para o Presídio de Santa Maria na Ilha do Bananal cerca de 800 índios Apinajé oriundos da Missão de Boa Vista (atual cidade de Tocantinópolis, situada no Estado do Tocantins) com a função de protegerem a povoação contra os ataques e de auxiliarem na navegação. A localidade passa também a constituir um dos principais portos da via de navegação, oferecendo mão-de-obra e madeira para ser utilizada como lenha (Doles, 1973).

Neste contexto, o vale do Araguaia experimenta uma nova dinamização com a implantação da navegação a vapor. No ano de 1863 é criada uma empresa oficial de navegação a vapor, visando viabilizar a comunicação entre o centro do país e a Província do Pará. Esta medida resulta em um surto de modernização com o surgimento de redes de guarnições militares e núcleos de comércio e de escolas (IBAMA, 1981).

No entanto, a tentativa de se estabelecer a navegação comercial e moderna durante o período imperial não se mostra bem sucedida. O empreendimento fluvial não dura mais que 20 anos, pois a empresa é extinta, o comércio é levado à falência e as escolas são fechadas (IBAMA, 1981).

Mesmo com a falência da companhia de navegação, a Ilha do Bananal continuou a ser visitada, destacando-se a presença de estudiosos estrangeiros. Os pesquisadores alemães Paul Ehrenreich e Fritz Krause

fizeram relatos das populações indígenas da Ilha no fim do século XIX e no início do século XX (Toral, 1992).

Os Karajá - habitantes das porções oeste e norte da Ilha do Bananal - estavam tradicionalmente caracterizados como o grupo que mantinha mais relações com a população não-indígena com as quais praticavam o comércio no rio Araguaia. Os produtos adquiridos (principalmente de ferro) eram repassados para os Javaé, os quais viviam em isolamento no centro e nas margens do Rio Javaés, praticando a agricultura. Por privilegiarem a prática comercial, os Karajá, em época de penúria habitavam com os Javaé, estabelecendo com estes, em alguns casos, casamentos intergrupais (Toral, 1992).

Outros grupos indígenas ocuparam a Ilha do Bananal no século XIX. Nesse período, e até aproximadamente a década de 1920, foi registrada no extremo norte da ilha a presença de índios da tribo Xerente. Os Avá-Canoeiro chegaram por volta de 1850 e se estabeleceram em áreas de mata densa e de campo, sobrevivendo como caçadores e coletores até o final do século XX como um grupo minoritário (Toral, 1992).

A apropriação do espaço da Ilha do Bananal pelos grupos indígenas está direcionada por uma lógica baseada na sazonalidade local e nas constantes ameaças de conflitos com outros grupos:

"A distribuição desses grupos ao longo do Araguaia está longe de ser uniforme. Apesar da aparente imensidão de terras disponíveis até o início desse século, são relativamente poucos aqueles a salvo das águas durante a estação das chuvas. Nessa estação (que vai de novembro a março, aproximadamente); parte considerável da bacia do médio Araguaia, formada por terras baixas, fica submersa sob a água. As 'barreiras', como são chamadas pela população regional, ou seja, os locais não inundáveis propícios ao estabelecimento de roças e habitações, restringem-se a uns

poucos pontos, disputados por brasileiros e pela população Karajá, Javaé e Karajá do Norte” A. de A. Toral: Cosmologia e Sociedade Karajá, p. 2.

Nesse contexto, durante a maior parte do século XIX e até as duas primeiras décadas do século XX, a Ilha do Bananal esteve sob domínio indígena. Esta situação passa a se modificar com a chegada das primeiras frentes pioneiras de ocupação do Médio Araguaia, com as incursões de missões missionárias, e com a implantação de postos indígenas pelo Governo Republicano.

3.2.2 Os Novos Agentes no Início do Século XX

Durante a primeira metade do século XX é rompido o isolamento das tribos indígenas da Ilha do Bananal. Este processo deu-se sob os seguintes aspectos: a presença das missões religiosas, a chegada das frentes pioneiras e o estabelecimento de postos indígenas pelo Estado. O contexto político nacional caracterizava-se pela estruturação política e institucional do (Costa, 1988).¹²

Os primeiros grupos não indígenas a se estabelecerem na Ilha do Bananal no início do século XX constituíram as missões religiosas. De acordo com Toral (1993), os missionários do London South American Evangelical Union (1906-1931), a Igreja Adventista do Sétimo Dia (1935-1947) e as Irmãzinhas de Jesus (1953-1988) passaram a manter contato com os índios Karajá. As missões religiosas mantinham um trabalho assistencialista, oferecendo serviços de saúde, auxílio nas roças e doações.

Simultaneamente, o Estado Nacional passou a se fixar na Ilha do Bananal em 1927 com a instalação do o primeiro posto do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)¹³ em uma aldeia Karajá. Em 1930, é contemplada a idéia de se fundar um posto junto a uma aldeia Javaé com a função de estabelecer rotas de acesso e retiros¹⁴ para a criação de gado (Toral, 1992).

As estratégias de fixação do órgão governamental estão associadas à chegada das primeiras frentes pioneiras na região do Médio Araguaia. No caso do entorno da Ilha do Bananal elas são impulsionadas principalmente pela descoberta do cristal de rocha.

A atividade garimpeira iniciada em fins da década de 1930 imprime uma nova dinâmica territorial local. Neste período surgem dois povoados que, posteriormente, em 1953, são elevados à categoria de município: Cristalândia e Pium (SEBRAE, 2001).

Com a queda do preço do cristal no fim da Segunda Guerra Mundial, as frentes pioneiras abertas vão se voltar para a agropecuária ocupando as terras em regime de posse (Barbosa, 1996).

A pesca também se torna uma atividade responsável pelo rompimento do isolamento das populações indígenas da ilha do Bananal. A partir da década de 1940, passam a ser registradas as visitas de barcos regatões paraenses com o objetivo de comprar o *marisco* (pirarucu salgado) e o couro de diversos animais trazendo em troca mercadorias. As incursões dos pescadores associam-se ao seqüestro de meninas e

¹² No caso da Amazônia, as principais medidas estavam relacionadas à proteção do preço da borracha, frente à concorrência estrangeira. Em 1912 foi criada a Superintendência de Defesa da Borracha (SDB) (Costa, 1988)

¹³ O SPI havia sido criado em 1910 por iniciativa do Marechal Cândido da Silva Rondon sob o argumento da necessidade de proteção das populações indígenas em um momento no qual estes eram considerados uma ameaça à ocupação do território brasileiro por migrantes, principalmente imigrantes europeus (Andrade, 2001)

¹⁴ Retiros constituem acampamentos montados para abrigarem criadores de gado (retireiros) os quais se estabelecem no período de seca na Ilha do Bananal para aproveitarem as pastagens naturais locais.

mulheres indígenas para serem utilizadas como horizontais (meretrizes) e auxiliares nos acampamentos (Toral, 1992).

Paralelamente, o Estado Nacional tenta intensificar a sua presença na ilha através da criação, em 1952, de mais um posto indígena, sendo que desta vez este é implantado junto a uma comunidade Javaé. A iniciativa mostra-se ineficaz em decorrência da ausência de recursos (Toral, 1992).

As frentes pioneiras e a fixação do Estado Nacional marcam o início da incorporação da Ilha do Bananal e da área de seu entorno no atual Estado do Tocantins à modernização do Brasil. Esse processo intensificou-se principalmente a partir da década de 1950 quando na área foram definidos novos territórios controlados diretamente pelo poder do Estado Nacional.

3.3 A Incorporação Periférica ao Projeto de Modernização Brasileira (1950-1974)

Ao longo da primeira metade do século XX, a presença do Estado Nacional na Ilha do Bananal teve caráter pontual através da implantação de postos indígenas. No período compreendido entre a segunda metade do século XX e a década de 1980, a Ilha do Bananal e o seu entorno no Estado do Tocantins passam a ter sua dinâmica associada à integração da Amazônia ao projeto de modernização brasileira.

O modelo de desenvolvimento que iria promover a modernização do país tem sua origem nas reformas empreendidas pelo Governo de Getúlio Vargas durante a década de 1930. Tendo como objetivo principal estabelecer a industrialização do Brasil na era Vargas inicia-se

implantação da infra-estrutura necessária à industrialização representada pelo estabelecimento da indústria de base (Becker e Egler, 1992).

Entre 1937 e 1945 (durante a Ditadura Vargas) são tomadas medidas voltadas para o reaparelhamento do Estado. A reconfiguração das atividades estatais passa a viabilizar a intensificação do intervencionismo estatal nas políticas econômicas setoriais e globais assim como se dá início ao planejamento econômico no Brasil (Costa, 1988).

A integração nacional já vinha sendo planejada desde a década de 1940 durante no Governo Vargas com o Programa *Marcha para o Oeste*. O programa corresponde à primeira iniciativa de colonização incentivada pelo Estado Nacional no século XX.

A organização dos trabalhos demanda a criação de dois órgãos institucionais: a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central. Ao primeiro coube a o mapeamento e o desbravamento. O segundo foi responsável pela implantação de núcleos populacionais nos pontos definidos pela Expedição (www.brasil Oeste.com.br).

No entanto a incorporação da Amazônia a uma política de planejamento regional torna-se efetiva durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

A partir da década de 1950, iniciam-se as políticas territoriais explícitas para a Amazônia com a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953 e a definição, em lei, da "Amazônia Legal", complementadas pela transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia (Costa, 1988). Embora tenham sido criados mecanismos legais e institucionais voltados para o desenvolvimento regional da Amazônia, as ações do Estado para a região neste período foram pontuais (Costa, 1988).

O primeiro plano quinquenal da Superintendência previa a liberação de investimentos em quase todos os setores da economia regional, estando sustentado por recursos os quais compreendiam 3% da receita federal destinado à região pela constituição de 1946. O plano não obteve os resultados esperados embora os investimentos voltados principalmente para a infra-estrutura tenham sido realizados (Costa, 1988).

No caso específico da Ilha do Bananal, a construção da BR-153 (Rodovia Belém-Brasília), a implantação do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia, constituem as principais estratégias utilizadas pelo Estado Nacional para incorporar a área de estudo à sua proposta de desenvolvimento, promovendo, assim, a intensificação do poder estatal no controle territorial local.

3.3.1 A Construção da BR-153 (Rodovia Belém-Brasília)

O Plano de Metas do Governo JK concentrou-se na implantação de rodovias as quais partindo de Brasília, interligaram as porções oriental e ocidental ao Centro Sul do país. O empreendimento estatal de maior destaque até meados dos anos 60 constituiu a construção BR-153, a Rodovia Belém-Brasília (Costa, 1988).

A rodovia foi definida como um macroeixo Sul-Norte, paralelo ao Rio Araguaia, cortando os cerrados do Planalto Central e parte da Hiléia Amazônica, tornando-se o elemento transformador da Amazônia Oriental. Articulando-se posteriormente com a rodovia Transamazônica (na cidade de Estreito no Estado do Maranhão), a Belém-Brasília viabilizou o surto de ocupação da região nas décadas de 1960 e 1970 (Costa, 1988).

Conforme aponta Aquino (2002), o eixo viário abrangido pela rodovia já se encontrava aberto em partes desde a década de 1940 como

resultado das frentes pioneiras que haviam se dirigido para o Estado de Goiás em decorrência da dinamização das economias locais. Nesse processo já havia sido instalada uma Colônia Agrícola Nacional na cidade de Ceres (GO) no âmbito do Programa Marcha para o Oeste.

Neste sentido, pode-se considerar a existência de uma expectativa em torno da implantação de estradas para o escoamento da produção agropecuária, pois já era existente nas proximidades da cidade de Porangatu (localizada atualmente no norte do Estado de Goiás) uma via construída por um casal de americanos contratados por um grupo de proprietários de terras paulistas (Aquino, 2002).

Os demais trechos da Belém-Brasília existentes antes de sua definitiva implantação constituíam os que ligavam as cidades de Anápolis (GO) e Jaraguá (GO), e os que conectavam Belém (PA) e Guamá (PA). Também estava registrada desde 1948 a presença de uma estrada passando pela cidade de Uruaçu (GO) e, desde 1957, pela cidade de Cercadinho, a qual atualmente é a cidade de Carmolândia em Tocantins (Aquino, 2002).

A construção da rodovia fazia parte do *Plano de Metas* do Governo JK. O plano estava inserido em um programa de governo no qual o problema do desenvolvimento era colocado como prioridade. A construção e a inauguração de Brasília em 1960 como a capital no centro do país e a implantação de um "cruzeiro viário" tornaram-se as principais estratégias utilizadas para promover a integração regional, sendo esta considerada um processo necessário para viabilizar a industrialização do Brasil.

Nesse contexto, a rodovia Belém-Brasília passa a representar a inclusão da Amazônia em uma política de desenvolvimento capitaneada pelo poder do Estado Nacional na medida em que:

“...Resolveu então Yunes (proprietário da empresa de construção), acompanhado pelo vice-governador de Goiás) Bernardo Sayão ir ao presidente JK (em Brasília). Lá chegando, foram muito bem recebidos por Juscelino que aproximando-se do mapa do Brasil pediu para que o Gaúcho (Yunes) lhe mostrasse o local denominado Cercadinho. Após a localização no mapa perguntou ao Gaúcho se aquilo ali não seria a Amazônia. Confirmado que sim, Juscelino promete comparecer à festa. Recomendou então ao Gaúcho que montasse toda infra-estrutura construindo pista de pouso e ornamentando o local com elementos que caracterizassem claramente tratar-se da região Amazônica.

Sem perder tempo, JK mobilizou representantes de nações estrangeiras para que eles testemunhassem a presença de seu governo na Amazônia. No dia pré-fixado, lá pousou em dois C-47 da FAB com 48 pessoas, entre as quais vários embaixadores”. N.A. de Aquino: “A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins” in A (Trans)Formação Histórica do Tocantins, pp.323-324.

Embora a Ilha do Bananal e o seu entorno não se encontrem nas adjacências da Belém-Brasília, a construção da rodovia foi simultânea às transformações da dinâmica territorial local. A ilha, especificamente, constituía uma referência geográfica de localização para o governo durante a execução das obras (Aquino, 2002).

Em 31 de dezembro de 1959, a Ilha do Bananal, como um todo, é transformada em Parque Nacional (IBAMA, 1995) e em 1958 e 1963, são criados, respectivamente os municípios de Dueré e de Formoso do Araguaia, dois povoados formados durante o garimpo de cristal de rocha (SEBRAE, 2001).

A concentração de terras ao longo da BR-153 passa a se estender nas proximidades da Ilha do Bananal. Já no ano de 1957, o Instituto de Terras de Goiás (IDAGO) inicia a demarcação de terras da região do Médio Araguaia propiciando a ocupação por latifúndios e resultando na expulsão dos posseiros existentes desde a chegada das frentes pioneiras iniciadas na década de 1930 (Barbosa, 1996).

A construção da Belém-Brasília representa um processo de incorporação da Amazônia a uma política de modernização nacional com repercussão na dinâmica territorial da Ilha do Bananal. Com a criação do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia a ilha é definitivamente apropriada pelo Estado Nacional.

3.3.2 A Apropriação de Espaços pelo Estado Nacional

A incorporação da Ilha do Bananal a um projeto de modernização nacional também é caracterizada pela criação de dois espaços controlados diretamente pelo Estado: O Parque Nacional do Araguaia e o Parque Indígena do Araguaia.

O Parque Nacional do Araguaia é instituído durante o processo de construção da rodovia Belém-Brasília. A lei estadual nº 2.370 autoriza o Estado de Goiás a doar a Ilha do Bananal para a União. O decreto nº47.570/1959 institui o Parque Nacional do Araguaia fixando sua sede na Aldeia Macaúba por ser a região de maior densidade florestal, riqueza de fauna aquática e terrestre; além de contar com escassa presença indígena. A administração da unidade de conservação fica sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e posteriormente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (IBAMA, 1995).

A criação do Parque Nacional do Araguaia não implica, necessariamente, a retirada da população habitante da Ilha do Bananal. Ao contrário durante a década de 1960 são registrados conflitos abertos em quase todos os aldeamentos Javaé na medida em que roças, cemitérios e locais de significado histórico e mítico eram ocupados. Esse processo resultou tanto no fracionamento como no abandono de numerosas aldeias, constando que, durante esse período até o ano de 1973, por iniciativa da administração do Governo Federal, a totalidade da população Javaé foi reunida em duas aldeias próximas ao posto indígena Canoanã (Toral, 1992).

Com a instalação do regime militar (1964-1985) a Amazônia passa a ser considerada uma "fronteira de recursos" e a ocupação da região torna-se uma estratégia de manutenção de segurança nacional na medida em que o regime de 1964 já vinha se confrontando com forças opositoras.

Em 1967, durante o Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, havia sido lançado o *Programa de Integração Nacional* (PIN) com o objetivo de englobar o Nordeste e a Amazônia. Através da estratégia de alargar as fronteiras econômicas internas do país o Programa definiu a construção da Rodovia Transamazônica ligando o Nordeste ao extremo-ocidente da Amazônia e a implantação da rodovia Cuiabá-Santarém. As duas estradas ao lado das rodovias já existentes constituíam a estrutura básica de circulação dentro do projeto de integração nacional.

Por outro lado, no Vale do Araguaia um conjunto de conflitos estavam sendo registrados. Também em 1967, os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) haviam iniciado um processo de ocupação no norte do então Estado de Goiás e no sul do Estado do Pará nas proximidades da cidade de Xambioá (no atual Estado do Tocantins) com o objetivo de se prepararem para a luta armada. O movimento identificado em 1972 como Guerrilha do Araguaia foi liquidado por forças do Exército em 1975 (Campos Filho, 1997).

No lado do Estado do Mato Grosso entre os anos de 1967 e 1972, havia ocorrido uma série de conflitos entre posseiros e a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia a qual detinha um domínio da maioria das terras do Município de Santa Terezinha (Esterci, 1987). Neste movimento, os camponeses passam a ter como principal aliado a Missão Católica de Santa Terezinha a qual passou a constituir o início da chamada Igreja Popular do Brasil.

Nesse contexto, o Governo Federal inicia o processo de implantação do projeto de modernização na Ilha do Bananal. Inicialmente, o Decreto Federal nº 68.263/71 reduz a área do Parque Nacional do Araguaia na Ilha do Bananal para estabelecer os limites do Parque Indígena do Araguaia o qual passa a ser administrado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) órgão herdeiro funções do antigo SPI. (IBAMA, 1995).

Além da função assistencialista, a FUNAI vai ser, o órgão do Governo Federal responsável pela execução de uma proposta de desenvolvimento nos moldes da proposta de modernização nacional. Durante a década de 1970, passam a ser implementados projetos de desenvolvimento comunitário nas aldeias Javaé e Karajá. (Toral, 1992).

Os indígenas passam a ser treinados como monitores bilíngües, motoristas, tratoristas e operadores de máquinas para, posteriormente, serem contratados como funcionários da própria FUNAI (Toral, 1992). A concepção dos projetos visava em última instância, a inserção das aldeias Javaé em uma economia de mercado controlada pelo poder estatal e baseada em práticas culturais externas.

Em ofício encaminhado à Presidência da FUNAI pelo então chefe do posto indígena Canoanã em 31 de maio de 1974 é apresentado um antiprojeto para a criação da Cooperativa Mista Javaé Ltda. cuja proposição estava baseada nas seguintes justificativas:

"...Ao apresentar esta proposição, firmamo-nos na convicção de que será um elemento desencadeador e viável de promover a integração do indivíduo na sociedade nacional sem, contudo haver quebra em seus princípios fundamentais da cultura.

Imbuímo-nos deste espírito, desde a época em que passamos a conhecer as verdadeiras condições das comunidades em que já servimos, donde concluímos não ser verdadeiro o que se apregooou em relação ao índio, ou seja, classificando-o como um elemento passivo e preguiçoso. Porém, através de observações, reconhecemos tratar-se de um ser trabalhador honesto e sincero, no entanto, tem lhes faltado sobremaneira apoio, orientação, respeito como pessoa e estímulo para que possam assimilar os nossos costumes como também dar aos Toris (não-índios) da região condições de se desenvolverem, todos acompanhando o desenvolvimento célebre deste grandioso e querido Brasil."(Anteprojeto Cooperativa Mista Javaé Ltda., 1974).

A experiência da FUNAI em implantar uma política agrícola de modernização no Parque Indígena do Araguaia constituiu uma tentativa por parte de Estado em implementar um modelo exógeno do desenvolvimento na Ilha do Bananal.

O boom decorrente da implantação dos projetos de desenvolvimento comunitário ocorreu durante a década de 1970 e início da década de 1980. A dinamização econômica nas aldeias indígenas da Ilha do Bananal revelou-se principalmente através da exploração da pesca do marisco do pirarucu salgado e da pecuária registrando-se brigas e desentendimentos entre os índios Javaé.

Nesse período assume destaque a pessoa do Cacique Eliseu, considerado o líder da maior das aldeias Javaé da Ilha do Bananal. No ano de 1977 foi designado chefe de Posto (na Aldeia de Canoanã) tornando-se

o primeiro Javaé a assumir um cargo de chefia da Administração da FUNAI no Parque Indígena do Araguaia, tornando possível para os Javaé assumirem o controle da FUNAI local (Toral, 1991).

Eliseu tornou-se agenciador de pescadores durante o *boom* do marisco, transformando-se posteriormente no grande "patrão" da pesca e controlando a venda de sal e linha, assim como do crédito e do comércio com os pescadores. Em 1985, quando um índio Carajá (Koxini Karajá) assume a administração do Parque Indígena do Araguaia, Eliseu é demitido da chefia do posto de Canoanã, embora não tenha perdido sua liderança. Em 1989, é assassinado por seu cunhado quando ia tomar satisfações por supostas ameaças de morte. (Toral, 1991)

No entanto, a partir da segunda metade da década de 1970, o modelo tripé responsável pelo crescimento econômico brasileiro estava entrando em crise. A redução dos investimentos externos, principais responsáveis pela manutenção deste padrão de desenvolvimento tem como consequência imediata o colapso do regime autoritário, viabilizando a participação de novos agentes com propostas de desenvolvimento diferenciadas.

As políticas regionais para o desenvolvimento da Amazônia tornam-se mais seletivas. No caso específico da Ilha do Bananal, este processo se expressa pelo surgimento de projetos de desenvolvimento específicos para atenderem aos interesses de grupos de agentes externos.

CAPÍTULO 04

ESTABELECIMENTO DE UM VETOR TECNO-INDUSTRIAL NA ILHA DO BANANAL

A influência do vetor tecno-industrial na Ilha do Bananal (VTI) é tardia em relação à da Amazônia, ocorrendo quando a economia de fronteira já se encontrava em crise. O que justifica a implantação do VTI no local constitui uma tentativa das elites locais associadas a agentes externos de criar um território voltado para um empreendimento agrícola de grande escala articulado à economia nacional.

Na escala local da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins, o grande marco do estabelecimento da economia de fronteira constitui a implantação do Projeto Rio Formoso voltado para a produção irrigada e mecanizada de arroz. Posteriormente, o dinamismo gerado em torno da agricultura irrigada irá tornar-se responsável, em 1994 pelo lançamento do Projeto Javaés e pelo estabelecimento de sistemas de produção agrícola, constituindo a base para a formação de um vetor tecno-industrial (VTI) local.

4.1 O Projeto Rio Formoso

O Projeto Rio Formoso, localizado às margens do Rio Formoso (afluente do Rio Javaés) situa-se no Município de Formoso do Araguaia (Figura 4.1). Os estudos para a implantação do projeto iniciam-se no ano de 1979, nos primeiros anos da crise do modelo modernizador.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), como um programa de desenvolvimento antecedente ao projeto, traz como objetivo incorporar o cerrado ao setor produtivo nacional através da utilização de instrumentos de incentivo como a concessão do crédito rural e da assistência técnica e da promoção da adoção de uma tecnologia moderna voltada para a produção agropecuária.

No então norte goiano, nas proximidades do Município de Formoso do Araguaia, o pólo selecionado para a implantação do Programa constituiu a área de Gurupi, abrangendo os municípios de Alvorada, Araguaçu, Dueré, Gurupi e Peixe, (localizados atualmente no Estado do Tocantins); e o Município de Porangatu, situado atualmente no Estado de Goiás.

Para esse pólo é prevista a construção de estradas, sistema energético, de armazenamento, unidades de pesquisa agropecuária e assistência técnica, lançando bases para a modernização da agricultura (Pereira, 2002).

Embora o Município de Formoso do Araguaia não estivesse contemplado no POLOCENTRO, a análise da implementação desse projeto de desenvolvimento a nível local considera seu significado em um contexto mais abrangente, na medida em que o Projeto Rio Formoso corresponde a um empreendimento pioneiro para o estabelecimento da agricultura moderna na Região do Médio Araguaia no então norte goiano.

Neste contexto, a análise do Projeto Rio Formoso no entorno da Ilha do Bananal aborda os seguintes aspectos: a ocupação histórica da localidade no qual é implantado o projeto (Formoso do Araguaia), o significado do projeto no contexto da inserção da fronteira agrícola na Amazônia ao processo de modernização da agricultura brasileira e o impacto da implantação do projeto na dinâmica territorial local na medida

em que o Estado, articulado com grupos externos, acaba por propiciar a exclusão do grupo de posseiros da produção agrícola tecnificada.

4.1.1 Formoso do Araguaia

O Município de Formoso do Araguaia, onde está localizado o Projeto Rio Formoso, situa-se no vale do Rio Araguaia (Região do Médio Araguaia) e inclui parte da Ilha do Bananal dentro de seus limites político-administrativos. O Rio Formoso constitui um afluente do Rio Javaés com o qual forma uma área de várzea propícia à produção agrícola por irrigação¹⁵.

O processo de implantação do Projeto Rio Formoso torna-se responsável pela transformação das características locais do município o qual passa a constituir uma referência de agricultura moderna e mecanizada no norte do Estado de Goiás e, posteriormente, no Estado do Tocantins.

Inicialmente, Formoso do Araguaia é uma área habitada por grupos indígenas (Javaés e Avá-Canoeiros), pertencente ao Município de Cristalândia. Na década de 1940, migrantes provenientes, principalmente da Região Nordeste, estabelecem as primeiras posses no local. No ano de 1949 é descoberto um garimpo de cristal de rocha em uma área pertencente a um pequeno proprietário – o Sr. Pantaleão ou “Véi Panta” – originando um pequeno povoado¹⁶ (Barbosa 1996).

¹⁵ Os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, especialmente nas décadas de 1960 e 1970 foram de crescimento explosivo no volume de terra servida por irrigação. Durante três décadas, a área irrigada praticamente aumentou três vezes, devendo-se considerar que a maior parte da expansão ocorreu nos países em desenvolvimento (Yuldeman, 1989).

¹⁶ O garimpo de cristal constituiu um fator de urbanização nas décadas de 1940 e 1950 no vale do Rio Araguaia, criando cidades como Ananás, Arapoema, Xambioá, Paraíso do

A intensificação da atividade garimpeira resultou na deflagração de conflitos entre garimpeiros, posseiros e índios. Os grupos indígenas mais arredios, como os Avá-Canoeiros, são perseguidos. Os garimpeiros chegam a contratar grupos de exterminadores, causando a migração dos índios em direção à Ilha do Bananal.

Na década de 1950, a atividade garimpeira entra em declínio, resultando na retirada dos garimpeiros para outras jazidas. O povoado de Formoso do Araguaia passa a se dedicar principalmente à atividade da pecuária.

A partir de então o vale do Rio Formoso é incorporado à fronteira Amazônica. A ação do Governo Estadual com o apoio do Governo Federal torna a área propícia ao estabelecimento da agricultura moderna na Região do Médio Araguaia através da aplicação dos recursos necessários para a execução do empreendimento.

4.1.2 A Implantação do Projeto

Deve-se considerar que o estabelecimento da agricultura irrigada no vale do Rio Araguaia já constava nos planos do Governo do Estado de Goiás o qual vem efetuando a demarcação de terras na região desde a década de 1950 (Barbosa, 1996).

No caso do vale do Rio Formoso, após o término da atividade garimpeira de cristal de rocha, o Instituto de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Goiás (IDAGO) inicia a partir de 1957, a demarcação dos lotes no local, na medida em que os posseiros remanescentes no povoado não

Norte, Dois irmãos, Dueré, Pium, Cristalândia e, por fim, Formoso do Araguaia (Gomes, 1993).

havam manifestado preocupação em delimitar suas propriedades (Barbosa, 1996).

Considerando-se que a maior parte das terras era devoluta e pertencente à União, a demarcação de lotes possibilita a apropriação das terras em Formoso do Araguaia através da grilagem, técnica esta característica da ocupação agrária da fronteira amazônica e que permitiu a constituição de propriedades com áreas superiores às legalmente permitidas (Oliveira, 1995).

A demarcação dos lotes intensifica-se com a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153). Em 1963, a localidade de Formoso do Araguaia é emancipada à categoria de município (SEBRAE, 2001).

O IDAGO promove a ocupação das terras através da distribuição dos lotes aos "apadrinhados" políticos e aos intermediários. As glebas são revendidas em Goiás e em outros Estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais. Caso o lote estivesse sob propriedade de um posseiro fictício, era emitido um registro viabilizando a transferência para um outro proprietário (Barbosa, 1996).

Inicialmente, a idéia da implantação da agricultura irrigada no vale do Rio Formoso parte de um proprietário de terras no local (o Sr. Armando Nascimento) cuja experiência em cultivar arroz irrigado em 1977 não havia sido bem sucedida. No entanto, um irmão do Sr. Armando, (o Sr. Othon Nascimento), "com livre trânsito dentro do Governo de Goiás" (representado então pelo Sr. Ary Ribeiro Valadão):

"...articulou a realização de estudos para a criação de um projeto para o aproveitamento dessa região de várzeas, segundo as estimativas, apresentava-se com um grande potencial de áreas agricultáveis no Estado de Goiás que contava com cerca de 2,5 milhões de hectares. Nesta época,

o Sr. Othon Nascimento conseguiu levar o Governador para conhecer e visitar a região do vale do Médio Araguaia, onde recebeu o apoio formal para iniciar os estudos de viabilidade". E.Q. Pereira: Desenvolvimento Agrícola em Regiões de Fronteiras – o Caso do Município de Formoso do Araguaia/Tocantins, p. 45.

A partir do ano de 1979, o estabelecimento do Projeto Rio Formoso torna-se uma das metas prioritárias de ação do Governo de Ary Ribeiro Valadão (Pereira, 1996). O Estado de Goiás interveio diretamente no sentido de alocar os recursos necessários para a implantação do projeto.

As principais justificativas utilizadas para a participação direta do Governo Estadual estão relacionadas à dimensão, ao volume dos recursos a serem viabilizados, ao grau de risco envolvido e ao nível incipiente de capital social básico disponível na região. Essas condições são potencialmente inibidoras à ação da iniciativa privada, ao menos na forma pioneira e na escala determinada pela concepção do projeto (Barbosa, 1996).

De acordo com Pereira (1996), as estimativas da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN-GO) contabilizam um valor de 163,5 milhões de dólares para a implantação de uma área de 30.000 hectares incluindo-se entre os gastos a implantação de toda a infraestrutura de sistematização, drenagem, irrigação, armazenagem, estradas e agrovilas.

O Governo Estadual arca com os riscos de implantação do projeto, utilizando o Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM) como garantia real de pagamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No entanto, cabe ao Governo Federal trazer subsídios para a implantação do projeto com a mobilização de suas principais fontes de financiamento.

Deve-se compreender que a implantação do Projeto Rio Formoso ocorre em um período durante o qual a democratização brasileira ainda não havia se efetivado, estando o país ainda governado pelo regime militar. Ary Ribeiro Valadão havia sido indicado para o Governo do Estado de Goiás, sendo definido como "biônico" (Barbosa, 1996). Neste contexto, evidencia-se a estreita relação entre o poder estadual e o poder central representado pelo Governo Federal.

De acordo com Barbosa (1996), contribuem para a implementação do projeto:

- o Sistema BNDES (32%);
- o Fundo de Participação dos Estados (FPE) – 36%;
- a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) – 1%;
- o Estado de Goiás – 21%;
- a Companhia de Armazéns Gerais (CIBRAZEM) – 13%;
- o Banco Nacional de Habitação (BNH)/Programa de Habitação e Empregados (PROHEMP) – 6%.

Considerando-se a proporção dos recursos federais disponibilizados para o projeto, pode-se considerar que a implementação do empreendimento agropecuário nas proximidades da Ilha do Bananal caracteriza-se pelo patrimonialismo, ou seja, pela apropriação privada dos recursos do Estado (Sorj, 2000).

No caso específico do Projeto Rio Formoso, o custo do estabelecimento da infra-estrutura deveria ser repassado posteriormente para as cooperativas, as principais organizações beneficiadas com a implantação do projeto. No entanto, como afirma Barbosa, a dívida foi

repassada para o Estado do Tocantins no momento de sua criação, ficando sob responsabilidade do Governo Federal.

4.1.3 O Empreendimento no Processo de Modernização da Agricultura Brasileira

A implantação do Projeto Rio Formoso faz parte de um processo de incorporação da Amazônia Legal à modernização agrícola brasileira. Formoso do Araguaia integra o conjunto de fronteiras agropecuárias abertas na Amazônia a partir da segunda metade do Século XX da rodovia Belém-Brasília (Machado, 1995).

A questão da modernização da agricultura brasileira está no contexto da modernização da agricultura em escala internacional reconhecida como a Revolução Verde, iniciada na década de 1950, e voltada para o crescimento na produção de alimentos, baseada na monocultura e na utilização intensiva de insumos agrícolas. Este processo associa-se à própria questão da modernização nacional, pois o conjunto dos debates ocorridos no Brasil em fins da década de 1950 e início da década de 1960 sobre a baixa produtividade agrícola nacional destaca a necessidade da utilização de recursos modernos tais como tratores, fertilizantes, defensivos e herbicidas (Santos, 1986).

A crescente quimificação e o aumento da tecnificação tornam-se fatores responsáveis pela alteração da própria maneira de produzir no país. Novas variedades mais especializadas dos produtos passam a ser incorporadas ao processo produtivo. A modernização agrícola também contribui significativamente para a viabilização do desenvolvimento industrial com a transferência de insumos e máquinas do interior das unidades fabris para as unidades agrícolas (Kageyama et al. 1987).

No entanto, no caso específico do Projeto Rio Formoso, a diversificação das fontes de recursos para a implantação do projeto indica que sua implementação ocorre em um período no qual a política agrícola brasileira é motivada pela redução dos subsídios financeiros e pela busca da auto-regulação. As diferentes formas de financiamento e apoio dispensado pelo poder público (tanto estadual quanto governamental) são característicos dos esquemas verticalizados inerentes aos Complexos Agroindustriais (CAIS) brasileiros (Belik, 1998).

Nesse contexto, a implantação do Projeto Rio Formoso insere-se em um processo no qual a modernização da agricultura envolve simultaneamente o Estado e os grupos de interesse organizados. De um lado, determinados interesses organizados pressionam o Estado, o qual elabora programas e disponibiliza recursos para o seu desenvolvimento. Por outro lado, o Estado, mediante políticas de governo, fortalece lideranças que, por sua vez dão suporte à viabilização dos interesses organizados setorialmente (Belik, 1998).

Esse mecanismo específico de interação entre Estado e grupos de interesse é diferenciado dos usuais mecanismos de mercado e são mais usuais países de capitalismo tardio e de profunda tradição burocrática e autoritária, como no caso brasileiro (Belik, 1998).

De acordo com essa concepção, a principal modificação na dinâmica da agricultura brasileira reside em um processo histórico de passagem do complexo rural para uma dinâmica comandada pelos "complexos agroindustriais" quando a agricultura transforma-se em um ramo de produção semelhante à indústria e conectada a outros ramos da produção (Kageyama et al., 1987).

Teoricamente, os complexos agroindustriais podem ser entendidos como conjuntos de atividades fortemente relacionadas entre si (por compras e vendas) e fracamente relacionadas com o resto das atividades.

Esses conjuntos são vistos de forma dinâmica, o que torna a sua delimitação menos rígida do que seria uma tipologia ou análise sistêmica podendo ser completos e integrados, complexos industriais incompletos diferenciando-se das atividades modernizadas e das atividades artesanais (Kageyama, et al, 1987).

A produção de arroz por irrigação em Formoso do Araguaia pode ser compreendida como uma atividade não totalmente integrada a um complexo agroindustrial na medida em que esta atividade agrícola encontra-se identificada na categoria de atividades modernizadas sem, necessariamente apresentar-se na forma de um complexo (Kageyama et al., 1987).

O que pode ser compreendido como resultado da implantação do Projeto Rio Formoso é o fortalecimento político do grupo beneficiado com a agricultura irrigada em um momento em que o aparato público tem peso cada vez menor (Belik, 1998). O volume dos recursos destinados ao estabelecimento da infra-estrutura básica corresponde à criação de um espaço específico para ser apropriado pelas cooperativas compreendendo estas uma modalidade de empresa agrícola.

4.1.4 O Papel das "Cooperativas" no Empreendimento Agrícola

Historicamente, a cooperativa surge como uma organização de fins sociais e econômicos com o objetivo de minimizar os custos de produção e trazer benefícios para seus associados. Pinho (1982), cita o movimento de cooperação dos tecelões de Rochedale (um distrito da cidade de Manchester, na Inglaterra) os quais resolvem, em 1843, através do auxílio-mútuo criar uma alternativa para resolver os problemas inerentes

ao baixo nível de renda, aos elevados custos de alimentação e à vulnerabilidade do emprego.

Um século depois a associação criada em Rochdale já havia agregado novas adesões em seu quadro social, incrementando seu capital, assim como seu volume de vendas. Ao fim da Segunda Guerra Mundial já contava com cerca de 44 mil associados (Pinho, 1966).

A experiência de Rochdale trouxe subsídios para a formação de um conceito ou de uma concepção de cooperativismo. Ele seria inerente a um processo no qual a iniciativa privada estaria submetida ao controle e à superemacia de uma Entidade (podendo ser tanto o Estado, como grupos confessionais ou grupos empresariais) com o objetivo de proteger os mais pobres ou os que estivessem em desvantagem. (Pinho, 1966)

Nesse sentido, os princípios e valores cooperativistas corresponderiam à (Irion, 1997):

- liberdade pela adesão livre e voluntária e pela independência e autonomia das cooperativas;
- equidade com a participação econômica dos sócios e com o controle democrático pelos sócios;
- solidariedade através da cooperação entre cooperativas e pela preocupação com a comunidade e;
- fraternidade através de treinamento e formação.

No Brasil, as primeiras cooperativas surgem no início do século XX no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Região Sul para atender a interesses da classe proletária urbana e de agricultores europeus (Benato, 1995). A análise das Cooperativas criadas com a implementação do Projeto Rio Formoso demonstra que estas em sua prática se distanciam do conceito clássico de cooperativismo.

Conforme está registrado no levantamento realizado por (Barbosa, 1996) as cooperativas que se estabelecem imediatamente após a execução das obras de implantação constituíram:

- Cooperativa Agro-Industrial Rio Formoso Ltda. (Cooperformoso), formada por associados provenientes do Rio Grande do Sul e do Estado de Goiás;
- Cooperativa Mista Rural Vale do Javaés Ltda (Cooperjava) resultante do desligamento dos associados goianos da Cooperformoso;
- Cooperativa Mista Rural Lagoa Grande (Coopergran) representada pela Empresa agropecuária Campina Verde Ltda.

Cada cooperativa (Cooperformoso, Cooperjava e Coopergran) corresponde, respectivamente, a cada etapa da implantação do projeto Rio Formoso. Neste sentido projeto não corresponde totalmente ao modelo cooperativista na medida em que, durante o estabelecimento do empreendimento (após, 1981), as cooperativas do projeto passaram a delimitar as áreas dos cooperados segundo as suas respectivas cotas, tornando-se apenas captadoras de recursos nas instituições financeiras e assumindo a responsabilidade jurídica e caracterizando-se como um empreendimento empresarial de agricultura irrigada baseado-se na introdução de técnicas inovadoras utilizadas para a colheita no início da década de 1980 baseado-se em um sistema de cultivo mais avançado, com a utilização de sementes pré-germinadas, evitando-se a retirada manual de mudas (Barbosa, 1996). (Barbosa, 1996)¹⁷.

¹⁷ Barbosa (1996), cita outros fatores responsáveis pela desvinculação do Projeto Rio Formoso da categoria de cooperativa: a exclusão dos proprietários desapropriados e vizinhos do Projeto Rio Formoso (exceto os que detinham poder econômico, parentesco ou forte influência no Governo de Goiás e a participação nas cooperativas de empresas não sediadas no local).

Assim, deve-se considerar que o Projeto Rio Formoso constitui um empreendimento cuja estruturação está baseada no paradigma de economia de fronteira, pois conforme os parâmetros estabelecidos por Colby (1990):

- o imperativo dominante é o progresso como resultado de um crescimento econômico interminável e de prosperidade na medida em que o projeto é freqüentemente identificado como a maior lavoura irrigada contínua do mundo (Gazeta Mercantil, 1999 e Pereira, 2002);
- o empreendimento em sua concepção inicial não contabiliza os custos ambientais decorrentes de sua implantação, pois o meio físico é considerado de acordo com a sua propriedade de viabilizar a implantação da lavoura irrigada;
- a propriedade é privada (pertence às cooperativas), embora os custos sejam de implementação sejam divididos com o público;
- o gerenciamento é realizado no âmbito das cooperativas, cujos representantes detém poder político por se apropriarem uma extensão considerável de terras;
- por fim, as técnicas de manejo estão voltadas basicamente para a agricultura em grande escala com elevado consumo de energia (biocidas, água e produção mecanizada, entre outros).

A produção agrícola irrigada em larga escala resulta na utilização intensiva dos recursos naturais, imprimindo uma nova dinâmica no local o qual encontrava-se anteriormente ocupado pela pecuária e pela agricultura de subsistência. Esse padrão de produção traz como

consequência a desapropriação dos posseiros instalados em Formoso do Araguaia, gerando um conjunto de conflitos em torno da terra.

4.1.5 Os Conflitos: a Resistência e a Retirada dos Posseiros

As questões relativas à posse da terra em Formoso do Araguaia podem ser compreendidas no contexto do conjunto de conflitos agrários iniciados a partir da década de 1970 na ocupação da fronteira amazônica durante a modernização da agricultura brasileira.

A implantação da empresa agrícola com o estabelecimento do Projeto Rio Formoso também representa a apropriação capitalizada da terra, pois efetua-se em um momento de crise quando o papel principal da terra torna-se o de reserva de valor (Machado, 1995). Na área do projeto, dos 64 mil hectares desapropriados, apenas 17 mil estavam sendo utilizados na produção de arroz irrigado e a estruturação do projeto em um sistema de cooperativas é viabilizada em função da inexistência de um contingente significativo de mão-de-obra local. Desde a decadência da atividade garimpeira na década de 1940, as atividades econômicas predominantes em Formosos do Araguaia constituíam a pecuária extensiva e o cultivo de arroz para a subsistência (Barbosa, 1996).

Em 1978, o BNDES elaborou um parecer técnico em resposta a uma solicitação de empréstimo realizada pelo Governo Estadual de Goiás (Barbosa, 1996). Nesse documento é considerada a necessidade de aproveitamento de uma parte do projeto para a colonização agrícola de acordo com o modelo dos projetos irrigados da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), o qual propiciaria um aumento na oferta de empregos e a elevação dos rendimentos da

lavoura. No entanto, a orientação do banco não é considerada. O padrão de produção implementado em Formoso do Araguaia permanece baseado na mecanização total, desde a escolha das sementes até a colheita (Barbosa, 1996).

Tendo em vista que o projeto em sua concepção não visa absorver um contingente significativo de mão-de-obra. O estabelecimento das cooperativas passa a ser a condição inicial para viabilizar a sistematização de terras em lotes de grandes dimensões. Este processo demanda a retirada dos posseiros pré-existentes, pois, embora estes ocupem as terras do projeto, não constam como seus proprietários legais.

Também se deve considerar que desde o início da década de 1970, a região do então norte goiano já vinha registrando um conjunto de conflitos inerentes à posse da terra, especificamente no seu extremo norte nas proximidades da confluência dos rios Araguaia e Tocantins (atualmente, a região é identificada como o Bico do Papagaio do Tocantins). O grande "espigão" (Lená, 1988) é testemunha de casos de grilagens, expulsões violentas, e assassinatos.¹⁸

No contexto de conflitos, os posseiros encontram como principal aliado a Igreja Católica, representada Comissão Pastoral da Terra (CPT). A entidade, criada em 1975 e liderada por religiosos passa a assessorar os posseiros os quais, em quase todas as localidades do grande espigão, haviam instalando uma seção local do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, recebendo apoio de advogados da CPT (Lená, 1988).

No caso específico do Projeto do Rio Formoso, os posseiros passam a ocupar as áreas secas pertencentes à Cooperjava e à Coopergran. Essas

¹⁸ Os casos registrados por Lená (1988) estão relacionados principalmente à chegada de pecuaristas e especuladores do Sul, atraídos pela abertura da Transamazônica em 1970 e pelo asfaltamento da Belém-Brasília em 1974, fatores que resultaram em uma rápida valorização da terra: entre 1970 e 1973 ocorrem grilagem e expulsões violentas em Araguatins; em Itaguatins, ocorrem a partir de 1972, recrudescendo entre 1975 e 1980; em Axixá os problemas iniciam-se em 1974.

áreas são inviáveis para o cultivo de arroz irrigado, não sendo utilizadas pelo uso para o qual elas haviam sido destinadas, a pecuária de corte. No entanto, a presença de posses nas imediações do projeto passa a representar uma ameaça à propriedade legal dos cooperados os quais recorrem à coerção através da instalação de guaritas com pistoleiros armados nas estradas de acesso ao Projeto. Por fim, aproximadamente 12 famílias se instalam na Fazenda Lagoão (pertencente à área seca da COOPERGRAN) no período de 1983 a 1986, quando o governo estadual é representado pelo Sr. Íris Rezende (Barbosa, 1996).

A resistência em permanecer na terra seca contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Araguaia-Tocantins a qual proporciona orientação jurídica aos posseiros. Os religiosos também agem no sentido de intermediar juntamente com o Governo Federal a desapropriação de parte da Fazenda Lagoão para a implantação de um projeto de assentamento (Barbosa, 1996).

Nesse sentido, pode-se considerar que a implantação do Projeto Rio Formoso representa a apropriação de um espaço voltado para a agricultura moderna e para a especulação fundiária, atendendo aos interesses de empresários externos e constituindo a base para a implantação de um vetor tecno-industrial na Ilha do Bananal.

4.2 O VTI na Década de 1990

Durante os últimos anos do século XX o Brasil muda radicalmente as diretrizes de desenvolvimento. O esgotamento do modelo de modernização nacional e a crise vigente induzem à incorporação de novos padrões os quais já vinham sendo implementados em escala internacional e que, posteriormente, tiveram repercussão nas políticas domésticas.

No plano econômico e institucional, o marco inicial de mudança constitui a adesão do Brasil ao Consenso de Washington, realizado em 1989 o qual passa a constituir o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos (Negrão, 1998).

Dentre as principais resoluções do Consenso constam: a disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o *déficit* público; a focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; a reforma tributária para ampliar a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; a liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; a taxa de câmbio competitiva; a liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; a eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; a privatização, com a venda de empresas estatais; a desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; a questão da propriedade intelectual.

As resoluções do Consenso tornam-se as condições estabelecidas pelas agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias às novas regras. Para garantir e "auxiliar" no processo das chamadas reformas estruturais, o FMI e as demais agências de financiamento do governo norte-americano ou multilaterais incrementaram a monitoração – novo nome da velha ingerência nos assuntos internos – das alterações "modernizadoras" (Negrão, 1998).

Nesse sentido pode-se considerar esse processo como o estabelecimento de um conjunto de reformas neoliberais que, apesar de

contarem com práticas distintas nos diferentes países latino-americanos, estão centradas doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira; e na redução do tamanho e papel do Estado Nacional como agente econômico.

Simultaneamente, o país passa a incorporar as diretrizes de uma nova política regional cuja reemergência, em especial na Europa, está baseada na inserção competitiva e de desenvolvimento sustentável. O novo paradigma tecno-econômico é caracterizado pela relativa perda de relevância das vantagens comparativas estáticas as quais são vinculadas aos atributos naturais das localidades (Feres, 2001).

Neste sentido, são valorizadas as vantagens comparativas dinâmicas, ou seja, aquelas passíveis de serem criadas mediante investimentos em infra-estrutura, recursos humanos, informação e conhecimento e meio ambiente, tornando possível a elaboração de estratégias de atração de investimentos nos setores da economia, inserindo competitivamente áreas consideradas estagnadas e com pouca possibilidade de dinamização produtiva (Feres, 2001).

O período compreendido entre o fim da década de 1980 e o início da década de 1990 também é caracterizado por uma fase na qual ocorre um verdadeiro desmonte das instituições e dos instrumentos que haviam norteado a política agrícola e agroindustrial brasileira. O volume do crédito voltado para o setor agropecuário atinge o seu nível mais baixo em um momento de abertura comercial acelerada resultando na perda de poder do Governo Federal de regular e de planejar a agricultura (Belik, 1998).

Conforme lembra Delgado (2000), as transformações implementadas no setor agrícola no Brasil tem como marco inicial as negociações multilaterais conhecidas como Rodada Uruguai (1986-1993) do Acordo Geral de Tarifas e de Comércio, atualmente, a Organização

Mundial do Comércio (OMC)¹⁹. Este processo resulta na redução significativa dos controles quantitativos de importação e das tarifas externas, mas traz implícitos novos parâmetros para limitar a acessibilidade dos produtos agrícolas brasileiros no mercado externo.

Como consequência, as importações de produtos agrícolas brasileiros crescem entre 1990 a 1996 à taxa de 17%, enquanto as exportações crescem apenas 8%, reduzindo simultaneamente o saldo positivo das divisas do comércio agrícola em um período no qual é negativa a participação da balança comercial na conta corrente do balanço de pagamentos (Delgado, 2000).

Neste contexto, enquanto a agricultura nacional de uma forma geral se ajusta a uma política de tendência liberalizante mas baseada em critérios técnicos e científicos, a ocupação agrícola da fronteira amazônica caracteriza-se pela formação de uma faixa agroindustrial e agropecuária (Becker e Egler, 2000).

Essa faixa se estende ao longo das rodovias que circundam a região correspondendo de forma significativa ao arco do povoamento o qual é constituído pelo adensamento das estradas no leste do Pará, no Maranhão, no Tocantins, no Mato Grosso e em Rondônia. As principais atividades correspondem às pastagens plantadas, à extração da madeira e às lavouras combinando-se em pesos diversos (Becker e Egler, 2000).

¹⁹ A Rodada Uruguaí de Negociações Multilaterais na Área do Comércio (terminada em 1994) dá continuidade ao processo de redução de barreiras ao comércio que foi conseguido em sete rodadas iniciais de negociações. Algumas das mais significativas realizações da Rodada Uruguaí são a adoção de novas normas a respeito da política de comércio de produtos agrícolas, o estabelecimento de instrumentos de controle do uso de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), e um acordo sobre um novo processo para a resolução de disputas comerciais. Além disso, a Rodada Uruguaí cria a Organização Mundial do Comércio (OMC) em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) como uma estrutura institucional para a fiscalização das negociações comerciais e para a adjudicação de disputas comerciais. As questões envolvendo o comércio de produtos agrícolas que surgem após a Rodada Uruguaí, incluindo o uso de produtos geneticamente modificados no comércio agrícola, a participação do Estado no comércio, e um grande número de novos membros em potencial, ilustram a grande variedade de questões com as quais qualquer nova rodada pode ter que lidar.

Deve-se considerar que o Estado do Tocantins, fundado em 1988 e na condição de ser a mais nova Unidade da Federação, dispõe nos anos 90 de uma realidade social, econômica e geográfica caracterizada por atividades espacialmente difusas, de baixo valor agregado e de uma pecuária periférica no contexto nacional, atendendo às atividades mercantis realizadas entre a cidade de Belém e a região Centro-Sul. No entanto, verifica-se a existência de uma estrutura produtiva em vias de modernização por força de incorporação de técnicas inovadoras no setor agropecuário (Pereira, 2002).

O poder estadual, com subsídios do governo federal, passa a investigar as estratégias a serem utilizadas para promover o desenvolvimento do novo Estado, considerando-se sua posição entre as unidades da federação com menores taxas dos indicadores sócio-econômicos. (Barbosa, 1999).

De fato, em um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) ao longo da década de 1990, o Estado do Tocantins (Lavinias, Garcia e Amaral, 1997):

- constitui, em 1994, a Unidade da Federação com terceiro menor Produto Interno Bruto (PIB) estando acima apenas dos estados de Roraima e Amapá;
- neste caso, considerando-se os mesmos valores de 1994, é o estado de menor PIB *per capita*;
- possuía, em 1990, o 6º menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estando no 22º lugar do ranking nacional à frente apenas dos estados do Maranhão, do Ceará, do Piauí, do Pernambuco, do Alagoas e da Paraíba.

As vantagens comparativas identificadas pelo IPEA para a promoção do desenvolvimento do Tocantins constituem: a baixa densidade

demográfica, o potencial energético, físico e biótico, e a localização estratégica no centro do Brasil. (Freitas e Ohana, 1996).

De acordo com Adorno (2000), o Tocantins passa a se configurar como uma área piloto do Projeto do Mercoeste - a iniciativa de promover o desenvolvimento conjunto do Distrito Federal, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Rondônia e do Acre. O Mercoeste parte da iniciativa do Serviço Nacional de Indústria (SENAI).

Fortemente influenciado pelas diretrizes estabelecidas no Mercoeste, as políticas de planejamento do Estado do Tocantins passam a atender a uma estratégia de territorialização baseada na competitividade e na sistemática de integração, adequando-se aos interesses políticos e corporativos, firmando da escala das localidades a sua projeção regional e respectivo encaqueamento geopolítico e geoeconômico.

Assim, apesar das dificuldades e das limitações existentes, o Estado do Tocantins vem apresentando um ritmo notável de crescimento associado às ações exercidas pelo governo do Estado e pelo governo federal apresentando um acelerado desenvolvimento no que diz respeito à implantação de infra-estrutura. A economia tocantinense é composta basicamente por micro e pequenas empresas em fase inicial de desenvolvimento com utilização intensiva de materiais-primas e de mão-de-obra de baixo custo com pouca qualificação (SENAI, 2002).

As principais limitações para o desenvolvimento do Tocantins em um ambiente competitivo estão relacionadas à qualificação, ao acesso ao crédito e à reduzida concentração das atividades econômicas (SENAI, 2002).

Neste contexto, o governo tocantinense (independente do grupo político dominante no momento) opta por uma estratégia de ação baseada na execução de um plano econômico cujo objetivo básico é investir nas

áreas de energia, transporte e agroindustrialização. Desde os primeiros anos de sua existência o poder estadual incorporou as diretrizes básicas do novo paradigma tecno-econômico, visando a nova modalidade de inserção do Brasil no mercado internacional, conforme enfatiza Pereira (2002):

"A expressão do desenvolvimento, neste caso, tem na idéia de um mercado livre e concorrencial, a expressão de parâmetro para sua orientação. Além do que, fica vinculada à valorização do mercado externo e este como vetor de dinamização da economia do estado na medida da implantação de uma infra-estrutura (energia e transporte) capaz de suprir os setores produtivos. Cabendo ressaltar que o objetivo, nas palavras do Governador Siqueira Campos (1998), 'é fazer do Tocantins um grande produtor, no que concerne à produção agrícola e, nessa condição, um importante exportador'.

Esta forma de pensar o desenvolvimento local está também intimamente associada à concepção do estado funcionando como um 'corredor de exportação'. Segundo ela, pelas vantagens comparativas frente a outros estados, o Tocantins serviria como uma alternativa que encurtaria as distâncias entre regiões brasileiras (Centro-Oeste, nordeste, Norte/Nordeste e estas com o Centro-Sul) e entre algumas áreas produtivas destas regiões com o exterior (via porto de Itaqui, no Maranhão). Tal concepção conferiria ao Tocantins uma roupagem estratégica de atração de divisas econômicas justamente pela captação de fluxos comerciais com as regiões e microrregiões entre si, além de servir como eixo para a exportação.

Daí se entender o porque, desde o início e até hoje, as gestões do governo estadual terem destinado atenção especial para o setor de transporte e energia. O intuito tem sido implantar uma malha viária,

fortemente calcada em rodovias, cujo objetivo é garantir o escoamento da produção, tido como um imperativo político-econômico para o atual governo. Tanto que, nesses cerca de dez anos, aproximadamente 3.000 km de estradas foram asfaltadas montando uma malha estadual capaz de servir como meio de ligação de áreas carentes de infra-estrutura e serviços urbanos com a capital do estado e, principalmente, como viabilizadora dos intercâmbios comerciais, considerando como o mínimo para o incremento e novas relações comerciais externas.”. F.A.P.Povoas: Celeiro ou Santuário, o Saudável Dilema do Progresso, pp. 152-153)

Como uma das áreas de menor densidade ocupacional do estado, a Ilha do Bananal e o seu entorno passam a se constituir uma de suas fronteiras para o desenvolvimento, possibilitando o estabelecimento de um vetor tecno-industrial caracterizado principalmente pelas tentativas de adaptação da economia de fronteira local (baseada principalmente no setor agropecuário) às novas diretrizes do paradigma tecno-econômico.

No caso específico da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins, o VTI expressa-se preferencialmente pela pecuarização praticada tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades, pela continuidade da agricultura empresarial irrigada e pela continuidade da agricultura de subsistência.

4.2.1 O Projeto Javaés: Tentativa de Expansão da Agricultura Irrigada

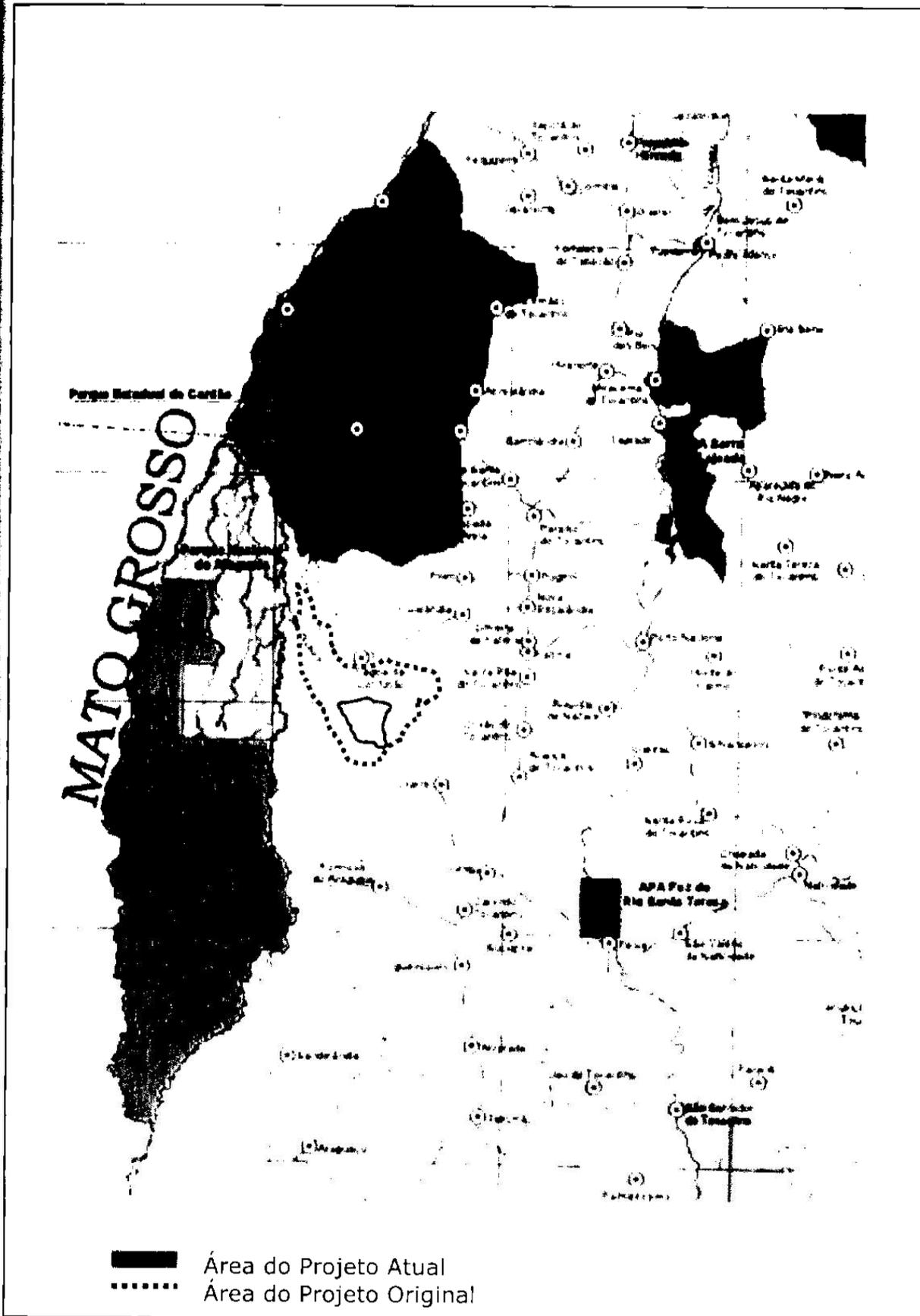
O Projeto Javaés (Figura 4.2), constitui uma tentativa de incrementar a agricultura por irrigação na bacia do Rio Javaés. O histórico do projeto remonta à década de 1980, quando o Governo Estadual de

Goiás previa a expansão da atividade agrícola nos moldes do Projeto Rio Formoso (Barbosa, 1996).

Após o estabelecimento do projeto foram construídos 05 grandes empreendimentos na bacia do Rio Javaés (Secretaria de Irrigação e Drenagem – Governo de Goiás *apud* Barbosa, 1996):

- Fazenda Cristalândia (Município de Cristalândia);
- Fazenda São Pedro (Município de Formoso do Araguaia);
- Fazenda Mata Verde (Município de Dueré);
- Fazenda Nova Querência (Município de Dueré);
- Fazenda Pantanal de Cima (Município de Formoso do Araguaia).

**FIGURA 4.2
PROJETO JAVAÉS**



Fonte: SEPLAN, 2002

A retomada desse projeto de irrigação entre os anos de 1990 e 1991 ocorre no âmbito dos trabalhos do PRODIAT os quais vinham sendo executados pelo Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária (MARA). Neste período, o órgão federal elabora o *Plano Estadual de Agricultura Irrigada do Estado do Tocantins*, contando com a participação dos órgãos estaduais recém-criados destacando-se entre esses a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, e a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Tocantins (Pereira, 1996).

Em 1995, é realizado o *Estudo de Pré-Viabilidade para o Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Javaés*. A análise conta com o apoio da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e tem como objetivo trazer subsídios para possibilitar o aproveitamento do potencial de 240 mil hectares de várzeas da margem direita do Rio Javaés (Pereira, 1996).

Inicialmente, é prevista a construção de barragens para garantir uma produção de entressafra de 120 mil hectares com as culturas de soja, feijão, milho, girassol ou sorgo (SENIR, *apud* Pereira, 1996). Para a implantação a curto prazo da infra-estrutura necessária conta-se com o apoio do Governo Federal na execução das obras coletivas e no orçamento da União aprovado para 1996, estavam destinados, aproximadamente, oito milhões de reais para o projeto. A verba é concedida após uma mobilização que reuniu um conjunto significativo de deputados e senadores tocantinenses..

A construção das barragens concentra-se no Município de Lagoa da Confusão o qual havia sido criado em 1993 com a iniciativa de lideranças locais ²⁰(SEBRAE, 2001). O povoado (anteriormente pertencente ao Município de Cristalândia) já existia desde a década de 1950 em função da

²⁰ Os principais líderes citados constituem os senhores, Bartolomeu Bandeiras Barros, Nilo Sardinha, Zé Porfírio, Ary Vargas e Elói Bernadon. Este último foi em 1999 objeto de uma reportagem na Revista Gazeta Mercantil – Balanço Anual Tocantins na qual era identificado como um dos principais produtores de arroz na localidade.

presença de jazidas de calcário e já vinha abrigando uma das principais lavouras de arroz do Estado do Tocantins além de contar com atrativos turísticos em função da lagoa que é um dos principais balneários do Estado (SEPLAN, 2002).

Embora a bacia do Rio Javaés não seja utilizada para a agricultura irrigada, deve-se compreender o significado da elaboração do projeto no estabelecimento do vetor tecno-industrial no entorno da Ilha do Bananal. De acordo com levantamento realizado pelo Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa - Unidade do Tocantins (SEBRAE/TO), em fins da década de 1990, quase a totalidade dos municípios do entorno contam com indústrias voltadas principalmente para o beneficiamento de arroz embora estas sejam de pequeno porte.

4.2.2 Os Sistemas de Produção Agrícola

Na década de 1990, a formação do VTI inerente à dinâmica territorial na Ilha do Bananal e no seu entorno também se caracteriza pela organização de sistemas de produção agrícola. De acordo com o levantamento realizado por Pereira (1996) no Município de Formoso do Araguaia, encontram-se identificados os seguintes tipos de produção: a agricultura empresarial, a agricultura familiar e a pecuária extensiva.

a) A Agricultura Empresarial

A agricultura empresarial caracteriza-se pela centralização do processo produtivo através da especialização e da padronização das práticas agrícolas com a manutenção do trabalho assalariado como

relação de produção. No caso específico de Formoso do Araguaia este sistema divide-se em dois subtipos (Pereira, 1996):

- agricultura empresarial de várzea irrigada na área das cooperativas do Projeto Rio Formoso com elevado índice de custo de produção e tecnologia, deparando-se atualmente com pontos críticos para a manutenção, reprodução e ampliação em função da idade avançada do maquinário utilizado;
- agricultura empresarial de várzea úmida de inundação natural onde o cultivo não é realizado durante o período de estiagem, sendo praticado por agricultores situados em áreas descontínuas localizadas entre os rios Javaés e Formoso, exigindo um menor grau de investimento e tecnologia.

Os agricultores empresariais apresentam um poder aquisitivo mais elevado e movimentam um considerável volume de capital, tendo maior acesso aos benefícios das políticas públicas do Estado Nacional através das articulações estabelecidas com os representantes parlamentares da "Bancada Ruralista" (Pereira, 1996).

As principais condições desfavoráveis para a modernização tecnológica em escala mais ampla estão relacionadas às falhas e deficiências que ocorrem em termos de disponibilidade de capital, de conhecimentos tecnológicos, de qualificação de recursos humanos e de organização em geral do sistema econômico. Além destas deficiências, encontram-se dificuldades associadas (Paiva, 1979):

- à adequação das áreas do ponto de vista agrônômico (o que poderia ser superado através de investimentos e pesquisa);
- à redução da vantagem econômica da técnica moderna em relação à tradicional à medida que a técnica moderna se difunde por maior número de agricultores;

- ao setor de mercado e preços cuja tendência é ser desfavorável ao setor agrícola.

Parte dos representantes da agricultura empresarial se organizam em forma de cooperativas agrícolas. A outra parte cria associações específicas de acordo com cada atividade produtiva. A diversificação das atividades agrícolas indica a chegada recente de novos agentes.

A diferenciação básica encontra-se no maior nível de capitalização por parte dos agricultores empresariais de várzea irrigada com relação aos agricultores de várzea úmida (Pereira, 1996). De fato, os primeiros (organizados em cooperativas) vêm historicamente recebendo subsídios governamentais em decorrência da implantação do Projeto Rio Formoso.

A agricultura empresarial em Formoso do Araguaia se expande em 1995 com a instalação da Companhia Brasileira de Agropecuária (COBRAPE). O empreendimento é de propriedade do grupo empresarial português Espírito Santo e, além da produção de arroz, passa a investir na criação de gado de corte. Parte dos recursos previstos para a implantação do projeto e de suas respectivas melhorias iniciaram-se em 1996, prevendo uma alocação de recursos no montante de 16 milhões de reais, dos quais 11 milhões constituíram apoio financeiro da SUDAM, (Gazeta Mercantil, 1999).

Durante a década de 1990, as cooperativas do projeto implementam estratégias de adaptação às mudanças da economia capitalista. Inicialmente a Cooperjava (Cooperjava, s.d.) passa a introduzir através da irrigação novos produtos como o girassol e a; melancia, além de estabelecer parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Um outro indicador de adaptação constitui a flexibilização das relações de trabalho através da contratação temporária de trabalhadores. Ao longo dos anos 90, as cooperativas passam a contratar trabalhadores

temporários em períodos sazonais (durante a colheita). Esta estratégia tem como objetivo reduzir o custo da manutenção da mão-de-obra externa em agrovilas nas quais está contida a infra-estrutura básica constituída por escolas e postos de saúde. Alguns empregadores passam a optar pela captação da mão-de-obra residente em Formoso do Araguaia, cujo custo de manutenção está restrito ao transporte (Pereira, 1996).

b) A Agricultura Familiar

Embora a agricultura familiar não esteja identificada como um componente do VTI em senso estrito, esta modalidade de atividade agrícola acaba por se vincular ao vetor na medida em que suas técnicas de produção baseiam-se, em escala local e em menor dimensão, nas práticas empreendidas pela agricultura empresarial e pela pecuária extensiva.

De acordo com Abramovay (1997) a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Embora esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas. A definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística em um estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

No levantamento realizado em Formoso do Araguaia, a agricultura familiar é caracterizada pela utilização da mão-de-obra dos membros da

família como a relação de trabalho predominante. Nesse tipo de atividade agropecuária, o trabalho e a gestão da produção estão intimamente articulados com a utilização do trabalho assalariado como complemento na produção.

As técnicas utilizadas para cultivo são baseadas na derrubada-queimada e pousio de longa duração, com ênfase na durabilidade dos recursos e na diversificação da produção. No entanto, durante os anos 90 existe uma tendência de redução da produtividade das lavouras, da criação de bovinos, suínos e outros animais, em decorrência principalmente do esgotamento das reservas de florestas e da mão-de-obra familiar (Pereira, 1996).

Mesmo assim, constatam-se transformações significativas nos sistemas técnicos de produção como a introdução de insumos e máquinas, embora a tecnologia utilizada não esteja adequada à realidade sócio-econômica e cultural das famílias²¹. Deve-se considerar que, além do cultivo de subsistência, a agricultura familiar praticada em Formoso do Araguaia, divide-se em dois sub-tipos:

- sistema de pecuária como poupança no qual não é comercializada toda a produção do plantel, mas é efetuada principalmente a troca de bezerros machos por fêmeas com o objetivo de aumentar o rebanho;
- sistema de pecuária, como fonte de renda no qual os produtores comercializam praticamente a totalidade da produção de gado bovino, incluindo machos e fêmeas jovens.

Os agricultores familiares estão estabelecidos principalmente em projetos de assentamento do INCRA em áreas cujos lotes compreendem

²¹ De acordo com Pereira (1990), a maior parte das famílias identificadas tem sua origem no Estado do Maranhão, enquanto as inovações tecnológicas haviam sido trazidos por agricultores sulistas durante a década de 1980.

aproximadamente 200 hectares. As principais culturas praticadas constituem o arroz, o feijão, o milho e a mandioca, sendo que após estas é efetuado o plantio da pastagem.

No conjunto de agricultores familiares de Formoso do Araguaia podem ser identificados aqueles que (Pereira, 1996):

- interagem com o mercado e com as tecnologias, tendo maior acessibilidade aos benefícios das políticas públicas do Estado (estes, já consolidados, não são encontrados no local);
- possuem uma relação parcial com o mercado e as tecnologias, sem acesso à maior parte das políticas e programas;
- encontram-se em estabelecimentos com infra-estrutura não adequada à produção, dependendo das políticas públicas governamentais para se integrarem ao mercado.

c) A Pecuária Extensiva

A expectativa de ganho com a pecuária extensiva está associada não apenas à produtividade do investimento em gado bovino, mas também da valorização do patrimônio fundiário. A componente especulativa de tal atividade pode reduzir fortemente o custo da manutenção por exigir pouco trabalho de supervisão e de controle do processo produtivo (fator extremamente limitante para os agentes que especulam com grandes áreas e/ou se dedicam a outras atividades), além de reduzir o potencial de conflitos trabalhistas, por empregar pouca mão-de-obra, por reduzir a incidência de taxas de impostos permitindo (mesmo que ilegalmente) a caracterização do uso do imóvel como produtivo (Romeiro, 1999).

Um outro processo da expansão da pecuária na fronteira amazônica está relacionado à sua prática entre pequenos produtores familiares (pecuarização). Em decorrência das dificuldades de escoamento e comercialização da produção, o gado é utilizado como estratégia de sobrevivência (considerando-se o baixo índice de flutuação do preço do gado bovino) e por realizar um ganho patrimonial significativo quando a venda da terra torna-se a única saída para o pequeno produtor (Romeiro, 1999).

No Município de Formoso do Araguaia, a pecuária extensiva de gado bovino constitui uma atividade em expansão, praticada com intensidade principalmente nas grandes propriedades. A criação de gado bovino vem passando pela substituição de raças adaptadas ao ecossistema local (do tipo "curraleiro") para raças exóticas mais adaptadas ao mercado como Gir, Nelore, Girolândia, Simental e Tabapuã.

A pecuária extensiva subdivide-se nos seguintes subtipos (Pereira, 1996):

- pecuária de cria praticada por um reduzido número de produtores especializados na produção de bezerros em grandes propriedades, concluindo-se que, aproximadamente, 70% dos bezerros produzidos e comercializados na região são provenientes de médias e pequenas propriedades, principalmente do sistema de agricultura familiar;
- pecuária de leite nas proximidades da área urbana de pequenas e médias propriedades, abastecendo o comércio de formoso do Araguaia;
- pecuária de corte sendo praticada por produtores capitalizados em decorrência das elevadas somas de investimentos, tanto em área de pastagens, quanto em capital na aquisição do lote inicial de animais para engorda, estando

integrado a redes de comercialização de frigoríficos e de supermercados, exigindo um conhecimento amplo sobre leis e regras utilizadas pelo mercado de bovinos.

De acordo com Pereira (1996), os pecuaristas possuem uma estreita ligação com os agricultores empresariais, pois apresentam características semelhantes com relação às formas de organização, objetivos e estratégias, além de exercerem forte influência na definição das políticas públicas. No entanto, os representantes da pecuária extensiva definem estratégias específicas de organização e mobilização na defesa de seus interesses, tais como:

- adoção de técnicas de cruzamento industrial para a produção de animais cuja qualidade tenha maior aceitação no mercado;
- utilização de técnicas de controle da febre aftosa, de anabolizantes, melhoria do aparelhamento dos frigoríficos, implantação de um sistema de classificação da carne.

Os pecuaristas em Formoso do Araguaia são representados pelo Sindicato Rural (o qual também representa os agricultores empresariais). O sindicato age no sentido de organizar leilões, e a anual exposição agropecuária na qual a participação dos agricultores familiares tende a ser figurativa, ocupando posições e valores simbólicos inferiores aos demais.

4.2.3 Os Impactos Ambientais

A implantação do VTI na Ilha do Bananal e no seu entorno no Estado do Tocantins tornou-se responsável pela deflagração de impactos ambientais que acabaram por comprometer o equilíbrio ecológico local. Os estudos realizados pelos geógrafos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Iracy Coelho Martins e Alan Elias Martins, sobre as *ipucas*, demonstram as conseqüências inerentes à degradação ambiental causadas pela expansão da atividade agropecuária no local (ADITAL, 2003).

As *ipucas* constituem fragmentos florestais naturais de ocorrência única nas várzeas do rio Araguaia (Martins et al., 2002). Os impactos ambientais identificados estão relacionados principalmente ao manejo incorreto do solo para a implantação de lavouras e pastagens. Por ter um relevo praticamente plano, o que facilita a mecanização, essas áreas de várzeas são consideradas estratégicas para o desenvolvimento do Tocantins pela possibilidade de produzir até duas safras por ano.

Inicialmente, foi observado o afundamento de uma *ipuca* ocorrido no município de Lagoa da Confusão. O que antes era um fragmento de floresta virou um lago, em alguns pontos com mais de 50 metros de profundidade. A proximidade com inúmeros lagos, lagoas e outras formas de drenagem levou os pesquisadores a investigarem a relação entre esse afundamento com os recursos hídricos já existentes.

Como as áreas de *ipucas* têm solos pouco profundos com camada superficial rica em matéria orgânica sob grande influência do lençol freático próximo à superfície. Por se tratar de uma área com um pequeno desnível em relação ao seu entorno, no período das águas, as *ipucas* são as primeiras a inundar e as últimas a secar (Martins et al., 2002). Nessa

época, elas fazem a ligação entre os vários rios, córregos e lagos já que toda área fica inundada.

Sem a intervenção humana, a ipuca iria afundar em tempo geológico. Mas em virtude do uso intensivo da orizicultura irrigada, este processo pode ter sido acelerado pois, o uso intensivo de máquinas agrícolas pode ter desestruturado o solo e provocado o afundamento. Existem informações de que outra ipuca vizinha também apresenta características de afundamento

Atualmente, os agricultores enfrentam um grande problema ecológico e econômico pois - a superpopulação de ratos e patos que se alimentam dos grãos, causando prejuízos a lavouras e elevando o custo de produção pela necessidade de combate ao que já virou uma praga (ADITAL, 2003).

Como vem sendo observado, os produtores rurais das áreas agrícolas mais recentes vêm , como no Município de Lagoa da Confusão, identificando a necessidade do estudo ambiental, e os próprios fazendeiros, com o exemplo de Formoso, se conscientizaram de que não era vantagem remover as ipucas. Elas serviriam de abrigo e fonte de alimentos para animais, evitando ataques às lavouras. No entanto, em decorrência da dificuldade da regeneração natural das ipucas, pois não sobraram sementes nem pedaços da vegetação típica, torna-se quase inviável reverter os impactos ambientais.

Neste contexto, os impactos ambientais do VTI vêm afetando a sustentabilidade econômica e ecológica na Ilha do Bananal. Esse processo tem como contraponto a formação de um vetor tecno-ecológico local (VTE).

CAPÍTULO 05

PRESERVACIONISMO, TURISMO ECOLÓGICO E SEQÜESTRO DE CARBONO: O VETOR TECNO-ECOLÓGICO A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

Se a implantação dos projetos agropecuários constitui a base para a formação do vetor tecno-industrial (VTI) no entorno da Ilha do Bananal, na década de 1980 inicia-se o processo de implementação de projetos voltados para a preservação e a conservação ambiental, resultando na formação de um vetor tecno-ecológico (VTE) local.

A Ilha do Bananal passa a ser considerada um espaço viável de ser apropriado para a promoção do desenvolvimento sustentável como uma alternativa de desenvolvimento. Para se entender esse processo, deve-se compreender a própria trajetória da política ambiental brasileira e sua relação com o debate global sobre meio ambiente.

Conforme enfatiza Gonçalves (1993), a década de 1960 constitui um marco para a emergência (principalmente nos países industrializados) de um conjunto de movimentos sociais voltados para a crítica não apenas da economia capitalista, mas também do próprio modo de vida.

O movimento ecológico nascente passa a aprofundar o posicionamento de questionar as condições do cotidiano, desenvolvendo lutas em torno de questões diversificadas tais como: extinção das espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica,

corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração do poder entre outras.

O movimento ecológico no Brasil nasce durante a década de 1970. Antes da consolidação de um movimento ecológico de base popular, são criadas instituições voltadas para a gestão ambiental visando atrair investimentos externos.

Nesse período é criada a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) vinculada ao Ministério do Interior. Posteriormente, durante o processo de abertura política em fins da década de 1970, o movimento ambientalista brasileiro passa a se consolidar com o amadurecimento de movimentos sociais nacionais e com a participação de ex-exilados políticos que haviam anteriormente participado de movimentos ecológicos no exterior (Porto, 1993).

Embora o país possua na década de 1980 um referencial legal e institucional para o tratamento das questões ambientais, o problema da ausência de recursos destinados à proteção do meio ambiente e até mesmo para a promoção do desenvolvimento sustentável mantém-se como uma limitação para a execução da política ambiental nacional. No ano de 1981 é publicada a Lei nº 6938/81 referente, à Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a qual constitui a primeira legislação brasileira que traz como objetivo conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental (Bursztyn, 1994).

No ano de 1989 é criado o Instituto Nacional de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e é instituído o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). De acordo com as diretrizes institucionais estabelecidas, os recursos financeiros do fundo seriam aplicados em sete sub-áreas prioritárias: unidades de conservação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, manejo e extensão florestal, desenvolvimento institucional, controle ambiental e

aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e da fauna (Neder, 1996).

O caráter híbrido e plural da PNMA deixava-a atrelada a propostas conservacionistas, tornando-a praticamente ineficaz no controle da poluição e do zoneamento, pois abre dispositivos para regular as decisões macroeconômicas a partir da taxaçoão e do fomento técnico, científico e financeiro. A estrutura montada para a captação dos recursos é discutida no início dos anos 90, quando são tratadas questões relacionadas ao financiamento endógeno e exógeno dos programas ambientais (Neder, 1996).

Após a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1992 no Rio de Janeiro são abertos outros canais para a obtenção de recursos externos para o financiamento de projetos ambientais. Neste caso destaca-se o *Programa para Proteção das Florestas Tropicais*, um acordo estabelecido entre o Brasil e Grupo dos Sete (G7) baseado na cooperação técnica e financeira voltada para a implementação de projetos experimentais de preservação e conservação das florestas tropicais (Becker, 1997).

No âmbito dos acordos internacionais, a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, constitui um marco da incorporação do desenvolvimento sustentável como um modelo de desenvolvimento a ser implementado no Brasil.

Deve-se destacar que os documentos assinados pelo Brasil na Rio-92 já vinham sendo debatidos em fóruns anteriores os quais são ratificados nos seguintes acordos: a Declaração do Rio com 27 princípios relativos ao meio ambiente, a Convenção de Mudanças Climáticas, a Convenção de Biodiversidade e a Agenda 21 (Rist, 1997).

Paralelamente à realização da conferência oficial dos chefes de Estado, ocorria o encontro de Organizações não Governamentais. O Fórum Global (como foi denominado) elaborou seus próprios documentos específicos: a Carta da Terra, e a institucionalização de *clusters* de cooperação tecnológica, de fontes econômicas alternativas, de fontes ambientais fundamentais, de produção de alimentos e inter-setoriais.

A principal resolução do Fórum Global é a criação e o financiamento do Conselho do Planeta Terra, com sede na Costa Rica. Esse grupo seria formado por 28 cientistas mundialmente reconhecidos o quais teriam acesso a informações governamentais e não-governamentais, podendo ter um papel fundamental no estímulo do debate sobre as questões ambientais (Rist, 1997).

Não se pode deixar de considerar que os esforços realizados a nível internacional estão associados às próprias transformações em curso no contexto geopolítico mundial e que trazem implícito o componente da flexibilidade como uma forma de minimizar a redução dos recursos decorrentes da crise da economia capitalista. Mesmo assim, no início da década de 1990 o Governo Federal (representado pelo Presidente Fernando Collor de Mello) lança o *Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico* como um instrumento de ordenamento territorial baseado no conceito de desenvolvimento sustentável.

A associação entre os preceitos de uma economia neoliberal e do desenvolvimento sustentável traz conseqüências significativas sobre a política ambiental brasileira mesmo em um momento no qual os problemas de conjuntura (como a inflação e o déficit público) são tidos como prioritários nas políticas públicas, com relação aos problemas estruturais como a erradicação da pobreza absoluta e a atenuação dos desequilíbrios regionais.

Nesse contexto de reformulação de diretrizes de desenvolvimento intensifica-se o debate sobre os rumos de uma política para a Amazônia. A Amazônia brasileira é o grande tema da Rio-92, pois a grande fronteira passa a se constituir como um dos cenários prováveis tanto do novo padrão de inserção do país na economia-mundo, como da própria dinâmica do poder internacional (Becker, 1994).

Em decorrência da presença de problemas reais decorrentes da ocupação predatória, a Amazônia transforma-se em alvo de interesses internacionais conflitantes, existindo, de um lado, a consciência ecológica legítima e de outro, as pressões geopolíticas associadas à valorização da biodiversidade como fonte de ciência e tecnologia e como fonte de poder, expressando as contradições entre as próprias potências dominantes e à definição de grandes mercados supranacionais (Becker, 1994).

Nesse contexto, a implementação dos principais projetos de preservação e conservação ambiental na Ilha do Bananal e no seu entorno no Estado do Tocantins no fim do século XX vai trazer intrínseca a necessidade da garantia de financiamento como uma condição primordial para a sua viabilização. Em um momento de crise do Estado, no qual o desenvolvimento sustentável ainda não se encontra consolidado como uma alternativa de desenvolvimento, as principais propostas conservacionistas têm financiamento externo embora articulem agentes em escalas diferenciadas.

5.1 O Projeto Quelônios da Amazônia

O Projeto Quelônios²² da Amazônia (Figura 5.1), criado pelo Governo Federal, surge em decorrência da necessidade de se controlar a caça tartarugas da Amazônia (*Podocnemis expansa*) responsável pela redução significativa da população dessa espécie a qual tem sido historicamente ameaçada por fornecer ovos, carapaças, carne e pele (www.ibama.gov.br).

O objetivo específico do projeto é proteger na época de reprodução os principais quelônios de água doce da Amazônia quando essas espécies sobem os rios à procura das praias para efetuarem a desova e quando são mais facilmente capturadas assim como seus ovos são mais facilmente coletados e seus filhotes tornam-se presas mais vulneráveis aos predadores naturais e ao homem (IBAMA, 1989).

A proteção dos tabuleiros onde são realizadas as posturas dos ovos e o manejo dos filhotes recém-nascidos gera condições para o incremento do número de matrizes em desova. O pleno desenvolvimento das populações de tartarugas, constitui a base para a realização de pesquisas que visem o correto manejo e a utilização racional dessa espécie (IBAMA, 1989).

²² Os quelônios constituem uma ordem de répteis (Chelonia) formada principalmente por *tartarugas*, animais de carapaça e corpo curto. Como todos os répteis, são peclotérmicos, ou de sangue frio, isto é, sua temperatura corporal permanece mais ou menos equivalente à temperatura do meio ambiente, seja ele o ar ou a água. As tartarugas não podem aquecer-se e se manter ativas durante a época de frio; por conseguinte, não conseguem viver em regiões de clima frio durante boa parte do ano.

No período de construção da Rodovia Transamazônica na década de 1960 intensifica-se a pressão sobre os recursos da flora e da fauna. Desta forma, intensifica-se, também, a caça de quelônios, fato que desperta a atenção do Governo Federal. Alguns trabalhos são, então, iniciados a partir de 1964 nos rios Trombetas, Purus e Branco, embora não tenham surtido o efeito desejado.

Em 1967, é editada a Lei nº 5.197, dispondo sobre a Proteção à Fauna e proibindo a livre captura de animais silvestres, viabilizando legalmente o trabalho de proteção aos quelônios. No entanto, com a continuidade da caça das tartarugas é criado em 1979 o Projeto de Proteção e Manejo dos Quelônios da Amazônia, coordenado pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

No caso específico da Ilha do Bananal, o projeto é implementado a partir de 1985 pois, a intensificação das atividades econômicas nas proximidades do Parque Nacional do Araguaia havia causado o aumento das pressões humanas sobre o estoque de quelônios, principalmente através da captura de fêmeas ou de seus ovos. Assim, o IBDF inicia os trabalhos voltados para frear a depredação destes animais no local (IBAMA, 1995).

A implantação do Projeto Quelônios no Parque Nacional do Araguaia, situado na Ilha do Bananal, representa o estabelecimento no local do primeiro projeto associado à concepção de preservação ambiental.

No ano de 1989, com a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Projeto Quelônios passa a ser administrado em 1990 pelo Centro Nacional de Quelônios (CENAQUA) – órgão subordinado ao IBAMA - o qual, posteriormente, transforma-se no Centro de Manejo de Répteis e Anfíbios (RAN), sendo ambos os órgãos estão subordinados ao instituto.

Nesse sentido, a análise da implantação do Projeto Quelônios na Ilha do Bananal considera, inicialmente, as pressões ambientais contra os recursos naturais locais, resultantes da intensificação da ocupação da atividade agropecuária a partir da década de 1980 quando o debate sobre a ilha e seu potencial biótico adquire repercussão nacional e, posteriormente, internacional.

Também são abordados os mecanismos e as estratégias utilizadas para viabilizar a preservação ambiental. Ao longo da década de 1990 são empreendidos esforços justamente para efetivar a retirada da população não indígena definindo a Ilha e o seu entorno como espaços a serem apropriados para outros projetos baseados no conceito de desenvolvimento sustentável.

5.1.1 As Pressões Ambientais e a Construção da Rodovia Transaraguaia na Década de 1980

O Parque Nacional do Araguaia havia sido criado em 1959, ocupando 1/3 da Ilha do Bananal na sua porção norte. Atualmente, esta unidade de conservação abrange parte dos Municípios de Pium e Lagoa da Confusão no Estado do Tocantins (IBAMA, 1995).

Na área do parque existem mais de 30 lagos e lagoas, quase todos circundados por mata ciliar, constituindo locais caracterizados pela sua beleza cênica. A localização na faixa intermediária entre a floresta amazônica e o cerrado torna a vegetação desta unidade de conservação diversificada com a ocorrência de formações mistas (que compreendem espécies características de mais de um ecossistema) e de comunidades ecotonais (IBAMA, 1995).

A diversidade florística permite o estabelecimento de uma fauna abundante e heterogênea. No entanto, o endemismo da vegetação e as enchentes periódicas que atingem a Ilha do Bananal limitam o desenvolvimento da fauna terrestre, resultando na predominância de espécies aquáticas, atraindo as aglomerações naturais de aves que ali se congregam em períodos específicos do ano para construírem seus ninhos (IBAMA, 1995).

A criação do Parque Nacional do Araguaia baseia-se em uma concepção segundo a qual os parques nacionais (Stillwell, 1963):

- são escolhidos pela sua excepcionalidade no âmbito nacional e seu significado ecológico, biológico, arqueológico, histórico e de beleza cênica;
- devem ser mantidos intocáveis para as gerações presentes e futuras, sendo que as atividades neles inseridas devem estar subordinadas à preservação assim como as suas estruturas devem estar em harmonia com o meio ambiente;
- são controlados estritamente pelo Governo Federal para garantir o interesse nacional;
- são estabelecidos somente por um ato específico do Congresso Nacional.

Estas diretrizes têm suas raízes baseadas no estabelecimento do primeiro Parque Nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone (*Yellowstone National Park*), criado em 1872 com o objetivo de conservar o cenário, os objetos naturais e históricos, a vida selvagem e providenciar o lazer nos mesmos para deixá-los intocáveis para o uso das gerações futuras (Stillwell, 1963). Já em 1876, o engenheiro civil e botânico André Rebouças havia proposto a criação do Parque Nacional da Ilha do Bananal (Saracura, 2000).

O Parque Nacional do Araguaia havia sido implantado, portanto, sob a concepção de uma ideologia preservacionista. Nessa visão, os parques nacionais constituíam a única estratégia capaz de manter partes da natureza de grande beleza imunes aos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano e industrial (Diegues, 1998).

Embora a legislação relativa aos parques nacionais tivesse como objetivo a total preservação ambiental, o Parque Nacional do Araguaia continuava abrigando dentro de seus limites populações indígenas e pequenos agricultores, além de seus pastos naturais estarem sendo utilizados pela pecuária durante o período de seca. Pode-se considerar que em 1971, o parque perde dois terços de seu território, para a criação do Parque Indígena do Araguaia.

As contradições deste padrão de conservação vão se tornar mais presentes pois:

"É fundamental enfatizar que a transposição do 'Modelo Yellowstone' de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo em grande parte habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países, noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores, expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos estão na base do que se define como a crise da conservação". A.C. Diegues: O Mito Moderno da Natureza Intocada, p. 37.

A pesca do pirarucu continuava sendo efetuada por pescadores profissionais com a utilização dos índios como *testas-de-ferro*. Esta estratégia tinha como objetivo confundir os fiscais do Instituto Brasileiro

de Desenvolvimento Florestal (IBDF) os quais não poderiam diferenciar se a pesca era predatória ou de subsistência.

No início da década de 1980 tornam-se mais freqüentes as denúncias com relação à depredação da ilha e da utilização de seus recursos envolvendo índios, comerciantes, pecuaristas e agentes governamentais. O IBDF havia registrado como os principais problemas ambientais inerentes à gestão do parque a utilização do fogo para a implantação de pastagens e roças de milho e mandioca assim como a penetração de pescadores e caçadores clandestinos (IBDF, 1981).

Em 1982, é denunciado o envio de forma clandestina de pássaros nativos e peixes da Ilha do Bananal por avião. Os denunciantes, dois índios Karajá alegam que: "a beleza da ilha só tem servido ao branco. Nós mesmos não podemos tirar proveito dela, já que ela está acabando e dentro de pouco tempo nada de bonito vai existir" (Aconteceu, 1984).

Com a modernização da agricultura nos fins da década de 1970, intensificaram-se as pressões pela ocupação da Ilha do Bananal, afetando o território tanto do Parque Nacional quanto do Parque Indígena.

Portanto, com o plano de se construir a Rodovia Transaraguaia acirram-se os conflitos entre os que exploravam os recursos naturais locais e aqueles empenhados em preservá-los, resultando no debate nacional sobre a problemática ambiental da Ilha do Bananal. A estrada havia sido planejada no âmbito do Ministério da Agricultura, do Ministério do Interior e do Conselho de Segurança Nacional, cabendo à Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) a responsabilidade de sua execução.

O objetivo da implantação da rodovia era facilitar o escoamento da produção de cana-de-açúcar e arroz do leste do Estado do Mato Grosso e também de promover e de incentivar o turismo e a pesca profissional (Aconteceu, 1984). Considerando-se que a estrada atravessaria uma

aldeia Javaé (Inywébohoná ou Boto Velho) (Toral, 1983), o Governo Federal já havia editado o Decreto nº 84.844/80 transferindo uma área habitada pelos índios para o controle do IBDF demandando que estes fossem transferidos para outro local.

As reações à decisão governamental vêm de segmentos diferenciados da sociedade. A diretora do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do IBDF, a Sra. Maria Teresa Pádua Jorge solicita a demissão de seu cargo, tendo em vista os danos ambientais causados com a implantação da rodovia. A estrada funcionaria como uma barragem, agravando o problema das cheias e possibilitando a invasão da área por pescadores e caçadores (Aconteceu, 1982).

Em correspondência ao presidente da FUNAI, o representante da Associação Nacional Indigenista (ANAI), o Sr. Júlio Gaiger afirmava que se os direitos dos índios não fossem respeitados "tomaremos todas as providências ao nosso alcance, inclusive judiciais, para substituir em prol das comunidades autóctones, as iniciativas que a FUNAI desprezar" (Aconteceu, 1984).

O bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga propõe a promoção de uma ação popular em favor da Ilha do Bananal. A Comissão do Índio da Câmara dos Deputados (representada pelo Cacique Xavante Mário Juruna) solicita a paralisação dos trabalhos da Transaraguaia.

Em escala local, os índios Javaé resistem através da promoção de expulsões, saques e ameaças aos operários que trabalhavam nas obras da construção da rodovia. A negociação com o Governo Federal baseia-se com uma apresentação de reivindicações com as seguintes exigências:

- imediata demarcação da área da aldeia através de uma redefinição dos limites do Parque Indígena do Araguaia e Parque Nacional do Araguaia;

- retirada a curto prazo dos posseiros que ocuparam as cercanias da aldeia e especialmente da Fazenda Boa Sorte, instalada no local de um antigo aldeamento e cemitério;
- desativação da estrada que serve aos arrendatários da Ilha do Bananal e que passa no meio da aldeia assim como a retirada a médio prazo dos criadores que vivem próximos à aldeia Boto Velho;
- verificação da possibilidade de afastamento em 500 metros da estrada para que esta atingisse as roças;
- instalação de um posto da FUNAI e não do IBDF que controlasse o tráfego de veículos e a instalação de um posto indígena no local.

As exigências demonstraram que as questões territoriais envolvidas estavam relacionadas não apenas com a construção da Transaraguaia, mas também com as atividades existentes na Ilha do Bananal e praticadas por populações não indígenas como posseiros e criadores de gado. O debate criado em torno na implantação da rodovia chama a atenção sobre a importância da ilha enquanto um espaço a ser apropriado não por projetos voltados a uma economia de fronteira, mas por um modelo alternativo de desenvolvimento no contexto de crise do modelo de modernização nacional.

No ano de 1985, após o fim do regime autoritário, a FUNAI edita uma portaria (Portaria FUNAI nº 1875/E) com a finalidade de permitir ao grupo indígena Javaé o desenvolvimento de suas atividades básicas de subsistência até a decisão posterior de revisão dos limites do Parque Indígena do Araguaia e do Parque Nacional do Araguaia.

Neste mesmo período (no ano de 1985), é proposta a implantação do Projeto Quelônios na Ilha do Bananal com o objetivo de proteger no

local a tartaruga da Amazônia o qual passa a ser administrado em 1989 pelo IBAMA.

5.1.2 A Fiscalização e a Preservação Ambiental

O debate criado em torno na implantação da rodovia Transaraguaia chamou a atenção sobre a importância da Ilha do Bananal enquanto um espaço a ser apropriado não por projetos voltados a uma economia de fronteira, mas por um modelo alternativo de desenvolvimento no contexto de crise do modelo de modernização nacional.

A implantação do Projeto Quelônios da Amazônia na Ilha do Bananal tem seu início durante o período de institucionalização da questão ambiental no Brasil. Embora, como aponta Bursztyn (1994), a ação do Estado no enfrentamento das questões relativas ao meio ambiente caracteriza-se como um ato quase simbólico de um poder público que pouco prezava, na prática o meio ambiente.

Com o estabelecimento do Projeto Quelônios no Parque Nacional do Araguaia em 1985, parte da Ilha do Bananal torna-se um território voltado para a preservação. Inicialmente, os funcionários da unidade de conservação passam a realizar a fiscalização entre julho e dezembro, no período compreendido entre a desova e a eclosão dos filhotes (IBAMA, 1995).

Como os trabalhos iniciados não foram bem sucedidos é incentivada a integração entre os funcionários do parque e os técnicos específicos do projeto. São realizadas ações ao longo de quase a totalidade do curso do Rio Javaés, impedindo as operações clandestinas de captura dos quelônios, resultando no aumento do número de filhotes (IBAMA, 1995).

As atividades empreendidas para a proteção e reprodução das tartarugas permanecem compreendidas basicamente em: recrutamento e treinamento de auxiliares, fiscalização dos tabuleiros no período de desova, localização e marcação das covas, acompanhamento do período de incubação e do período de eclosão, retirada dos filhotes das covas e colocação em berçários e soltura dos filhotes.

A intensificação da fiscalização e do monitoramento resulta no contínuo aumento do número de filhotes sobreviventes. Se em 1985 eles constituem 87,8% da população de nascidos, em 1992, eles constam de 96,4%.

A preservação de uma única espécie trouxe um apelo à necessidade de implementação de outras atividades na Ilha do Bananal e no seu entorno baseadas na visão conservacionista, na qual procura-se conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente. No ano de 2000 parte das atividades do Projeto Quelônios passa a ser exercida conjuntamente com a organização não-governamental (ONG) Ecológica .

5.1.3 A Retirada da População Não-Indígena na Década de 1990

A intensificação da atividade agropecuária no início da década de 1990 provoca o acirramento da questão do gado na Ilha do Bananal. A estimativa acerca da quantidade total do rebanho bovino corresponde a 110 mil cabeças, sendo que 40 mil encontravam-se na área do Parque Nacional do Araguaia (IBAMA, 1995).

A utilização do gado nas terras do parque é entendida como a superposição de dois problemas básicos: o primeiro, referente ao rebanho pertencente aos posseiros habitantes da ilha que mantém aproximadamente 12 mil cabeças de gado durante o ano; e o segundo,

relativo ao rebanho de pecuaristas do entorno (retireiros) responsáveis pela introdução de 28 mil cabeças no parque durante os períodos de estiagem.

Em 1991, é criado um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) liderado pela administração regional da FUNAI localizada na cidade de Gurupi (TO) com o objetivo de dar subsídios à execução de uma determinação da Justiça Federal a qual havia sentenciado a FUNAI e a União a cumprirem a constituição de 1988 que previa a retirada da população não-indígena do Parque Indígena do Araguaia.

A composição do grupo é formada pelos representantes das seguintes organizações e instituições: o Ministério Público, representantes dos governos estaduais de Mato Grosso, Goiás e Tocantins, representantes das prefeituras de todos os municípios que fazem divisa com a ilha, INCRA, IBAMA, GAIA (Organização Não-Governamental sediada na cidade de Palmas), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), CPT, Federação da Agricultura do Estado do Tocantins (FAET), Prelazias de São Félix do Araguaia (no Estado do Mato Grosso) e de Cristalândia (no Estado do Tocantins), Centro de Direitos Humanos de Cristalândia, e a Procuradoria Federal (Regional de Palmas).

As dificuldades práticas enfrentadas pelo GTI no sentido de viabilizar a desocupação da ilha correspondem aos conflitos de interesses e à ausência de recursos necessários para tais fins:

"A meta do GTI, desde o início, tem sido a de promover a justa e pacífica desocupação da Ilha conseguindo indenização adequada por todas as benfeitorias feitas na Ilha por todos aqueles obrigados a saírem dela, e, também, terras com características iguais às da Ilha, para o assentamento dos lavradores desocupantes. Apesar de muitos obstáculos e inúmeras manobras sujas por parte dos políticos e ricos e poderosos pecuaristas, no

final de 1995 e início de 1996, tínhamos certeza de que iríamos conseguir nossa meta, que acabei de citar. O INCRA adquiriu a área, "Capão do Côco" e assegurou o crédito FOMENTO e Alimentação; uma estrada de acesso e para escoamento; construção de uma Agrovila com (futuramente) escola, posto de saúde, etc.; demarcação dos lotes e título legal dos mesmos; e assim por diante, tudo mediante um sério e eficiente cadastramento das famílias que têm direito ao assentamento. A FUNAI garantiu indenização das benfeitorias mesmo dos grandes pecuaristas que são obrigados a tirar seu gado da área indígena. E nós do GTI, divulgamos a feliz notícia, até no exterior, de que estávamos conseguindo, provavelmente, a única desocupação pacífica no mundo de uma área indígena!

Sendo que apenas uma parte do dinheiro das indenizações foi liberada pela FUNAI (665 mil reais, restando 900 mil reais) somente no final de 1995 e isso no tempo das chuvas (durante as quais, devido as inundações, o trânsito fica impossibilitado), por isso só foi possível indenizar 331 das 411 famílias cadastradas para o Assentamento. Agora, no tempo da seca, é urgentíssimo antes das chuvas, recomeçar as indenizações, sem as quais é impossível retirar as famílias cadastradas.

Inclusive, numa reunião no dia 20 de junho na Procuradoria da República no Estado do Tocantins em Palmas, com a Participação do Dr. Carlos Vilhena, Procurador Regional FUNAI (Nacional e Regional) e vários membros do GTI, o Dr. Wagner Sena, Chefe DPJ/FUNAI, "em nome do Presidente da FUNAI" comprometeu-se com a liberação dos 900 mil reais até o dia 30 de junho o que não ocorreu até esta data! Sem indenizações, os lavradores não saem da Ilha, e isso traz duas preocupações gravíssimas: 1) Se não saírem antes das chuvas, sairão somente o ano que vem. 2) Já temos notícias de "invasões" no Assentamento Capão do Côco por famílias não cadastradas pelo INCRA! Além do mais, os políticos da região - que não conformam com perder mais de 400 famílias de

eleitores (mudam da Ilha onde votavam no município de Formoso do Araguaia, para o Assentamento Capão do Côco, Município de Lagoa da Confusão), e os grandes pecuaristas que colocavam de graça mais de 100 mil cabeças de gado – estão espalhando a mentira de que foi concedido mais um prazo de cinco a sete anos para a retirada dos lavradores. A falta dos restantes 900 mil põe em perigo todo o processo: conflitos dos lavradores com os índios (que finalmente começaram a acreditar na desocupação); invasão dos lotes destinados aos desocupantes da Ilha (que ainda não receberam as indenizações – e quando saírem vão brigar com os "invasores" ou não terão onde ir); descrédito, por parte de todos, da FUNAI, do INCRA, do GTI; continuidade da devastação da Ilha, principalmente por parte dos grandes pecuaristas e dos turistas (queimadas, devastação da flora e fauna; desequilíbrio ecológico; caça e pesca predatórias; etc); doença, fome, morte, perda da cultura, etc. por parte dos índios...". Correspondência enviada pelo Bispo da Prelazia de Cristalândia D. Heriberto Hermes ao Presidente da Funai em 19 de julho de 1996.

As famílias desocupantes da Ilha do Bananal passam a ser denominadas de "Povo da Ilha". Posteriormente, este grupo foi transferido para um assentamento do INCRA denominado Loroti e situado no Município de Formoso do Araguaia, permanecendo relativamente excluído das transformações mais dinâmicas no local em decorrência do seu isolamento histórico (Pereira, 1996).

Em fins da década de 1990 as tribos Javaé e Carajá retornam a ser o grupo majoritário na Ilha do Bananal. No caso específico do Parque Nacional do Araguaia, ainda permanecem aproximadamente 400 cabeças de gado cujo proprietário havia ganhado duas liminares na justiça (Saracura, 2000).

Como a dinâmica local demonstra, após a implantação do Projeto Quelônios, a necessidade de proteção ambiental torna-se um argumento significativo para a desocupação da Ilha do Bananal, com a permanência das populações indígenas. Nessa concepção a convivência entre vários grupos (posseiros, retireiros e indígenas) é considerada como uma das principais causas de degradação ambiental. A preservação é utilizada como o principal motivo para o Governo Federal efetivar o controle territorial sobre o espaço da Ilha.

5.2 O Pólo Ecoturístico do Cantão

A exploração do potencial turístico da Ilha do Bananal já existia e já estava prevista durante a Criação do Parque Nacional do Araguaia, quando foi construído um hotel no local, por iniciativa do Governo JK. Durante o período de construção da rodovia Transaraguaia, o Governo Federal propõe a reativação da hospedagem com a utilização da mão-de-obra indígena (Aconteceu, 1982).

Na segunda metade da década de 1990 o Governo do Estado do Tocantins propõe a implantação de um pólo ecoturístico localizado no extremo norte da Ilha do Bananal. O empreendimento, denominado Pólo Ecoturístico do Cantão passa a constituir um projeto de desenvolvimento diferenciado na dinâmica local, pois se baseia na interação entre a atividade turística e a conservação ambiental sob o controle do governo estadual.

Para se entender o significado do Pólo Ecoturístico do Cantão (Figura 5.2), deve-se compreender o papel do ecoturismo enquanto uma alternativa de desenvolvimento. Após a Segunda Guerra Mundial, a indústria do turismo (tanto o doméstico quanto o internacional) apresenta

um crescimento significativo em decorrência das mudanças econômicas, sociais, demográficas e sociais engendradas entre a década de 1940 e meados da década de 1970.

Conforme enfatiza Gomes (2000), o turismo foi paulatinamente se expandindo até transformar-se numa "indústria" que opera de modo normatizada, consistindo uma atividade econômica poderosa, com um marketing extremamente versátil através da venda de um conjunto variado de artigos. No entanto, mais do que uma indústria, o turismo é considerado um sistema interrelacionado que inclui os turistas e os serviços associados (facilidades, atrações, transportes e hospedagem) fornecidos e utilizados para auxiliar a movimentação do turista (Fernell, 1998).

Em um quadro geral, as principais transformações nesse período estão relacionadas (Weaver, 1998):

- ao crescimento econômico;
- ao crescimento populacional associado à urbanização, à redução do número de componentes de uma família, ao aumento da expectativa de vida;
- à redução do tempo de trabalho conciliada ao incentivo ao lazer;
- à relativa estabilidade geopolítica.

Essas condições (referentes principalmente aos países industrializados) propiciam o desenvolvimento do "turismo de massa", mobilizando considerável contingente populacional e fazendo com que o turismo seja um dos setores de maior expansão na economia global. As limitações e problemas decorrentes de tal padrão de atividade turística tornam-se evidentes a partir da década de 1980 na medida em que é proposto um modelo de turismo alternativo (Tabela 5.1).

Dentre os principais problemas inerentes ao turismo de massa encontra-se a elevada taxa de variação do fluxo de turistas entre a alta e a baixa temporada, a submissão dos locais onde se situam os atrativos a "modismos", o confronto intercultural entre turistas de países ricos e as populações receptoras, a degradação cultural das populações tradicionais e os impactos ambientais. Ao contrário, o turismo alternativo passa a colocar em primeiro plano no desenvolvimento e no planejamento os recursos culturais e naturais locais, em vez de considerá-los só num momento posterior, constituindo uma estratégia de minimizar os impactos causados pelo turismo de massa (Gomes, 2000).

Como se pode observar, os dois modelos constituem situações idealizadas. O turismo alternativo traz implícita uma proposta na indústria do turismo que se aproxima do conceito de desenvolvimento sustentável. O ecoturismo como um ramo do turismo alternativo pode ser compreendido através da definição de Ceballos Lascuráin:

Tabela 5.1 Diferenciais semânticos, turismo de massa versus turismo alternativo

Características	Turismo de massa	Turismo alternativo
Mercados		
Segmento	Psicocêntrico-midcêntrico	Alocêntrico-midcêntrico
Volume e modo	Alto, pacotes turísticos	Baixo, arranjos individuais
Periodicidade	Altas e baixas estações distintas	Não há distinção entre as estações
Origens	Poucos mercados dominantes	Não existem mercados dominantes
Atrações		
Ênfase	Altamente comercializado	Moderadamente comercializado
Caráter	Genérico, esquematizado	Autêntico, área específico
Orientação	Turistas somente ou em sua maioria	Turistas e população local
Acomodações		
Tamanho	Larga escala	Pequena escala
Padrão espacial	Concentrado em áreas turísticas	Disperso
Densidade	Alta densidade	Baixa densidade
Arquitetura	Estilo internacional, obstrusiva, não simpática	Estilo vernacular, sem obstrução, complementar
Propriedade	Não local, grandes corporações	Local, pequenos negócios
Status econômico		
Relevância do turismo	Domina a economia local	Complementa uma atividade existente
Ligações	Predominantemente externas	Predominantemente internas
Relações externas	Extensivas	Mínimas
Efeito Multiplicador	Baixo	Alto
Regulação		
Controle	Não local (setor privado)	Comunidade local
Investimento	Mínimo, para facilitar o setor privado	Extensivo para minimizar os impactos locais negativos
Ideologia	Forças do mercado livre	Intervenção pública
Ênfase	Crescimento econômico, lucros, para um setor específico	Estabilidade da comunidade e bem estar, integral e holístico
Expectativa de ganhos	Curto prazo	Longo prazo

Adaptado de Weaver (1998).

"...é o turismo que consiste em viajar para áreas naturais relativamente não perturbadas ou não contaminadas com o objetivo específico de estudar, admirar e aproveitar o cenário e suas plantas selvagens e animais, assim como qualquer manifestação cultural (tanto do passado como do presente) encontradas nessas áreas. Nestes termos, o turismo orientado para a natureza implica uma abordagem científica, estética ou filosófica para o ato de viajar, embora o turista ecológico não precise ser um cientista profissional, um artista ou um filósofo. O ponto principal é que a pessoa que pratica o ecoturismo tem a oportunidade de imergir a ele/ela próprio(a) na natureza de uma forma geralmente não acessível no meio ambiente urbano". Ceballos-Lascuráin apud E.Boo *Ecoturism - The Potential and Pitfalls*, p. 02.

Além de corresponder a uma modalidade de turismo alternativo, o ecoturismo adota os princípios do turismo sustentável (Fernell, 1998), ou seja: a utilização dos recursos de forma sustentável, a redução do consumo exagerado e do desperdício, a manutenção da diversidade natural, social e cultural, a integração do turismo ao planejamento, o apoio às economias locais, o envolvimento das comunidades locais, a consulta aos investidores e ao público, o treinamento de equipes, a elaboração do *marketing* e a realização de pesquisas. Neste sentido, o ecoturismo tem como base a capacidade de suporte (*carrying capacity*) definida como o número máximo de visitantes que uma determinada área pode suportar antes que ocorram alterações no meio ambiente (Boo, 1980).

No ano de 1992 o Governo Federal havia iniciado a elaboração de um estudo denominado *Linhas Básicas para um Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Amazônica* incorporando os seguintes pressupostos (www.sudam.gov.br):

- proteção e conservação das áreas visitadas na perspectiva da sustentabilidade dos recursos naturais e das comunidades envolvidas;
- geração de benefícios às comunidades locais, como uma alternativa para eliminar práticas de sobrevivência incompatíveis com a conservação ambiental;
- promoção do intercâmbio de experiências, para uma maior compreensão e conscientização ambientais das comunidades locais e dos visitantes.

O estudo realizou-se em duas etapas:

- a primeira apresentou a análise do patrimônio turístico de cada unidade federada da Amazônia Legal, contendo um diagnóstico estratégico dos atrativos da planta de produção do setor e da infra-estrutura assim como o lineamento para uma estratégia de ordenamento territorial orientada à demanda do ecoturismo e à identificação de projetos para a implementação a curto, médio e longo prazos;
- a segunda definiu uma estratégia para o desenvolvimento integrado do ecoturismo na região tendo em vista dar subsídios para a elaboração do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR) a ser coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, através da Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal.

Após a execução do estudo foram realizados *workshops* (apresentações) dos pólos ecoturísticos em cada Estado da Região com a participação de representantes de instituições governamentais e do setor privado. Os pólos ecoturísticos definidos pelo PROECOTUR trazendo

implícito o objetivo principal de promover o turismo ecológico na Amazônia como um todo e não cada unidade da federação separadamente.

Uma área situada ao extremo norte da Ilha do Bananal foi definida como um dos pólos de ecoturismo no Estado do Tocantins (a outra constitui a área de dunas do Jalapão, no Município de Mateiros na parte sudeste do Estado próximo à divisa com o Estado da Bahia). Este ponto passou a ser reconhecido como Cantão, em função de sua localização no canto sudeste da Amazônia, no canto oeste do Tocantins e no canto norte da Ilha do Bananal (SICTUR, s.d.).

De acordo com a publicação promocional elaborada pelo governo brasileiro, a principal característica da paisagem local do pólo constitui o posicionamento do Rio Araguaia na transição entre ecossistemas de Savana (Cerrado), da Floresta Amazônica e das Áreas de Inundação. Os canais e as pequenas ilhas dotam a área plana com lagos rodeados por uma vegetação variada. Portanto as principais atrações constituem (Magalhães e Alcântara, 2001):

- lugares ideais para a pesca esportiva nos rios Araguaia, Coco e Javaés, assim como nos lagos das proximidades;
- praias com areias finas e brancas possuindo as condições adequadas para a observação de várias espécies da fauna.

Nesse sentido, o Cantão integra um conjunto de atrações turísticas situadas no entorno da Ilha do Bananal e indicadas²³ pelas autoridades

²³ As atrações turísticas identificadas e suas respectivas localizações no entorno da Ilha do Bananal correspondem a: Praia do Sol, Ilha do Coco, Lago do Case, Lagos de Caseara, Praia do Fogoió, Travessão, Paredão (Município de Caseara); Praias do Rio Javaés, Lagoas Bonita, Azul, Pedra Feia, Ilha do Padre (Município de Pium); Rio Formoso, Projeto Rio Formoso, Rios Javaé e Araguaia, Praia do Porto Piauí, Aldeia Javaé, Lagoa Morro Azul, Morro Azul, Casa de Pedra (Município de Formoso do Araguaia); Lago dos Pássaros,

estaduais como áreas prioritárias para o investimento no turismo (Freitas e Ohana, 1996). Com exceção das aldeias dos índios Javaé e do Projeto Rio Formoso, os pontos selecionados são baseados nos recursos naturais locais.

A análise da implantação do Pólo Ecoturístico do Cantão demonstra um caso específico de utilização do *marketing* institucional inerente à Região Amazônica como uma das últimas reservas de florestas existentes no mundo. Esse processo afeta a dinâmica territorial local da Ilha do Bananal, pois, o modelo proposto traz limitações inerentes às próprias características do empreendimento e às estratégias utilizadas para viabilizar a execução do projeto.

5.2.1 O Empreendimento Ecoturístico

O Pólo Ecoturístico do Cantão passa a integrar o Complexo Turístico do Araguaia no Estado do Tocantins a partir de 1997. Inicialmente, viabilização do empreendimento baseia-se na utilização de estratégias voltadas para envolver as comunidades locais e atrair o capital externo (SEPLAN, 2000).

Para tanto, o plano de implementação do pólo elaborado pelo Governo do Estado do Tocantins, através do Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN), prevê as seguintes estratégias de ação (SEPLAN, 2000):

- a captação de recursos humanos;
- a criação de roteiro ecoturístico integrando o Pólo ao Parque Nacional do Araguaia e à Terra Indígena Parque Indígena do Araguaia;
- a promoção de eventos culturais;
- o fomento à criação de Reservas Privadas de Patrimônio Natural²⁴ (RPPN's).

Com relação à captação de recursos, as principais estratégias utilizadas para a atração dos empreendedores privados constituem o estabelecimento de linhas de crédito, a realização de campanhas promocionais e a realização de convites para visitação a potenciais empreendedores.

O projeto inicial do empreendimento também prevê a constru o de módulos compostos de unidades habitacionais hoteleiras, infra-estruturas em conjunto com atra es diversificadas: lojas, restaurantes, museus naturais. As atividades ecotur sticas pretendem atrair um fluxo inicial de 4.000 pessoas ao ano. As principais atra es constituem o Rio Araguaia, o Rio Coco, um conjunto de lagos, a paisagem, a flora, a fauna, a Ilha do Bananal e o Projeto Quelônios do Estado do Tocantins.

²⁴ As Reservas Particulares do Patrim nio Natural (RPPN's), são áreas destinadas a conserva o da natureza em propriedades particulares. Foi criada em 1990, para legitimar as inten es conservacionistas de proprietários rurais. Quem cria uma RPPN tem isen o do Imposto Territorial Rural (ITR) para a área declarada, pode encaminhar projetos, com o apoio de ONG's, para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para financiar a manuten o da reserva e tem prioridade na concessão de créditos agrícolas. Outra vantagem   que, desta forma, as áreas preservadas não podem ser desapropriadas para fins sociais, uma vez que já cumpre seu papel social com a prote o ambiental.

As principais medidas tomadas para efetivar a implantação do Pólo estão relacionadas à desapropriação de terras particulares para a implementação do Parque Estadual do Cantão, e ao zoneamento da APA Bananal/Côco. Também está prevista a elaboração de programas e projetos complementares, incluindo a elaboração dos Planos Diretores dos Municípios de Caseara e Pium nos quais o Pólo está localizado.

O Governo Estadual também propõe a implementação de incentivos para os investimentos no Pólo Ecoturístico dentre os quais constituem:

- o Programa Prosperar compreendendo com 30% a 70% de incentivo fiscal;
- a utilização de recursos do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) com redução e/ou isenção do Imposto de Renda na Amazônia Legal;
- a utilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);
- utilização de recursos do PRODETUR;
- a abertura de linha de crédito no Banco da Amazônia (BASA);
- o uso de recursos do Fundo Geral de Turismo;
- a captação de recursos junto a outras fontes de financiamento como o Ministério do Meio Ambiente, da Amazônia Legal e dos Recursos Hídricos (MMA), a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e à Pequena Empresa (SEBRAE), organizações não-governamentais e empreendedores privados.

Pode-se considerar que a estrutura proposta para a implantação do Pólo Ecoturístico do Cantão identifica-se com os demais projetos ecoturísticos da Amazônia baseados na construção de chalés (*lodges*),

hotéis de lazer, hotéis, pousadas flutuantes, barcos turísticos, passeios e excursões, restaurantes, lojas e artesanato, entre outros (Figueiredo, 1999).

Este modelo de empreendimento, embora venha contribuindo significativamente para promover o desenvolvimento na região através da oferta de oportunidades de emprego e do fomento ao crescimento econômico, passa a deparar-se como uma problemática cujas principais questões estão relacionadas às transformações na dinâmica territorial local resultantes da implementação do empreendimento.

O modelo de turismo ecológico proposto para Amazônia, além de trazer implícito o "mito da natureza intocada" ainda traz implícita a concepção de "turismo exótico" ou seja:

"Um equívoco nas análises sobre o ecoturismo na Amazônia é associá-lo ao lodge, este sem dúvida é um meio de hospedagem para o turismo ecológico, mas a partir de nosso entendimento, sua não existência não limita práticas de ecoturismo, haja vista que o cerne da questão é principalmente a educação ambiental promovida pela atividade em todos os níveis. Existem muitas formas de se operacionalizar o ecoturismo, geralmente os 'especialistas' em ecoturismo esquecem esse detalhe, não dialogando com as formas de ecoturismo desenvolvidas em outras áreas, como América Central, Estados Unidos e Europa.

(...) Na verdade o consumidor do turismo ecológico trabalha com a perspectiva de encontrar algo diferente de sua vida urbana/industrial, de seus apetrechos eletrônicos, problemas, etc., isto é, quer encontrar algo diferente do que tem em seu cotidiano, sua rotina. A Amazônia oferece essa diversidade, no entanto, o turismo ecológico, gerando emprego, renda, mudança de tecnologia das populações nativas, etc., pode provocar a destruição de sua atração, do seu produto, no sentido de que elas

podem deixar de ser tão diferentes e tão exóticas e, assim, atrativas e interessantes para serem conhecidas pelos turistas. S.L. Figueiredo: Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia, pp.68; 74.

Nesse contexto, o Governo Estado do Tocantins, visando implantar um modelo de ecoturismo padrão na Amazônia, vem inicialmente viabilizando a implantação de um espaço específico para este projeto de desenvolvimento: o Parque Estadual do Cantão.

5.2.2 O Parque Estadual do Cantão

O Parque Estadual do Cantão foi criado pela Lei Estadual nº 996/98²⁵ estando situado entre os municípios tocantinenses de Caseara e Pium²⁶ abrangendo uma área de aproximadamente 90 mil hectares (SEPLAN, s.d.). As duas localidades já haviam se formado respectivamente pela exploração de cristal e pelo surgimento de uma colônia de pescadores às margens do Rio Araguaia.

A instituição do parque visa dotar o Pólo Ecoturístico do Cantão de um território específico, pois os seus objetivos essenciais constituem (SEPLAN, s.d.): conservar uma amostra representativa e ecologicamente viável da fauna, flora e das comunidades naturais da área do Cantão e

²⁵ Em 1995 havia sido criado o Complexo Turístico do Araguaia e em 1997 a Lei Estadual nº 907/97 havia implantado a Área de Proteção Ambiental da Ilha do Bananal/Cantão abrangendo com extensão de 1.589.072 hectares, abrangendo os municípios de Pium, Divinópolis, Marianópolis, Abreulândia, Dois Irmãos, Caseara e Araguacema, tendo como principal função controlar ambientalmente as atividades econômicas que pudessem afetar o Rio Araguaia.

²⁶ O Município de Pium abriga umas das mais importantes áreas produtoras de látex do Estado do Tocantins (Freitas e Ohana, 1996).

fomentar o desenvolvimento do ecoturismo na região através de um programa de uso público.

A administração do Parque Estadual do Cantão está sob responsabilidade Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) - órgão ambiental vinculado à SEPLAN. Segundo o documento promocional do Parque, até o ano 2000 já haviam sido concluídos os estudos sobre a sua diversidade biológica. Os resultados apresentados revelaram que:

"... incluindo espécies raras e endêmicas e a produção de peixes em seus lagos e igapós, é tamanha que cunhou para o Cantão o termo 'berçário do Araguaia'. Diversas novas espécies foram descobertas e estão sendo estudadas. O conhecimento produzido a partir dos estudos ecológicos é a matéria-prima do ecoturismo no Cantão". SEPLAN: Parque Estadual do Cantão, p. 7

Os estudos realizados constituem subsídios para a elaboração do plano de manejo do parque cujos principais pontos abordados constituem: o manejo das populações de peixes e um estudo do perfil do turismo atual das áreas mais próximas cujas praias atraem tradicionalmente visitantes do Estado do Tocantins e de Estados vizinhos.

A exploração comercial do Parque Estadual do Cantão iniciou-se em 2001. Até esse momento, os chalés construídos pelo governo do Estado estavam destinados à fiscalização do parque, recebendo visitas oficiais de investidores estrangeiros e políticos. Nesse ano o governador Siqueira Campos selecionou Nara Rela, dona da mais tradicional agência de viagens de Palmas, para assinar um contrato de cessão de uso por dez anos, nomeando-a posteriormente secretária estadual de Turismo (Revista Isto É, 2001).

Com a conclusão do Plano de Manejo, o Governo Estadual havia investido na implantação de infra-estrutura, através da construção de uma pista de pouso no município de Caseara com 1,5 mil metros em revestimento primário; e de um centro de recepção ao turista e de apoio para a fiscalização da área. Devido às peculiaridades de uma unidade de conservação, os investimentos são todos de pequeno porte (Gazeta Mercantil, 2003).

Neste sentido, está prevista a instalação de pousadas de, no máximo, 30 leitos cada; e a implantação de restaurantes, operadores de transporte, locação de barcos, canoas e caiaques, para a prática esportiva e outros serviços de apoio (Gazeta Mercantil, 2003).

5.3 O Projeto Seqüestro de Carbono da Ilha do Bananal

O Projeto Seqüestro de Carbono da Ilha do Bananal iniciou sua implantação no ano de 1998 (Figura 5.3). O principal objetivo do projeto constitui a formação, no local, de estoques de carbono como um mecanismo de compensação ambiental.

A preocupação em se manter uma quantidade de carbono específica, fixada na superfície terrestre tem sua origem no início dos anos 90 com a intensificação do debate internacional sobre o problema ambiental de aquecimento global (Brown, Flavin e Postel, 1991) o qual está intimamente associado à emissão de gás carbônico para a atmosfera (efeito estufa).

"Alcançar um clima mundial estável no próximo século irá requerer reduções na emissão mundial de carbono de forma imediata. Alguns 23 países estabeleceram objetivos, limitando-se as emissões padrões para níveis correntes para reduzi-las até 30%. Na Segunda Conferência Mundial sobre Clima realizada em Gênova em novembro de 1990, 137 nações concordaram em formular um tratado para ser assinado na Conferência das Nações Unidas do Rio de Janeiro com o objetivo de desacelerar o aquecimento global. Entretanto, as diferenças políticas continuam a encobrir as negociações, parecendo que, no mínimo, um grupo de países industrializados irá logo reorientar suas políticas energéticas para reduzir a dependência de combustíveis fósseis". L. Brown, C. Flavin & Postel: Saving the Planet, How to Shape an Environmentally Sustainable Global Economy, p. 36.

Nesse contexto, as negociações internacionais voltadas para a redução da emissão de gás carbônico na atmosfera tiveram como marcos (Gouveia, 2002)

- a Convenção sobre Mudanças Climáticas Globais (realizada durante a Rio-92) com o objetivo de estabilizar as concentrações dos gases de efeito estufa na atmosfera;

- o Protocolo de Kyoto, firmado em 1998, o qual adotou valores específicos de redução das emissões de gases de efeito estufa, em média 5,2% de redução em relação aos níveis de emissão em 1990.

Conforme as diretrizes estabelecidas no protocolo, no período compreendido entre os anos de 2008-2012. A meta de redução de emissões de gases de efeito estufa em um nível de 5% abaixo de suas emissões de 1990 constitui um compromisso restrito aos países industrializados citados no Anexo 1 da convenção sobre mudanças climáticas. Estes países devem adotar medidas internas que comprovem as variações líquidas nas emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa (Gouveia, 2002).

No conjunto de mecanismos propostos pelo protocolo, está incluído o "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo" (*Clean Development Mechanisms*) ou MDL cujo objetivo básico constitui promover projetos em países em desenvolvimento, criando-se condições da implantação de uma nova *commoditie* (mercadoria) baseada nas compensações em carbono, possibilitando o surgimento de um novo segmento no mercado global (Gouveia, 2002).

Essa premissa mobilizou parte da comunidade científica e de grupos tomadores de decisão para a alternativa de se utilizar as florestas tropicais como estoques de carbono, na medida em que estas possuem taxas de crescimento duas a três vezes superiores a outras florestas do mundo, podendo gerar lucros financeiros em decorrência dos serviços prestados em benefício da estabilização do clima global. Sob essa concepção, as florestas podem, potencialmente, gerar lucros financeiros em decorrência dos serviços prestados, fazendo parte de um "comércio" de emissões. (Gouveia, 2002).

Embora o Brasil não tenha o compromisso de redução de emissões de gás carbônico, pode participar do mercado de carbono na qualidade de MDL, permitindo que os países incluídos no Anexo I do Protocolo de Kyoto financiem projetos de mitigação climática (redução do efeito estufa) com o objetivo de atingirem suas metas de redução de emissões. Neste sentido, esses países receberiam um "Certificado de Redução de Emissão" ou CER (*Certified Emission Reduction*) o qual pode ser considerado uma mercadoria a ser negociada livremente no mercado e ser adquirida tanto por instituições públicas quanto por instituições privadas (Gouveia, 2002).

De acordo com essa visão, as modalidades de capital e recursos são incorporadas aos cálculos das contas nacionais, de produtividade e de políticas para desenvolvimento e planejamento do investimento. Neste sentido, o clima e os processos de sua regulação constituem recursos fundamentais, assim como os parques e as reservas passam a ser espaços necessários por conterem recursos genéticos e por possibilitarem a regulação do clima (Colby, 1990).

No âmbito da Amazônia, o seqüestro de carbono vem se constituindo como uma proposta alternativa de desenvolvimento sustentável. Práticas florestais consideradas ineficientes podem ser substituídas por outras com capacidade de minorar os impactos sobre a perda da biodiversidade e dos ciclos hidrológicos, controlando as queimadas e fomentando os sistemas agroflorestais.

No entanto, deve-se considerar que as experiências de seqüestro de carbono ainda são recentes, caracterizadas pela incerteza quanto à sua eficiência. No caso específico da Ilha do Bananal, essa proposta de desenvolvimento surge como uma experiência pioneira que vem integrando a escala local com a escala internacional.

5.3.1 O Projeto de Conservação Ambiental.

O Projeto de Seqüestro de Carbono da Ilha do Bananal e seu Entorno é financiado pela AES Barry Foundation, sediada no País de Gales (Rezende, 2000) e integrante da AES, uma holding de empresas termoelétricas com sede nos Estados Unidos (www.aes.com). O Projeto abrange, além da Ilha do Bananal, os municípios de Lagoa da Confusão, Cristalândia, Caseara, Pium e Dueré (Rezende, 2000).

As atividades inerentes ao projeto têm supervisão de uma comissão coordenadora, formada por participantes das seguintes instituições: a Ecológica Assessoria Ltda. (empresa de consultoria, sediada em Palmas), o IBAMA (Superintendência do Estado do Tocantins, da NATURATINS, da GAIA e das prefeituras municipais da área de abrangência do projeto (Rezende, 2000).

As principais estratégias utilizadas para a implementação do projeto correspondem:

- ao manejo florestal, baseado na preservação das florestas primárias do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Estadual do Cantão, além de prever o reflorestamento e a regeneração das áreas de florestas degradadas do Parque Nacional e o incentivo ao estabelecimento de sistemas agroflorestais e do incentivo ao plantio de árvores nos municípios de Caseara, Lagoa da Confusão, Cristalândia, Pium e Dueré;
- à pesquisa ambiental, desenvolvida no Centro de Pesquisa Canguçu, localizado no Município de Pium e situado nas proximidades do parque Nacional do Araguaia;
- ao investimento no componente social, baseado na educação ambiental (junto à rede escolar e às comunidades

locais), na implantação de viveiros nos municípios de Caseara e de Cristalândia e no oferecimento de alternativas econômicas em função de diagnósticos realizado junto às comunidades locais.

Pode-se considerar que o Projeto Seqüestro de Carbono da Ilha do Bananal está baseado sob uma concepção segundo a qual o modelo de um sistema econômico fechado é substituído por um modelo de uma economia aberta inserida em um ecossistema. Nessa visão, a economia é reestruturada de acordo com princípios ecológicos voltadas para reduzir as perdas provenientes da degradação do ecossistema (Colby, 1990).

O projeto também traz implícito um componente de dinamicidade tanto quanto às ações implementadas, quanto à capacidade de articular um conjunto muito diversificado de agentes. Como conseqüência são desenvolvidas atividades associadas ao Projeto de Sequëstro de Carbono,

5.3.2 Os Projetos Associados

Considerando-se a proposta implícita de integrar as diversas dimensões de sustentabilidade, o Projeto de Seqüestro de Carbono da Ilha do Bananal acaba por desenvolver projetos associadas. As atividades concentram-se especificamente no Centro de Pesquisa Canguçu, estando coordenadas no âmbito da Ecológica Assessoria Ltda. e a qual, a partir de 2000 passa a executar conjuntamente com o IBAMA, as atividades relativas ao Projeto Quelônios da Amazônia.

Nesse sentido, as principais ações constituem:

- o ecoturismo, baseado na realização de trilhas, passeios e safáris ecológicos incluindo excursões às lagoas do Parque Nacional do Araguaia (www.ecologica.com.br);

- o programa de voluntariado resultado entre uma parceria do Instituto Ecológica com o Instituto Earthwatch (com sede nos Estados Unidos) no qual voluntários de nações diversas prestam auxílio em um programa de pesquisa sobre a biologia da conservação da tartaruga da Amazônia, assim como são mantidas outras parcerias com outras instituições para o estudo do manejo florestal e para o apoio de projetos sociais (www.ecologica.com.br)

Além desses dois projetos, é também desenvolvido o *Projeto Natura: Fortalecimento Social e Desenvolvimento Científico e Ambiental*, executado pelo Instituto Ecológica em parceria com a comunidade local e com instituições regionais e nacionais, dentre elas o Ministério Público do Estado do Tocantins e a empresa brasileira Natura Cosméticos, com sede em São Paulo.

Outro projeto associado constitui uma parceria instituída entre o Ministério da Ciência e Tecnologia através do Programa LBA (Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment in the Amazon). O programa no qual o Brasil participa é resultado de uma cooperação técnico-científica internacional cujo objetivo é analisar a interferência dos produtos dos processos ecológicos e biogeoquímicos da Amazônia sobre o mecanismo de aquecimento global.

O objetivo desse projeto consiste em elevar o padrão de vida das comunidades locais, pelo estabelecimento de atividades voltadas para a geração de renda enfocando três componentes básicos: a saúde familiar através da mulher, a educação ambiental e fortalecimento de alternativas produtivas sustentáveis.

A análise da implantação do Projeto de Seqüestro de Carbono na Ilha do Bananal demonstra um processo de implementação dos novos paradigmas de desenvolvimento regional como a valorização da criação de

redes de solidariedade através da articulação de um conjunto diversificado de agentes, principalmente, agentes locais. Como representante do VTE, o projeto traz implícita a proposta de se trabalhar as diversas dimensões da sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar se os projetos de desenvolvimento implementados na Ilha do Bananal e seu entorno no Estado do Tocantins vêm contribuindo para promover o desenvolvimento sustentável no local, ou seja, quais as implicações da implantação dos projetos de desenvolvimento para a sustentabilidade (em suas diferentes dimensões) da área de estudo. O trabalho traz subsídios para se aprofundar o conhecimento tanto sobre a Ilha do Bananal, o Estado do Tocantins e as políticas de desenvolvimento, enriquecendo, através da análise em escala local questões atuais inerentes à Amazônia.

A estudo baseou-se principalmente na análise da dinâmica territorial local não apenas da Ilha do Bananal como de seu entorno abrangendo desde o início da ocupação da ilha pelo colonizador português até os dias atuais. Essa perspectiva histórica demonstrou a existência de um processo caracterizado pelo periódico surgimento de propostas de desenvolvimento de cunho modernizador associadas principalmente, com iniciativas do Estado em efetivar o seu controle sobre o território local.

As tentativas de ocupação da Ilha do Bananal através da implantação de aldeamentos indígenas controlados pelos colonizadores portugueses demonstra sua ineficácia em decorrência de um conjunto de fatores: constantes ameaças de tribos não pacificadas, ocorrência de doenças e o eventual abandono da Capitania de Goiás em decorrência da ausência de recursos.

Durante, o Império, a ilha volta a ser incluída em dois projetos de navegação do Rio Araguaia, abrigando um entreposto significativo nas relações comerciais entre as Províncias de Goiás e do Pará. Entretanto, as

dificuldades técnicas para transpor o curso do Araguaia, associadas às próprias dificuldades financeiras do Império tornam o empreendimento economicamente inviável e a ilha volta a ser um território ocupado preferencialmente pelas tribos Karajá e Javaés, recebendo algumas missões religiosas e alguns pesquisadores europeus.

O outro surto de ocupação da Ilha do Bananal associa-se à abertura de frentes pioneiras atraídas pela exploração do cristal de rocha em um momento em que este se valoriza no mercado internacional em durante a II Guerra Mundial. Porém, ao fim da guerra, com a diminuição da demanda do minério e da redução do volume de suas jazidas, a área passa a ser ocupada por remanescentes dos pioneiros, além dos grupos indígenas pré-existentes. Deve-se considerar que estes agentes tornam-se responsáveis por uma economia local própria baseada na agropecuária de subsistência e no comércio do marisco (o pirarucu salgado)

A partir da segunda metade do século XX, efetiva-se a apropriação da Ilha do Bananal pelo Estado Nacional através da criação do Parque Nacional do Araguaia, em 1959 e do Parque Indígena do Araguaia, em 1979. No entanto, a ilha continua a ser ocupada por posseiros que mantêm a agropecuária, assim como é mantida o comércio do pirarucu.

Esse processo dá continuidade à estratégia de fixação do poder estatal no local, em decorrência da necessidade de controlar a totalidade do território nacional, principalmente em um momento (após o ano de 1964) no qual o governo militar tinha como uma de suas prioridades impedir quaisquer atividades comprometessem o seu poder. Nesse sentido, o Vale do Araguaia, do qual a ilha é parte integrante, assume uma posição estratégica em virtude dos conflitos que haviam sido deflagrados na região na década de 1970, tais como a Guerrilha do Araguaia e os conflitos em torno na posse da terra.

Por outro lado, neste período, inicia-se a apropriação do entorno da ilha por grupos empresariais através da implantação da agricultura irrigada e da pecuária extensiva, causando a retirada dos antigos posseiros pré-existentes. A agropecuária passa a ser exercida também por agricultores capitalizados e pela agricultura familiar. Esse processo viabiliza a formação de um vetor tecno-industrial caracterizado como o principal responsável pela dinâmica da economia local, mas também considerado como a principal ameaça ao equilíbrio ecológico da Ilha do Bananal .

Como uma reação aos impactos causados pela intensificação da atividade agropecuária, inicia-se a partir da segunda metade da década de 1980 a implantação de projetos cujos principais objetivos constituem a preservação e a conservação do ecossistema dando origem ao VTE local. A primeira consequência deste processo é a efetiva retirada da população não indígena da Ilha do Bananal. Como consequência, a ilha passa a ser um território controlado em conjunto pelas tribos Karajá e Javaé, e pelo Estado Nacional.

A conservação ambiental é um dos objetivos do Pólo Ecoturístico do Cantão, institucionalizado em 1997, constituindo-se um dos principais empreendimentos ecoturísticos do Governo do Estado do Tocantins voltado para promover o ecoturismo internacional. Em 1998, inicia-se a implantação do Projeto de Seqüestro de Carbono da Ilha do Bananal com o objetivo de conservar estoques de carbono com a implantação de bases nos municípios do entorno, introduzindo um componente inovador na dinâmica territorial da Ilha do Bananal, baseado na articulação em escala internacional representada pelo financiamento das atividades da Ecológica pela AES Barry Foundation.

Assim, a análise da dinâmica territorial local nas últimas décadas do século XX demonstra que os projetos implantados na Ilha do Bananal são contemplados, direta ou indiretamente por políticas de desenvolvimento

mais abrangentes. O aparato político institucional insere a área de estudo em um conjunto de diretrizes estabelecidas de acordo com os interesses específicos dos agentes, tanto locais quanto externos.

No momento atual, os agentes estabelecem articulações com demais agentes externos. As modalidades das articulações formadas são diferenciadas em decorrência do tipo de vetor de desenvolvimento em questão.

Em decorrência das estratégias utilizadas pelos agentes, cada vetor de desenvolvimento possui uma distribuição espacial diferenciada, configurando-se em territórios distintos. O VTI está instalado nas propriedades rurais (tanto nas maiores quanto nas menores), estendendo-se até à área urbana, em um processo inicial de agroindustrialização. O VTE estende-se em áreas de preservação e de conservação atingindo tanto a área urbana quanto a área rural através das parcerias estabelecidas com a comunidade local.

A dinâmica territorial da Ilha do Bananal demonstra que a implantação de projetos de desenvolvimento vem sendo utilizada como uma estratégia de controle territorial tanto por parte do VTI quanto por parte do VTE. Os projetos de desenvolvimento cumprem a função de assegurar e de legitimar a fixação e a permanência dos agentes no território, permitindo que estes estabeleçam vínculos de cooperação e tenham participação significativa na resolução de conflitos. Neste sentido o controle território constitui uma condição primordial para a viabilização dos projetos de desenvolvimento

Assim, a sustentabilidade da Ilha do Bananal depende da capacidade de articulação de cada agente representante de cada vetor de desenvolvimento, assim como de sua inserção em arenas mais abrangentes. Sob esta ótica, o VTI demonstra sua força articuladora para manter a agropecuária como uma atividade econômica e adotando

práticas conservacionistas. O VTE apropria-se da condição de principal representante das propostas de desenvolvimento baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável com o objetivo de manter a diversidade biológica da Ilha do Bananal.

No entanto, ainda é uma incógnita se a dinâmica dos dois vetores é capaz de promover a sustentabilidade social e política local, considerando-se que a implantação dos projetos de desenvolvimento implica em alguma modalidade de desterritorialização representada pelos conflitos inerentes às desocupações compulsórias com a finalidade de implementar os projetos de desenvolvimento.

As incorporação da ilha ao projeto de modernização nacional demonstra que se, por um lado rompeu com o relativo isolamento físico da área, por outro lado passou a comprometer o equilíbrio ecológico local. No entanto, este processo teve uma importância significativa pois essa problemática resultou em evidenciar a Ilha do Bananal como parte integrante da Amazônia Legal, detentora de uma diversidade biológica singular e, portanto, de um patrimônio natural cuja valorização tende a se intensificar em função do reduzido número de reservas naturais existentes no planeta.

Neste sentido pode-se considerar que a tendência de implantação de projetos de desenvolvimento na Ilha do Bananal está baseada nos preceitos das políticas territoriais implementadas no fim do século XX e no início do século XXI, ou, conforme afirma Veltz (1994) "deve-se deixar de considerar a gestão do território como um processo de redistribuição e sim repensá-la como um conjunto de políticas que favorecem a criação de recursos novos".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo "Uma nova extensão para a agricultura familiar". *in Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília: PNUD, 1997.
- ACONTECEU, *Povos Indígenas no Brasil/1982*. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1983.
- ACONTECEU, *Povos Indígenas no Brasil/1983*. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1984.
- ADITAL "Estudo revela dano ambiental da agricultura no Araguaia". Fortaleza: Agência de Informação Frei Tito para a América Latina, jun, 2003.
- ADORNO, Lúcio F. *Gestão Competitiva, Estratégia Regional e o Tocantins*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ, 2000.
- AGNEW, Jonh & CORBRIDGE, Stuart *Mastering Space: Hegemony, Territory and International Political Economy*. London: Routledge, 1995.
- ALBAGLI, Sarita. *Geopolítica da Biodiversidade*. Brasília: IBAMA, 1998.
- ANDRADE, Valéria M. *Fazer/Saber Tradicional e Políticas Públicas Indigenistas*. Brasília: CDS/UnB.
- AQUINO, Napoleão A. "De Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte Goiano (atual Tocantins) - 1958-1975" *in GIRALDIN, O.(org.)A (Trans)Formação Histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 2002.

- BACELAR, Tânia "Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva" in CASTRO, I.E.; MIRANDA, m. & EGLER, C.A.G. (orgs.) *Redescobrimo o Brasil: 500 Anos Depois*, 2000, 2ª edição.
- BARBOSA, Ycarim M. *Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica: o Projeto Rio Formoso*. Goiânia/Campinas: Elege/Pairus, 1996.
- BARBOSA, Ycarim M. *As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1999.
- BECKER, Bertha K. "Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira" in AUBERTIN, C. (org.) *Fronteira Amazônia: Questões sobre a Gestão do Território*. Brasília: Editora UnB; Paris: ORSTOM, 1988.
- BECKER, Bertha K. "A Geografia Política e Gestão do Território no Limiar do Século XXI" in *Revista Brasileira de Geografia* ano 53 número 03. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.
- BECKER, Bertha K. "A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável" in BURZTYN, M. (org.) *Para repensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Editora Braziliense, 1994, 2ª edição.
- BECKER, Bertha K. "Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica" in BECKER, B.K & MIRANDA, M. (orgs.) *a Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- BECKER, Bertha K. "Brasil-Tordesilhas, ano 2000". *Revista Território*, Ano IV, número 07. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1999.

- BECKER, Bertha K. *Reflexões sobre Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional*. Brasília: Ministério de Integração Nacional, 2000.
- BECKER, Bertha K. & EGLER, Cláudio A.G. *Brasil: uma Potência Regional na Economia-Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BECKER, Bertha K. & EGLER, Cláudio A.G. *Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental na Amazônia*. Rio de Janeiro: PRODEAM/PDA, 2000.
- BELIK, Walter. "Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira" *Revista de Economia e Sociologia Rural*, volume 36, número 01. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia, jan/mar, 1998.
- BENKO, Georges *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENATO, João. *O ABC do Cooperativismo*. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo/OCESP, 1995.
- BERTRAN, Paulo. *Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central, 1988.
- BICALHO, Ana M. & HOEFLE, Scot W. "A fronteira americana revista" *Revista da Pós-Graduação em Geografia.*, número 04. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ, 2000.
- BOO, Elizabeth. *The potentials and pitfalls*. Washington DC: World Wid: Ge Fund., 1980.

- BRÜSEKE "Desestruturação e desenvolvimento" in VIOLA, E. & FERREIRA, Leila da C. (orgs.) *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- BURSZTYN, Marcel "Estado e meio ambiente no Brasil" in BURZTYN, M. (org.) *Para repensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Editora Braziliense, 1994, 2ª edição.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a Esquerda em Armas*. Goiânia, Brazil: Editora UFG.
- CARDOSO, Fernando H. & FALLETO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CASTRO Ana C. "Novas tendências do agribusiness internacional" in CASTRO, I.E.; MIRANDA, m. & EGLER, C.A.G. (orgs.) *Redescobrimo o Brasil: 500 Anos Depois*, 2000, 2ª edição.
- CASTRO, Iná E. "O problema da escala" in CASTRO, I.E. ; CORRÊA, R.L. & GOMES, P.C. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CHAIM, Marivone M. *Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749-1811)*. São Paulo: Nobel; Brasília: INL/Fundação Pró-Memória, 1983.
- COLBY, Michael E. "Environmental management in development: the evolution of paradigms" in *World Bank Discussion Papers*, 80. Washington D.C. :World Bank, 1990.
- COSTA, Francisco de A. *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém: UFPA, 1992.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, 2ª edição.

- COOPERJAVA, "A Cooperjava planta arroz, soja, milho...e colhe desenvolvimento e benefícios sociais" Folheto Demonstrativo, s.d.
- COSTA, Wanderley M. da *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*, São Paulo: Contexto, 1988.
- COSTA, Francisco de A. *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém: NEAA/UFPA, 1992.
- DELGADO, Guilherme C. "Nova Configuração da política agrária nos anos 90 e o processo de globalização" in CASTRO, I.E.; MIRANDA, m. & EGLER, C.A.G. (orgs.) *Redescobrimo o Brasil: 500 Anos Depois*, 2000, 2ª edição.
- DIEGUES, Antonio C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998, 2ª edição.
- DOLES, Dalísia E.M. *As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX*. Goiânia: Oriente, 1973.
- DONER, Richard F. & HERSHBERG, Eric. Produção flexível e descentralização política nos países em desenvolvimento: afinidades eletivas na busca da competitividade?" in GUIMARÃES, N.A. & MARTIN, Scott. *Competitividade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais*. São Paulo: SENAC, 2001.
- DROSTE, Bernd von & SCHRECKINBERG, Katherin "Ecological impacts of recent economic development projects and possible alternatives" in ARAGON, Luis E. (org.) *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1991.
- DROULERS, Martine *L'Amazonie*. Paris: Éditions Nathan, 1995.
- EGLER, Cláudio A.G. "Questão regional e gestão do território no Brasil" in CASTRO, I.E. ; CORRÊA, R.L. & GOMES, P.C. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

- ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: Peões e Posseiros contra a Grande Empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FENNELL, David A. *Ecoturismo, uma Introdução*. São Paulo: Contexto: 2002.
- FERES, Flávia L.C. *Planejamento Governamental e Política Regional: o Brasil frente ao Novo Paradigma*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2001.
- FIGUEIREDO, Sílvio L. *Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia*. Belém, UFPA, 1999.
- FIORI, José L. *O Brasil no Espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FREITAS, Carlos E. de & OHANA, Eduardo F. *O Perfil Econômico do Estado do Tocantins*. Brasília: EPGE/FGV, 1996.
- FRIEDMANN, Jonh. "Regional planning as a field of studying" in FRIEDMANN, J. & ALONSO, W. (orgs.) *Regional Development and Planning*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1965.
- FUNAI, *Anteprojeto: Cooperativa Mista Javaé, Ltda. Posto Indígena Canoanã*, 1974.
- FURTADO, Celso. "O desenvolvimento" in LAIDEN, G.E. & CARAVANTES, G.R. (orgs.) *Reconsiderando o Conceito de Desenvolvimento*. Caxias do Sul: Educs, 1988.
- GAZETA DO BRASIL, "Parque à espera de investidores", 21 de julho de 2003.
- GAZETA MERCANTIL, *Balanço Anual: Tocantins*. Belém: Gazeta Mercantil S.A., 1999.

- GODARD, Olivier. "Desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual" in CASTRO, E. & PINTON, F. (orgs.) *Faces do Trópico Úmido: Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém: CEJUP/UFPA/NAEA, 1997.
- GOMES, Horieste. *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 1993.
- GOMES, Patrício M. *(Eco) Turismo: uma (Re)Leitura dos Discursos*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB/Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2000.
- GONÇALVES, Carlos W.P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- GONÇALVES, Carlos W.P. *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1993, 4ª edição.
- GOUVEIA, Vera M. *Valoração Econômica do Serviço Ambiental de Fixação e Armazenamento de Carbono e um Reflorestamento de Tectona grandis L.f.* Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB/Departamento de Engenharia Florestal, 2002.
- GOZZI, Gustavo "O Estado Contemporâneo" in BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1992.
- GRISI, Breno M. *Glossário de Ecologia e Ciências Ambientais*. João Pessoa: UFPB, 2000, 2ª edição.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto; Niterói:; Editora UFF, 2002.
- HANNAN, Samuel A. & BATALHA, Ben Hur L. *Amazônia: Contradições no Paraíso Ecológico*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1995.

- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- HARVEY, David *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Cambridge (Mass.): Blackwell, 1996.
- HIRST, P. & THOMPSON, J. "Globalization – a necessary myth?" in BRYOSN, H. & KEELE, M. (eds.) *The Economic Geography Reader*. London: Wiley and Sons, 1999.
- IBAMA, *Projeto Quelônios da Amazônia: 10 anos*. Brasília: IBAMA, 1989.
- IBAMA, *Plano de Ação Emergencial: Parque Nacional do Araguaia*. Brasília: IBAMA, 1995.
- IBDF *Plano de Manejo: Parque Nacional do Araguaia*. Brasília: IBDF, 1981.
- IRION, João Eduardo. *Cooperativismo e Economia Social*. São Paulo: STS publicações e serviços, 1997
- ISARD, Walter. *Introduction to Regional Science*. Eglewood Cliffs: Prentice Hall, 1975.
- JOHNS, Andrew D. "Desenvolvimento econômico e proteção na Amazônia brasileira" Bologna, G. *Amazônia, Adeus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- KAGEYAMA, Ângela A. et al *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. Campinas: UNICAMP, 1987.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

- LE TOURNEAU, François-Michel. "Amazônia: reflexões sobre a (des)integração de um território" in SANTOS, T.C. et all (orgs.) *Tendências e Desafios da Integração do Brasil Contemporâneo*. Brasília: CIORD/UnB, 2002.
- LEFEBVRE, Henri *De l'Etat*, v.4. Paris: Union Générale, 1978.
- LENÁ, Philippe Diversidade da Fronteira Agrícola na Amazônia in AUBERTIN, C. (org.) *Fronteira Amazônia: Questões sobre a Gestão do Território*. Brasília: Editora UnB; Paris: ORSTOM, 1988.
- LEROY, J-Pierre. "Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável" BECKER, B.K & MIRANDA, M. (orgs.) a *Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- LAVINAS, Lena; GARCIA, Eduardo H. & AMARAL, Rubens do. "Desigualdades regionais: indicadores sócio-econômicos nos anos 80". *Textos para Discussão n° 460*. Rio de Janeiro: IPEA, fev.1997.
- LITTLE, Paul E. *Amazonia: Territorial Struggles on Perennial Frontiers*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001.
- MACHADO, Lia O. "A fronteira agrícola na Amazônia" in BECKER, B.K. et al. (org.) *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec (1995).
- MAGALHÃES, Guilherme & ALCÂNTARA, A. *Destinations of Ecotourism: Brasil*. São Paulo: Terregraph, 2001.
- MAMEDE. Lindinalva "Geomorfologia" in *Projeto RADAMBRASIL. FOLHA SD.22 GOIÁS; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro: Ddepartamento Nacional de Pesquisa Mineral, 1981.

- MARKUSEN, Ann H. *Profit Cycles, Oligopoly and Regional Development*. Cambridge: The MIT Press, 1985.
- MARTINS, Iracy C. de M. et al. "Diagnóstico ambiental no contexto da paisagem de fragmentos florestais naturais ipucas no Município de Lagoa da Confusão-Tocantins" *Revista Árvore*, volume 26, número 03. Viçosa: Sociedade de Investigações Florestais/UFV, 2002.
- MORA, José F. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.
- MORALES, Miguel. "Estado e desenvolvimento regional" in BECKER, B.K.; COSTA, R.H. da & SILVEIRA, C.B. (Orgs.) *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGG, 1983.
- NEDER, Ricardo "O problema da regulação pública ambiental no Brasil: três casos" in VIOLA, E. & FERREIRA, Leila da C. (orgs.) *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- NEGRÃO, João J. *Para conhecer o Neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de "A agricultura brasileira; desenvolvimento e contradições" in BECKER, B.K. et al. (orgs.) *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- OLIVEIRA, Rosy de "A 'invenção' do Tocantins in GIRALDIN, O.(org.)A *(Trans)Formação Histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 2002.
- PAIVA, Ruy M. "Modernização agrícola e processo de desenvolvimento econômico: problema dos países em desenvolvimento" in VEIGA, A. (org.) *Ensaio sobre Política Agrícola Brasileira*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1979.

- PALACÍN, Luís. *O Século do Ouro em Goiás: 1722 – 1822, Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*, 4 ed. Goiânia, Editora UCG, 1994.
- PEPPER, David. *The Roots of Modern Environmentalism*. London: Routledge, 1987.
- PEREIRA, Élvio Q. *O Desenvolvimento Agrícola em Regiões de Fronteiras: o Caso do Município de Formoso do Araguaia/TO*. Brasília: UnB, Dissertação de Mestrado, 1996.
- PEREIRA, Francisco de A.P. *Celeiro ou Santuário: o "Saudável" Dilema do Progresso*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB/CDS, 2002.
- PERROUX, François. "Nota sobre el concepto de 'polo de crecimiento'" in PERROUX, F.; FRIEDMANN, J. & TINBERGEN, J. (auts.) *Los Polos de Desarrollo y la Planificación Nacional, Urbana y Regional*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973.
- PINHO, Diva B., *A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalistas e Socialistas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1966
- RAFFESTIN, Claude *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1980.
- RETAILLÉ, Denis. *Le Monde du Géographe*. Paris: Presses de Sciences PO, 1997.
- REZENDE, Divaldo *Seqüestro de Carbono: uma Experiência Concreta*. Palmas: D. Rezende, 2000.
- RIST, Gilbert *the History of Development: from Western Origins to Global Faith*. London: Zed Books, 1997.

- RIBEIRO, Nelson de F. "A questão ambiental amazônica: caracterização e políticas " *in* ARAGON, Luis E. (org.) *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1991.
- RODRIGUES, Patrícia de M. *O Povo do Meio, Tempo, Cosmo e Gênero entre os Javaé da Ilha do Bananal*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1993.
- ROHMANN, Chris. *O Livro das Idéias*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ROMEIRO, Ademar R. "Meio Ambiente e Produção Agropecuária na Amazônia". *Revista de Economia e Sociologia Rural*, volume 37, número 01. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia, jan/mar, 1999.
- ROSENAU, James N. "Governança, ordem e transformação na política mundial" *in* ROSANAU, J.N. & CZEMPIEL, E.O. (orgs.) *Governança sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- ROSTOW, Walt. W. *The Stages of Economic Growth*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1960.
- SACHS, Ignacy *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy "Estratégias de transição para o século XXI" *in* BURZTYN, M. (org.) *Para repensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Editora Braziliense, 1994, 2ª edição.
- SACK, Robert David. *Conceptions of Space in Social Thought: a Geographic Perspective*. London: The Macmillan Press, 1980.
- SANTOS, Milton *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- SANTOS, Robério F. dos *Presença de Viéses de Mudança Técnica na Agricultura Brasileira*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARACURA, Valéria *Plano de Manejo: Parque Nacional do Araguaia (Tocantins)*. Brasília,: IBAMA, 2000.
- SEBRAE *Dados municipais*. Palmas: mimeo, 2001.
- SELDON, Arthur & PENNANCE, F.G. *Dicionário de Economia*. Rio de Janeiro: Bloch, 1977, 3ª edição.
- SENAI *Perfil Competitivo do Estado do Tocantins*. Brasília: SENAI, 2002.
- SEPLAN, *Parque Estadual do Cantão*. Palmas: Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, s.d.
- SEPLAN, *Atlas do Tocantins: Subsídios ao Planejamento da Gestão Territorial*. Palmas: Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, 2002.
- SICTUR, *Conheça o Cantão*. Palmas: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Tocantins, s.d.
- SILVA, Otávio B. da *Breve História do Tocantins e de sua Gente: uma Luta Secular*. Brasília: Solo Editores, 1996.
- SORJ, Bernardo *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SOUZA, Marcelo L. "O território" in CASTRO, I. ; CORRÊA, R.L. & GOMES, P.C. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

- STILLWELL, H. Daniel. National Parks of Brazil: a study in Recreational Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, Volume 53 number 3. Malden (MA): Blackwell, 1963.
- TORAL, André do A. "Mataram o Eliseu". *ACONTECEU*. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação Indígena, 1991.
- TORAL, André do A. *Cosmologia da Sociedade Karajá*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1992.
- VELTZ, Pierre. *Des Territoires pour Apprendre et Innover*. La Tour-d'Aigues: Editions de l'Aube, 1994.
- VIOLA, Eduardo. "A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995" in VIOLA, E. & FERREIRA, Leila da C. (orgs.) *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- WEAVER, David D. *Ecotourism in the Less Developed World*. Wallingford: CAB International, 1998.
- WILBANKS, Thomas J. "Sustainable Development in Geographic Perspective" in *Presidential Address*. Oxford: Blackwell, 1994

Sites consultados

www.aes.com

www.ambientebrasil.com.br

www.brasiloeste.com.br

www.ecologica.com.br

www.ibama.gov.br

www.ibge.gov.br

www.sudam.gov.br